



Demonstrações Financeiras

Porto Seguro S.A.
e Controladas

31 de dezembro de 2025

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Porto Seguro S.A. e as correspondentes demonstrações financeiras juntamente com o Relatório do Auditor Independente, referente ao exercício de 31 de dezembro de 2025.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Para além da celebração, o marco de 80 anos foi acompanhado do reconhecimento por iniciativas relevantes, reforçando a solidez da nossa marca, a consistência da nossa cultura e a credibilidade construída ao longo dessa trajetória, reforçando a segurança no caminho que traçamos e temos percorrido.

Pelo quarto ano consecutivo, fomos reconhecidos como uma das 10 melhores e maiores empresas para trabalhar no Brasil, segundo o ranking Great Place to Work (GPTW). Entendemos essa conquista como reflexo de um ambiente que combina foco em resultados com cuidado genuíno pelas pessoas. A atuação integrada entre Colaboradores, Corretores parceiros e Prestadores de Serviços segue sendo um dos principais pilares do nosso desempenho e da qualidade das entregas apresentadas.

No ranking da Brand Finance, fomos apontados como a terceira marca mais forte do Brasil e, pela primeira vez, passamos a integrar o grupo das “top 15” marcas mais bem-sucedidas do País, segundo o levantamento da consultoria internacional Interbrand.

Esses reconhecimentos se somam à nossa permanência como referência junto aos consumidores. Pelo 12º ano consecutivo, fomos eleitos a marca mais lembrada na categoria Seguradoras pela pesquisa Top of Mind da Folha de São Paulo e, pelo segundo ano seguido, recebemos o prêmio “Estadão Marcas Mais” na mesma categoria.

Os índices de satisfação dos clientes, medidos pelo NPS, também reforçam a consistência do nosso trabalho. O Time Médico Porto, responsável pelo atendimento aos clientes da vertical Saúde, alcançou o índice de 92. Os seguros Auto e Residência da marca Porto registraram NPS de 82, enquanto o cartão de crédito atingiu 75.

Esses números são reflexos da qualidade dos produtos e serviços oferecidos para os nossos mais de 18 milhões de clientes, que depositam em nós o que eles tem de mais importante: a própria saúde, suas famílias, suas economias e patrimônios.

Além disso, celebramos um ano de nossa entrada no Índice Ibovespa e, agora, comemoramos a integração ao IBRX 50. A inclusão neste índice, que reúne as 50 empresas mais líquidas da B3, reflete nossa consistente trajetória de crescimento.

Ao completar 80 anos em 2025, celebramos com a convicção de que a essência que nos trouxe até aqui — nossa cultura, nossas pessoas e a forma como nos relacionamos com clientes e parceiros — é

também o que nos permitirá seguir cuidando, inovando e construindo um futuro sustentável para a Porto.

Agradeço a todos que constroem essa jornada conosco.

Paulo Kakinoff

NOSSO DESEMPENHO

O ano de 2025 marcou os 80 anos da Porto, período em que a companhia apresentou crescimento sólido e sustentável, impulsionado pela estratégia de diversificação e fortalecimento do ecossistema Porto: a receita¹ alcançou R\$ 41 bilhões (+12% vs. 2024), o lucro líquido atingiu R\$ 3,4 bilhões (+28% vs. 2024) e o ROAE foi de 22,7% (+2,7 p.p. vs. 2024).

A diversificação teve um papel especialmente relevante em 2025: todas as Verticais obtiveram um ROAE superior a 23% e as operações de Saúde, Banco e Serviços somadas passaram a representar 49% do total (+7 p.p. vs. 2024).

Desempenho das Verticais, comparadas a 2024:

Porto Bank: a receita¹ do Porto Bank avançou 30%, atingindo R\$ 7,6 bilhões, através principalmente do crescimento do Consórcio (+33%); Cartão, Financiamento e Empréstimos (+29%); Capitalização (+27%) e; Riscos Financeiros (+14%). O NIM ajustado pelo risco aumentou 1,5 p.p., alcançando 3,9%, reflexo da melhoria do spread estrutural na comparação contra 2024, enquanto o índice de eficiência foi de 33,1%, permanecendo estável em relação a 2024. **O lucro líquido de 2025 apresentou um crescimento de 28%, totalizando R\$ 812 milhões.**

Porto Saúde: a Porto Saúde apresentou crescimento de 28% na receita e 48% no lucro anual. O crescimento da receita foi impulsionado por um aumento de 23% em beneficiários de seguro Saúde, atingindo 831 mil, e uma expansão de 19% de vidas no Odonto, alcançando 1,2 milhão. A receita da vertical atingiu R\$ 8,5 bilhões no período, o que somado à disciplina de custos e ganhos de escala, ajudou o Índice Combinado de 2025 a melhorar 3 p.p. atingindo 89%. Por fim, o lucro obtido no período foi de R\$ 581 milhões.

Porto Seguro: as receitas e prêmios da Porto Seguro totalizaram R\$ 22 bilhões (+4%), sendo o maior crescimento originado pelo segmento de Vida (+14%), seguido pelo Patrimonial (+10%). No Auto, os prêmios avançaram 2%, enquanto a frota segurada cresceu 4%, com uma adição de 232 mil veículos no período. **O índice combinado ampliado ficou praticamente estável (+0,1 p.p.) em 86%.** O lucro obtido no período foi de R\$ 1,7 bilhão (+1%).

Porto Serviço: a Porto Serviço registrou R\$ 2,6 bilhões em receita (+2%). As demais receitas apresentaram crescimento de 4% no acumulado do ano, com **destaque para a evolução do segmento de produtos digitais (+73% em 2025).** O resultado anual foi de R\$ 221 milhões (+8%).

O resultado financeiro foi de R\$ 1,4 bilhão no ano. A receita da carteira de aplicações financeiras (ex-previdência, ALM e rolagem de títulos), geridas pela tesouraria, foi de R\$ 1,8 bilhão, o que representa 84% do CDI. O retorno abaixo do CDI é explicado principalmente pelo desempenho das

alocações em títulos indexados à inflação. No ano foi realizada uma rolagem de carteira de R\$ 109 milhões, o que proporcionará o aumento das taxas médias dos títulos atrelados à inflação e o alongamento dos títulos encarteirados.

O índice de eficiência operacional¹, que considera a soma das Despesas Administrativas em relação à Receita Total foi de 10,9%, **uma melhora de 0,4 p.p.** em comparação ao mesmo período do ano anterior. Foi o sexto ano consecutivo de melhora neste indicador, alinhado com nossos esforços para ganhos de eficiência.

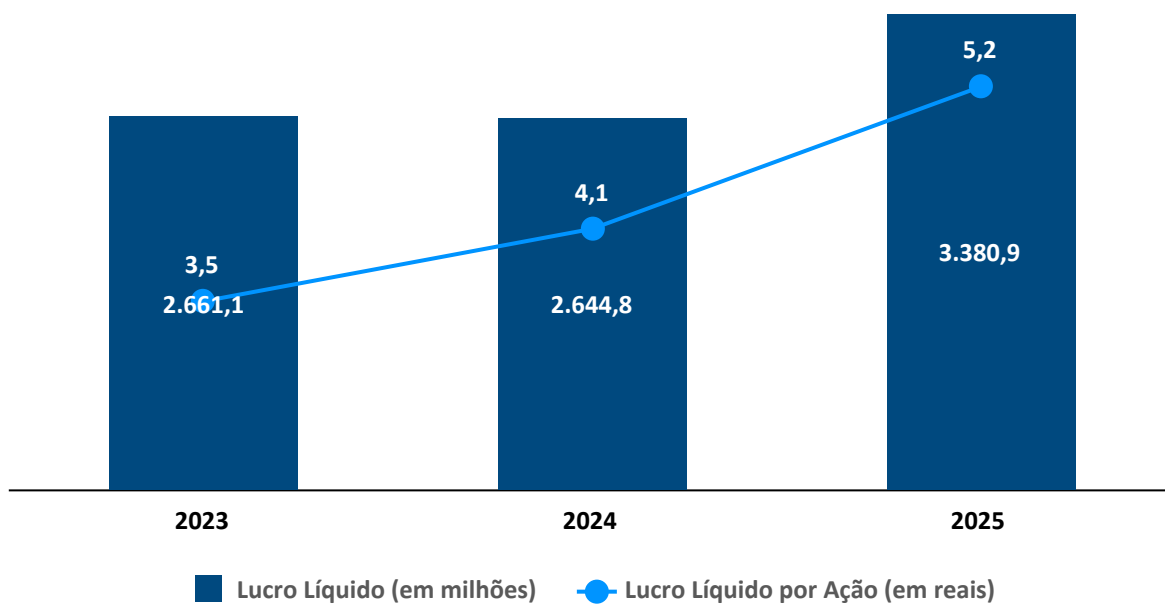
¹ Excluindo os efeitos do CPC 47 sobre as receitas do Consórcio.

DRE Porto Seguro S.A. (em milhões)	2025	2024	Δ %
Receita Total (Prêmio Retido + Receitas Demais)	41.083,2	36.941,9	11,2
Prêmio Retido	30.596,1	27.800,5	10,1
Prêmio Ganho (vertical seguros e saúde)	30.044,7	27.478,6	9,3
Receitas Não Seguros	10.487,2	9.141,4	14,7
Sinistros Líquidos Retidos	(17.427,6)	(15.675,8)	11,2
Perdas de Crédito (a)	(2.305,3)	(1.816,6)	26,9
Despesa de Comercialização	(6.955,1)	(6.430,7)	8,2
Despesas com Tributos	(1.413,0)	(1.290,2)	9,5
Despesas Operacionais	(3.490,0)	(3.083,9)	13,2
Despesas Administrativas	(4.525,6)	(4.194,1)	7,9
Lucro Operacional	4.415,3	4.128,6	6,9
Resultado Financeiro e Patrimonial	1.430,2	918,4	55,7
Amortização do intangível	(44,3)	(44,7)	(0,9)
LAIR	5.801,2	5.002,2	16,0
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.254,2)	(1.314,2)	(4,6)
Participação nos Resultados	(1.129,3)	(975,6)	15,8
Acionistas não controladores em controladas	(43,2)	(45,9)	(5,9)
Resultado Investidas e Controladas	(17,4)	(12,5)	39,2
Lucro Líquido (Ex-adoção do IFRS 17)	3.357,2	2.653,9	26,5
Ajuste IFRS17 (b)	23,7	(9,1)	(360,4)
Lucro Líquido	3.380,9	2.644,8	27,8
Taxa Efetiva de IR sobre o Resultado (antes dos Impostos) e após PLR	26,8%	32,6%	-5,8
Patrimônio Líquido Médio	0,2	0,2	13,5
ROAE	22,7%	20,0%	2,7

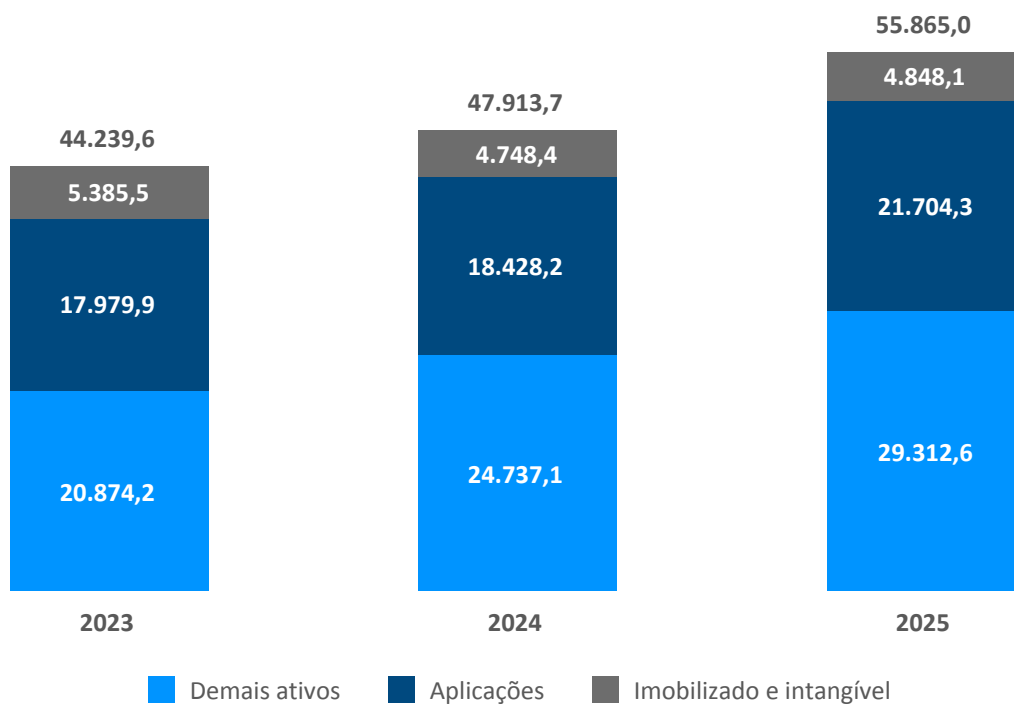
(a) Perdas de Crédito das operações de Cartão de Crédito, Empréstimos e Financiamentos e Riscos Financeiros.

(b) O resultado societário é impactado pela adoção da norma IFRS 17/CPC 50, trazendo mudanças em suas práticas contábeis, afetando os resultados de seguros. Para fins de resultado gerencial, os resultados de seguros permanecem contabilizados pelo padrão contábil IFRS 4/CPC 11, em conformidade com as normas da SUSEP.

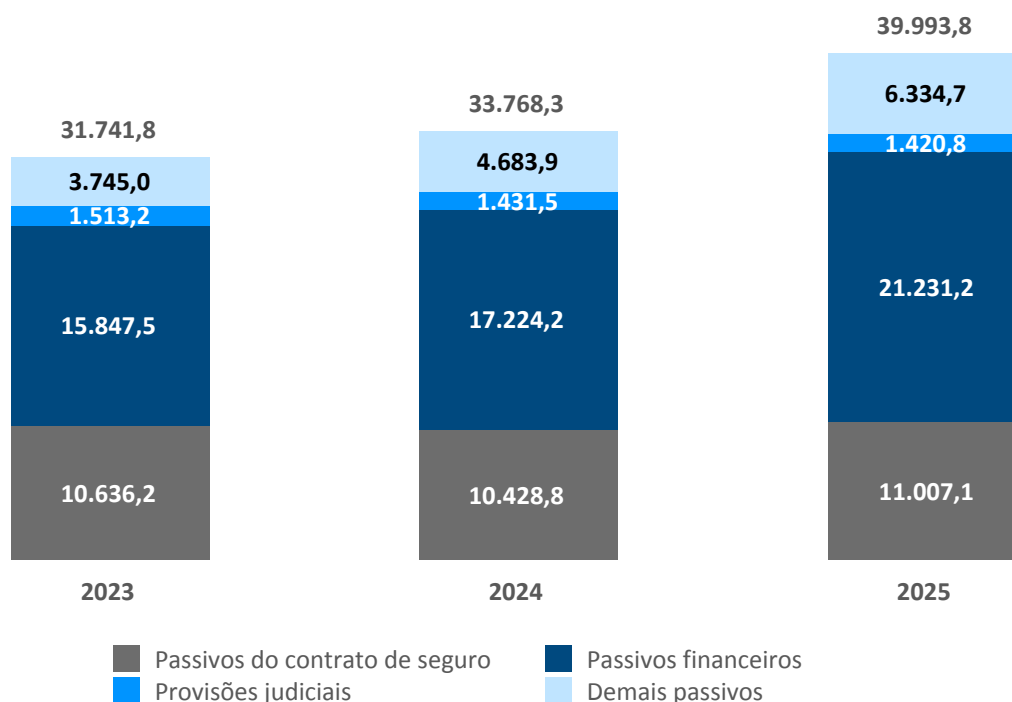
Lucro Líquido



Ativos Totais



Passivos Totais



GOVERNANÇA CORPORATIVA E MERCADO DE CAPITAIS

A Companhia adota as mais elevadas práticas de Governança Corporativa, alicerçada nos princípios de transparência, equidade, prestação de contas (“*accountability*”) e responsabilidade corporativa. Tais diretrizes visam a perenidade dos negócios e a consolidação de relacionamentos de longo prazo com o mercado de capitais. Por meio de canais de comunicação permanentes e áreas dedicadas, a Companhia assegura a interlocução eficaz com todos os seus stakeholders: acionistas, órgãos reguladores, corretores, colaboradores, clientes e a comunidade.

Listada no Novo Mercado da B3, a Companhia cumpre voluntariamente requisitos de governança e divulgação de informações superiores aos exigidos pela legislação vigente, em estrita observância ao Regulamento do Novo Mercado e as recomendações do Código Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC. Adicionalmente, conforme Cláusula Compromissória prevista em seu Estatuto Social, a Companhia, seus acionistas e administradores obrigam-se a dirimir quaisquer disputas ou controvérsias societárias perante a Câmara de Arbitragem do Mercado (“CAM”).

O Conselho de Administração, por sua vez, no intuito de zelar pelos interesses dos acionistas e pelo cumprimento das boas práticas de governança corporativa, de modo a nortear a Companhia para o atingimento de seus objetivos, mantém Comitês de Assessoramento (“Comitês”) com funções consultivas e permanentes, conferindo maior eficiência e rigor técnico as suas decisões. Tais Comitês visam maximizar a geração de valor econômico-financeiro e a mitigação de riscos, respeitando as melhores práticas de governança. Atualmente estão constituídos os seguintes comitês:

Comitê de Auditoria:

O Comitê de Auditoria é um órgão estatutário consultivo que assessora o Conselho de Administração na supervisão da integridade das demonstrações financeiras e na eficácia dos sistemas de controles internos e gestão de riscos. Suas atribuições incluem a avaliação das auditorias interna e independente, a revisão das informações trimestrais e o monitoramento da conformidade legal e normativa do Grupo Porto. O órgão também recomenda a contratação de auditores externos e supervisiona o canal de denúncias e a Ouvidoria. Com autonomia operacional, o Comitê zela pela qualidade das práticas contábeis e pela correção de políticas identificadas em sua atuação.

Comitê de Gente e Cultura:

O Comitê de Gente e Cultura tem por finalidade fornecer recomendações estratégicas sobre diretrizes de remuneração, recrutamento, sucessão e retenção de executivos. Cabe ao órgão monitorar a cultura, o clima e o engajamento em todas as sociedades do grupo, além de examinar a estrutura organizacional perante o planejamento estratégico. O comitê também administra planos de remuneração em ações e zela pela compatibilidade das políticas salariais com a gestão de riscos e a situação econômico-financeira da companhia.

Comitê de Risco Integrado:

O Comitê de Risco Integrado auxilia o Conselho de Administração na supervisão da gestão de riscos de todas as sociedades do Grupo Porto. Seu objetivo é monitorar o desempenho da Diretoria, fornecendo subsídios estratégicos e propondo diretrizes e planos de ação para assegurar a conformidade com as normas e políticas internas de risco. Compete ao órgão avaliar os principais indicadores associados e garantir que a estrutura de gerenciamento de riscos seja robusta e eficaz. Além disso, o comitê zela pela disseminação de uma cultura de riscos adequada e pelo cumprimento dos dispositivos legais e normativos aplicáveis.

Comitê de Ética e Conduta:

O Comitê de Ética e Conduta é focado em orientar e disseminar o Código de Ética e Conduta em todas as sociedades do Grupo Porto. Suas atribuições incluem revisar o referido Código, avaliar reportes de infrações e garantir a aplicação de medidas corretivas independentemente do nível hierárquico. O órgão monitora a eficiência do canal de denúncias, deliberando sobre indicadores e sugerindo melhorias operacionais. Com reuniões ordinárias semestrais, o comitê atua para assegurar que violações sejam tratadas com as devidas ações aplicáveis e penalidades legais.

Comitê de Finanças Corporativas:

O Comitê de Finanças Corporativas tem por objetivo analisar e recomendar estratégias e políticas financeiras, avaliando a estrutura de capital, o endividamento e os custos das empresas do Grupo Porto. O órgão monitora o planejamento estratégico, o orçamento e o plano anual de investimentos, além de supervisionar a exposição a riscos financeiros, de liquidez e gestão de ativos e passivos (ALM). Compete-lhe ainda avaliar operações de investimento, desinvestimento e alternativas de mitigação de riscos tributários e regulatórios.

Comitê de Clientes, Marketing e Digital:

O Comitê de Clientes, Marketing e Digital é focado na estratégia de comunicação e no relacionamento com os diversos públicos do Grupo Porto. Suas atribuições incluem a análise de tendências tecnológicas, inovações em produtos e serviços, além da supervisão de iniciativas de pesquisa e novos canais de distribuição. O órgão monitora a experiência do cliente, avaliando as estruturas de atendimento e as políticas de atuação para garantir a melhoria contínua da jornada. Cabe também ao comitê subsidiar o Conselho na definição de diretrizes de marketing e no acompanhamento do posicionamento digital das sociedades da Companhia.

Comitê de Sustentabilidade:

O Comitê de Sustentabilidade assessora o Conselho de Administração no estabelecimento de diretrizes e princípios voltados ao desenvolvimento sustentável. Sua atuação foca na integração da estratégia de negócios aos pilares ambiental, social e de governança corporativa (ASG), conciliando o crescimento econômico à responsabilidade socioambiental. O órgão apoia a implementação de políticas, revisa anualmente as práticas vigentes e monitora iniciativas de mitigação de riscos climáticos e engajamento de stakeholders. Além de zelar pelo cumprimento de requisitos legais, o comitê assegura a conscientização sobre temas ASG e alerta o Conselho sobre situações que possam impactar a reputação da Companhia.

INOVAÇÕES EM PRODUTOS E SERVIÇOS E MARKETING

Em 2025, a Porto ampliou seu ecossistema de produtos e serviços, seguindo a estratégia de diversificação de negócios para impulsionar o crescimento da companhia, e fortalecendo a experiência dos Clientes e o relacionamento com os Corretores. Destaque para:

Lançamento Porto Seguro: a Porto Seguro expandiu sua atuação no mercado com lançamentos de soluções em seguros de automóvel e residencial, compondo o portfólio da marca que vai desde as soluções de entrada da Azul Seguros até as propostas mais premium.

O novo **Seguro Auto** foi desenvolvido para atender proprietários de veículos com valor a partir de R\$ 350 mil, dividindo-se em duas categorias: Premium, voltado a modelos de alto padrão, e Private, pensado para veículos com valor superior a R\$ 1,2 milhão, incluindo superesportivos e carros de coleção. Uma das grandes inovações da oferta é a cobertura para uso em pista, ideal para clientes que participam de eventos e experiências com veículos de alta performance.

Seguro residencial: disponível em duas categorias, o produto se adapta ao perfil de residências entre R\$ 2 milhões e R\$ 5 milhões (Premium), e acima de R\$ 5 milhões (Private), com serviços que acompanham o estilo de vida dos clientes e coberturas exclusivas válidas em todo o território nacional e exterior.

Ação inédita: de forma pioneira no mercado, a Porto Seguro lançou na capital paulista para clientes do Seguro Auto, a iniciativa **15 minutos**, que tem o compromisso de chegar em até 15 minutos nas solicitações de assistência veicular fora de casa feitas entre 22h e 5h da manhã. Na Porto, cada minuto importa!

Porto Bank Visa Infinite Privilege: o Porto Bank lançou o cartão de crédito mais exclusivo da instituição, destinado a um público seleto de altíssima renda. O novo produto amplia o portfólio de soluções do banco com uma proposta de valor inovadora, com foco em sofisticação e serviços ultra personalizados.

Lançamentos Porto Saúde: a unidade de Saúde segue expandindo seus produtos personalizados em diferentes regiões do Brasil com lançamentos da Linha Porto Bairro e Linha Pro. São diversos planos de saúde empresariais modulares, a partir de 3 vidas, feito sob medida para atender a necessidade do empreendedor e garantir medicina de qualidade aos seus colaboradores.

Porto Serviço: a vertical estreou a nova campanha publicitária protagonizada por Tatá Werneck. Com o mote “É pra casa, é por assinatura, é pra todo mundo”, a marca busca reforçar a ampliação do acesso a serviços de reparos e assistência residencial para o público geral, e não apenas para segurados da Porto Seguro.

Renova Ecopeças: empresa do Grupo Porto, pioneira na desmontagem sustentável de veículos, alcançou a marca de mais de 3 mil veículos desmontados e mais de 70 mil itens reaproveitados em 2025. Com um processo inovador e rigorosamente monitorado, a Renova completou 12 anos de atividades, com mais de 30 mil veículos desmontados e mais de 1 milhão de peças reaproveitadas desde a sua fundação, em 2013.

App Porto: a Porto anunciou uma evolução importante em sua estratégia digital e agora o App Porto passa a estar disponível também para não clientes, ampliando o acesso ao ecossistema de soluções da companhia.

Sustentabilidade: com o mote “Cuidar do presente para regenerar o futuro”, a Porto lançou a sua nova estratégia de sustentabilidade chamada de Regenera. A iniciativa marca um novo capítulo na trajetória da companhia, que pela primeira vez estrutura metas públicas e de longo prazo para transformar sua atuação em quatro pilares estratégicos: Valorização do Capital Humano e Impacto Social, Estratégia Climática e Circularidade, Produtos e Soluções Sustentáveis e Engajamento da Cadeia de Valor.

Instituto Porto: o programa Porto Voluntário mobilizou 1.136 voluntários em todo o Brasil com ações recorrentes e pontuais, com cerca de 3.500 mil horas de atuação voluntária em 55 instituições sociais. No pilar de inclusão produtiva, os cursos ofereceram conteúdos técnicos e socioemocionais com foco em geração de trabalho e renda para 367 alunos e ao longo do ano somaram mais de 1.476 horas de treinamento neste eixo. Dos 367 alunos formados, 116 foram inseridos no Programa de Aprendizagem, um índice de 43% de empregabilidade. No programa Ação Educa, foram atendidos 186 crianças e adolescentes, de 6 a 17 anos, no contraturno escolar, com atividades que estimulam o desempenho escolar de forma criativa e com isso, 81 crianças melhoraram sua nota na escola. Já nos cursos Profissionalizantes, ao todo, 36 alunos foram formados, propiciando a inclusão produtiva de 12 alunos no mercado de trabalho.

Casa do Seguro - COP30: a Porto foi uma das empoderadoras da Casa do Seguro, durante a COP30 em Belém (PA), que funcionou como um espaço de conteúdo e relacionamento empresarial. Essa é uma iniciativa da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg) e foi criada para posicionar o setor segurador como ator fundamental da transição climática.

Brasesul - Congresso Sul Brasileiro dos Corretores de Seguros: a Porto participou do maior encontro do mercado segurador no sul do Brasil, com um estande exclusivo, participando ativamente das discussões e fortalecendo a conexão com o mercado segurador.

20ª edição do Conec: em um ano marcante, no qual celebrou seus 80 anos de história, a Porto participou do Conec com um projeto inédito: quatro estandes integrados - um para cada unidade de negócio - ocupando, juntos, mais de 760 m² na Exposeg. Mais do que uma exposição de soluções, a Porto transformou seu espaço em um ambiente de acolhimento, troca e protagonismo, reforçando o relacionamento com os corretores e o papel dos profissionais como elo essencial entre inovação e confiança.

Lançamento da Porto Academia: nova plataforma de desenvolvimento digital da Porto, voltada à capacitação dos mais de 47 mil corretores parceiros da companhia.

Fecha com a Porto 2025: a companhia encerrou a campanha de incentivo Fecha com a Porto 2025 premiando mais de 1,4 mil corretores em todo o país.

1º Porto Asset Day: a companhia reuniu cerca de 270 pessoas no Teatro Porto, entre economistas, especialistas do mercado, clientes, colaboradores e jornalistas. Além de marcar os 11 anos de história da Porto Asset (e os 24 anos na gestão de recursos próprios), o evento contou com a presença de Nilton David, Diretor de política monetária do Banco Central.

Automobilismo: como Founding Partner do Grande Prêmio São Paulo de 2025, o Porto Bank - unidade de serviços financeiros do Grupo Porto - preparou diversas ativações e experiências para quase 5 mil clientes e corretores na arquibancada Porto, espaço exclusivo da marca no evento.

Anunciamos com orgulho a participação da Porto Seguro como parceira oficial de divulgação do filme “F1® O Filme” no Brasil, longa de automobilismo que estreou nos cinemas brasileiros em junho de 2025.

Reforçando a presença no território, patrocinamos o **Rally dos Sertões**, o maior das Américas, e realizamos diversas etapas da **Porsche Cup Brasil**, competição da qual a Porto Seguro é patrocinadora oficial pelas próximas três temporadas. Também marcamos presença no evento **500 milhas de Kart** e no **Porto Night Kart Experience**, apoiando o esporte e reforçando a nossa conexão com o automobilismo, dentro e fora das pistas.

Com muito orgulho, a Porto Seguro lançou uma campanha publicitária, estrelada por Gabriel Bortoleto, jovem talento brasileiro da Fórmula 1, que também é patrocinado oficialmente pela Porto desde a F3. O filme mostra o piloto em uma experiência inédita marcada pela conquista do seu primeiro carro para o dia a dia – protegido pela Porto Seguro.

Bem-estar: a Porto Saúde promoveu edições da **Blue Bike São Paulo** e da **Blue Run**, o Circuito Porto de Corridas de rua, em diversas regiões do Brasil. Ampliando a nossa presença e participação em todo o país, a Porto Saúde também realizou por meio da **Track & Field Experience** diversas corridas de rua e aulas de práticas esportivas.

Inauguramos ainda um espaço na **ciclofaixa da Marginal Pinheiros**, em São Paulo, pensado para quem pedala, com áreas de descanso, pontos de hidratação, carregador de celular, além de prestadores Porto Serviço auxiliando em pequenos reparos de bicicleta, proporcionando ainda mais comodidade para os ciclistas do local.

The Town: em setembro, a Porto levou o seu cuidado para mais uma edição do maior festival de música, cultura e arte de São Paulo, com novas ativações e experiências exclusivas para o público.

Teatro Porto: o espetáculo **Rita Lee - Uma Autobiografia Musical** foi um sucesso, atraindo mais de 75 mil espectadores para o Teatro Porto desde a estreia. Em 2025 o Teatro completou 10 anos no coração de São Paulo, e recebeu o espetáculo **A Última Entrevista de Marília Gabriela**, estrelado por Marília Gabriela e Theodoro Góes, e o musical **Ney Matogrosso – Homem com H**, produção da Paris Cultural.

Regionalização: como parte da estratégia de regionalização, a Porto Seguro marcou presença no Nordeste com o patrocínio ao São João de Campina Grande, fortalecendo o relacionamento com os clientes e corretores parceiros na região, e valorizando a cultura em um dos maiores eventos populares do país.

Fronteiras do Pensamento: a Porto acredita no poder transformador das boas ideias e nas iniciativas que estimulam o pensamento crítico, o diálogo e o conhecimento. Por isso, é a apresentadora oficial do Fronteiras do Pensamento, um evento que promove ciclos de palestras e debates, conectando arte, ciência, filosofia e sociedade em encontros inspiradores.

Reconhecimento de marca: a Porto cresceu 16% em valor de marca no ranking das “Marcas Brasileiras Mais Valiosas” da Interbrand, atingindo R\$ 1,3 bilhão e conquistando a 15ª posição. Também foi reconhecida como a terceira marca mais forte do país pela Brand Finance. Além disso, a marca teve um crescimento expressivo de 32,8% em valor em relação ao ano anterior, atingindo a marca de US\$ 664 milhões.

Top of Mind e Estadão Marcas Mais: a Porto foi reconhecida pelo 11º ano consecutivo como a marca mais lembrada na categoria Seguradoras pelo Top of Mind da Folha de São Paulo e conquistou o prêmio “Estadão Marcas Mais” na mesma categoria.

Estadão Mobilidade: a Porto Seguro foi eleita pelo segundo ano consecutivo, o Melhor Seguro Auto no Prêmio Estadão Mobilidade 2025, reconhecimento que reforça sua excelência em soluções para o mercado automotivo.

GPTW: a Porto foi reconhecida pelo Great Place to Work (GPTW) como uma das dez melhores empresas para trabalhar no Brasil na categoria Grandes.

GENTE E CULTURA

O Grupo Porto encerrou 2025 com um total de 13.624 Colaboradores, dos quais 10.195 estão distribuídos na controladora, enquanto 3.429 nas demais Unidades de Negócio. Ao longo do ano, acolhemos 2.961 novos talentos, incluindo 486 participantes dos programas “Jovem Aprendiz” e “Inclusão de Pessoas com Deficiência”, reforçando nosso compromisso com uma Porto cada vez mais diversa e inclusiva.

Com um percentual de 19,58% em 2025, a rotatividade apresentou queda de 1,5 p.p. comparada aos 21,08% do ano anterior, resultado que reflete uma maior estabilização do quadro.

Ao longo do ano de 2025, realizamos aproximadamente 2.729 ações de reconhecimento financeiro, representando um aumento de cerca de 14,9% em relação ao ano anterior. Esse crescimento reforça nosso compromisso em valorizar e reconhecer o desempenho de nossos Colaboradores, incentivando o equilíbrio entre pessoas e resultados.

Atualmente, adotamos quatro modelos de trabalho, que oferecem flexibilidade e adaptabilidade aos nossos Colaboradores, são eles: 100% Home Office (para funções e contexto pontuais que permitem atuação integralmente remota), Presencial (com quatro dias presenciais por semana), Híbrido (com presença de 4 a 8 vezes ao mês) e Externo (para Colaboradores com jornada fora dos escritórios da Porto).

Como parte da nossa estratégia de cuidados com a Saúde Integral (ações de Saúde Física, Mental e Financeira) dos nossos Colaboradores, mantivemos o protocolo de cuidados com a saúde dos Colaboradores em relação às doenças respiratórias, como COVID-19 e Influenza no ambulatório e realizamos a Campanha de Vacinação com mais de 5.600 pessoas imunizadas. Em nosso Espaço Saúde, ainda disponibilizamos aos nossos Colaboradores um consultório odontológico, laboratório para coleta de exames, além de especialidades médicas, como Otorrino, Ortopedia, Nutricionista, Urologista, Fisiatra, Dermatologista, Médico da Família, Ginecologia, Cardiologia, Vascular, Endocrinologia, Psicologia e Fisioterapia, somando 12.464 consultas.

Criamos os programas de Saúde da Mulher, Gestante Porto e Parentalidade com o objetivo de promover o cuidado integral, contínuo e humanizado ao longo da jornada de vida de nossas pessoas, fortalecendo a saúde física e emocional da mulher, da gestante e da família, por meio de ações de prevenção, acolhimento, educação em saúde e apoio à parentalidade, incentivando vínculos saudáveis e o bem-estar ao longo de todas as fases da vida.

Ainda atentos ao cuidado com os nossos Colaboradores, promovemos rodas de conversa, serviços de saúde e bem-estar, incentivo a corridas de rua (com desconto de 50% no valor da inscrição), espaços para a prática de atividades físicas, como quadras e academia, entre outras ações que impactaram mais de 8.700 pessoas.

Para promover o engajamento e a integração dos Portolovers, realizamos diversos eventos, como: 2º Motor Clube Porto, nosso encontro de carros antigos para Colaboradores; a Festa da Lembrança, que

homenageou mais de 1.000 pessoas com 10, 15, 20 ou mais anos de casa; o Porto Festival, nosso festival de música e gastronomia com mais de 6.700 participantes em três dias de evento; o Conhecendo a Porto, em que os Colaboradores trouxeram seus filhos para viverem um dia especial com a gente; e a Festa de Fim de Ano, que reuniu 10.381 pessoas para comemorar os 80 anos da Porto, nossas entregas e resultados de 2025, sendo a maior celebração da história da Companhia, reunindo, pela primeira vez na mesma celebração, todo o Brasil e Uruguai.

Em 2025, lançamos a Temporada 25-30 com o mote “O que nos trouxe até aqui é o que vai nos levar adiante”. Com isso, nos preparamos para um novo ciclo de crescimento, com iniciativas focadas em 7 Compromissos que vão suportar e acelerar o processo de fortalecimento e evolução da Companhia para os próximos cinco anos, com mais de 96% da Companhia se declarando ciente e engajada nesse lançamento, segundo pesquisas internas.

Também promovemos ao longo do ano diversas ações em celebração aos 80 anos da Companhia, impactando todo o nosso Time e com NPS de 81.

Realizamos ainda 4 edições do Bate-papo com Kaki, evento em que o presidente responde às perguntas dos Colaboradores, que impactaram mais de 3 mil pessoas, com NPS de 97 na última edição. Outra novidade é que, em 2025, lançamos a live mensal com a presidência, a Carta de Navegação ao vivo, em que nosso CEO, Paulo Kakinoff, fala sobre temas estratégicos da Companhia e também abre espaço para perguntas e respostas. O novo ritual impactou mais de 8 mil pessoas ao longo do ano e tem um NPS de 91.

Mantivemos nossa crença e incentivamos a política de portas abertas também em 2025. Para isso, oferecemos diferentes canais para dar voz ao Colaborador, que nos ajudam a aprender e evoluir enquanto lugar para se trabalhar, a partir da percepção e experiência de líderes e equipes.

Dentre as diferentes ferramentas, uma das mais tradicionais é a Pesquisa Institucional de Clima, que aplicamos há mais de 10 anos e que teve 84% de adesão em 2025. Neste ano, ampliamos nossa escuta para continuar acompanhando a evolução de indicadores chave e também incorporar temas conectados à Temporada 25-30.

O que nos faz celebrar este resultado é a consistência dos números. No eNPS, indicador que monitoramos desde 2021, demos o maior salto (em média 13 pontos) e atingimos nosso maior patamar nas 3 dimensões: Porto (86, +15 p.p.), Área (54, +14 p.p.) e Líder (67, +11 p.p.). Esta evolução foi alcançada em praticamente todas as estruturas que reportam diretamente para a Presidência.

Quando olhamos para as perguntas sobre clima, 80% das questões são comparáveis e 90% delas apresentaram melhoria. Apenas 8% apresentou queda e 2% não demonstraram alteração. Nosso resultado geral na Pesquisa (82% de favorabilidade) reflete que a experiência de quem trabalha na Porto é positiva (84%) e que sustentamos esta vivência em pilares consistentes (83%).

Pelo 4º ano consecutivo também mantivemos nossa posição entre as dez melhores empresas para se trabalhar, pelo ranking da GPTW (Great Place to Work) - um dos principais do Brasil que elege as melhores empresas para se trabalhar no País. Ficamos na 7ª posição na categoria Grandes Empresas, com 83% de favorabilidade.

Os resultados das pesquisas foram somados a diagnósticos culturais e serviram de insumo para ações de comunicação, desenvolvimento e engajamento das lideranças.

Ações para desenvolvimento da liderança

São diversas as frentes de atuação junto à liderança. Para o público de diretores e acima, as principais foram um processo de aceleração individual, para *feedback* e *feedforward* a partir dos *inputs* relativos aos comportamentos observados nessas iniciativas, diálogos assistidos para acompanhamento de atividades coletivas e avaliação da dinâmica de funcionamento e posterior *feedback*.

Para o público da superintendência e acima, temos o ELL, Encontro Líder Liderado, voltado à ampliação do conhecimento da relação de líder com sua equipe para fortalecer as relações e melhorar a dinâmica das equipes.

Para o público de gerentes e coordenadores, houve encontros com os Grupos de Referência, que são grupos conduzidos pela própria liderança da Porto em que se discutem as principais competências-chave para alavancar a empresa frente aos novos desafios. Como evolução, em 2025 expandimos os GRs para o público de especialistas/consultores.

Em 2025, também realizamos o Workshop Essência e Competências para todos os níveis de liderança e para especialistas/consultores. O momento foi um mergulho em nossa Essência e novas Competências, com o objetivo de potencializar o papel da liderança como agente de transformação, capacitando nossos gestores para maximizar a performance dos times frente aos desafios estratégicos dos próximos anos. Ao todo, 874 líderes e 281 especialistas/consultores passaram pela formação. Esse trabalho culmina no fortalecimento da coesão, alinhamento e robustez da liderança e da Companhia para concretizar as ambições para a Temporada 25-30.

Mensalmente temos o Café com Líderes e em 2025 foram feitos 11 encontros com os líderes da Companhia em que o foco é reforçar a Essência, apresentar os resultados e discutir o futuro e o presente da Porto, reforçando nossa política de portas abertas e ambientes cada vez mais participativos. Os fóruns contaram com mais de 11.000 participações somadas entre primeira gestão e demais níveis de liderança, com NPS 97.

Na estratégia de marca empregadora, o ano de 2025 foi marcado pela ampliação dos nossos canais, e uma atuação ainda mais *realtime* na criação de conteúdo, cada vez mais conectado com os nossos negócios.

Um dos pilares da nossa estratégia é contar as nossas histórias de forma intencional, consistente e encantadora, dando voz para as ações que fazemos, permitindo que as pessoas possam conhecer a Porto e o que faz dela um lugar único para se trabalhar. Chegamos a marca de 1.5 milhões de seguidores no LinkedIn, um crescimento de 18,4% comparado ao ano anterior, e acima do crescimento médio do mercado no LinkedIn que foi de 15,4%, totalizando 241.000 novos seguidores e mais de 2.7 milhões de impressões nos nossos conteúdos. Na Glassdoor, fechamos o ano com 4,35 de nota de satisfação geral, com mais de 4.800 avaliações orgânicas de colaboradores e ex-colaboradores, sendo uma das maiores notas de empresas da plataforma.

Além disso, lançamos em outubro o Instagram de Carreiras, o @vempraporto, que já acumula 33.000 seguidores, com uma média de engajamento de 15%, número 10x maior que a média dos instagrans de carreiras de outras marcas como Itaú, GOL, iFood, Vivo, Unilever, Ambev, Suzano e Natura.

Apenas no mês de dezembro de 2025, impulsionado pelos conteúdos criados para contar sobre a Festa Porto 2025 e fazer cobertura em tempo real, atingimos 7.8 milhões de visualizações em vídeos, 4.4 milhões de alcance, 146 mil interações (soma de curtidas, compartilhamentos e comentários), e mais de 29 mil cliques para candidaturas nas nossas vagas no link da bio.

Em 2025, consolidamos o primeiro ano da Regenera, a estratégia de sustentabilidade da Porto que orienta nossa visão de longo prazo. Fundamentada em quatro pilares prioritários — Valorização do Capital Humano e Impacto Social, Estratégia Climática e Circularidade, Produtos e Soluções Sustentáveis e Engajamento da Cadeia de Valor — a estratégia estabelece 9 compromissos públicos que buscam integrar o desempenho socioambiental diretamente ao core business da companhia. Abaixo, citamos os principais indicadores e resultados dentro dos quatro pilares da estratégia:

Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI): Encerramos o ano com mulheres representando 57% do quadro total e 44% da liderança. Pessoas negras ocupam 25% dos cargos de gestão. Através do programa "Em Foco", aceleramos a prontidão de talentos para cadeiras estratégicas, além de superarmos a meta de engajamento e-NPS Porto, atingindo o patamar de 86 pontos (+15 p.p.).

Negócios Sustentáveis: Registramos um crescimento expressivo de 122% nas vendas de produtos e soluções sustentáveis, saltando de R\$ 0,8 bilhão em 2024 para R\$ 1,8 bilhão em 2025. O volume de itens vendidos atingiu 896 mil unidades no período, com foco especial em produtos de inclusão securitária.

Ação Climática: No âmbito da mitigação, reduzimos em 24% as emissões diretas (Escopos 1 e 2) da Companhia em relação ao ano anterior. Além disso, avançamos na mensuração de emissões indiretas ao nos tornarmos a primeira seguradora brasileira a aplicar a metodologia PCAF para o cálculo de emissões seguradas.

Cadeia de Valor: Iniciamos o Programa de Responsabilidade da Cadeia de Valor, visando engajar fornecedores e parceiros de negócio na adoção de práticas socioambientais compartilhadas, garantindo a integridade operacional de ponta a ponta.

Referente aos temas de aprendizagem, entendemos que é um dos motivos que fazem os nossos colaboradores permanecer na companhia, mapeado como fortaleza na pesquisa de clima e um dos nossos territórios de Marca Empregadora. Em 2025, oferecemos mais de 154 mil horas de treinamento e quase 170 mil inscrições para toda a companhia entre cursos, trilhas, palestras, entre outras formas de aprender, impactando 13.160 colaboradores. Deste montante, 141 mil inscrições e 61 mil horas são referentes aos cursos obrigatórios, sendo que em 2025 fizemos um processo de atualização para deixá-los mais atrativos e práticos.

Também oferecemos diversas ações transversais e para o negócio, como por exemplo o Load (Hub de Educação Corporativa).

Para Líderes, temos um programa desenhado com o objetivo de alavancar o desempenho, que no último ano impactou quase 850 líderes em mais de 75 turmas. Com temas como Inteligência Artificial, Mentalidade Analítica e Saúde Emocional, o programa atingiu um NPS médio de 90, posicionado em zona de excelência.

Já o Load Equipes, uma iniciativa que foca no desenvolvimento de competências-chave para toda a Companhia, especialmente pessoas não líderes, alcançamos o NPS de 92, contando também com trilhas específicas de Diversidade e Inclusão e Programas de Estágio. Além disso, temos a atuação dos núcleos de aprendizagem posicionados em outras diretorias, como Atendimento e Porto Bank, que buscam soluções voltadas aos desafios técnicos de cada negócio tornando esses números ainda maiores.

É um ecossistema amplo e seguimos trabalhando continuamente para uma visão global dos indicadores de aprendizagem da Porto.

Em 2025, o projeto Aprender na Porto, que tem por objetivo fomentar a Cultura de Aprendizagem e realizar a governança das diferentes áreas de aprendizagem na Porto, gerando sinergia e alinhamento, teve avanços realizando o *visioning* 25-30 de Aprendizagem, declarando os objetivos estratégicos de desenvolvimento que queremos evoluir nessa Temporada.

Já no Programa de Estágio admitimos 34 pessoas em 2025 e oferecemos uma trilha de aprendizagem específica de mais de 30 horas de sala de aula por participante, além de 6 meses de mentoria com líderes da Porto e apoio individual para desenvolvimento de projetos, focado na obtenção da certificação Yellow Belt em Lean Six Sigma.

O Programa de Melhoria Contínua treina, mentora projetos e certifica Colaboradores dentro das faixas de formação em Lean Six Sigma. Atualmente, os certificados ativos são: 22 Black Belts, 174 Green Belts e 388 Yellow Belts.

Os treinamentos da trilha de eficiência do Programa de Melhoria Contínua disponíveis na plataforma de aprendizagem mantiveram alta procura em 2025, com aumento de 19,8% na quantidade de treinamentos realizados em relação à 2024, totalizando 1.982 treinamentos realizados. Dentre todos os colaboradores ativos na Companhia, 3.215 já realizaram algum treinamento disponibilizado pelo Programa.

Os 226 projetos mentorados em 2025 pelo Programa, representam um aumento de 25,5% em relação a 2024, gerando impacto positivo na experiência do Cliente e do Colaborador, além do aumento de eficiência nos processos. Os projetos mentorados geraram um retorno sobre o investimento (ROI) no Programa de Melhoria Contínua de 10,3% em 2025.

A nossa Biblioteca consolidou-se em 2025 como um espaço de aprendizado prático e intercâmbio cultural. Acreditamos que a cultura e a literatura se fortalecem quando integradas a vivências reais, transformando o espaço da biblioteca em um ambiente dinâmico de interação.

Ao longo do ano, promovemos diversas iniciativas que exemplificam essa visão. Celebramos a **Consciência Negra** com a representatividade do Samba de Dandara em formato *pocket show* e realizamos sessões de **literatura gastronômica**, onde a análise da obra "*Amor nos Tempos do Cólera*",

de Gabriel García Márquez, foi acompanhada pela degustação de pratos típicos, aprofundando a imersão dos participantes no universo do autor. Além disso, o calendário contou com peças de teatro, grupos de leitura, palestras, curadorias temáticas e o projeto "Vamos Falar Sobre", somando **1.384 interações** em atividades culturais.

Esse dinamismo reflete diretamente no uso dos nossos serviços e no interesse do público. Em 2025, realizamos **5.885 empréstimos** entre livros e DVDs, o que representa um crescimento expressivo de **35,69%** em comparação ao ano anterior. A circulação do acervo também se expandiu para além da unidade física, com o envio de **536 malotes** de livros para as demais localidades, garantindo o acesso a todo o Brasil.

A busca por conhecimento também se deu no ambiente digital, com o registro de **10.881 consultas** no Terminal Web ao longo do ano. Esses números, aliados às ações de mediação cultural como as feiras de trocas e bate-papos com autores, reafirmam o papel da Biblioteca como um polo essencial de convivência e desenvolvimento intelectual para toda a Porto.

Em 2025 o **Instituto Porto fez 20 anos** e consolidou sua atuação em educação e inclusão produtiva. Formando **367 alunos na pré- formação** com **43% de empregabilidade e efetivando 36% dos aprendizes**. Já no programa Ação Educa, beneficiou 186 crianças e adolescentes com atividades socioeducativas, suporte psicológico, psicopedagógico e a inauguração de um consultório de saúde com mais de **600 consultas médicas** gratuitas com parceria da vertical Porto Saúde, com estas iniciativas biopsicossociais **81 crianças conseguiram melhorar sua nota** no ensino formal da escola. No pilar financeiro, o Instituto arrecadou **R\$ 1 milhão via doações** e destinou expressivos **R\$ 16,7 milhões para 24 projetos sociais** por meio de leis de incentivo fiscal (Lei da criança e adolescente, lei do idoso e apoio ao tratamento oncológico). O engajamento no Programa de Voluntariado foi destaque com **1.136 colaboradores e prestadores** participantes, somando mais de 3.500 mil horas de atuação e o impacto direto de suas ações alcançou mais de **7.000 pessoas** em situação de vulnerabilidade por meio das instituições parceiras no Brasil. Além disso, a frente de Desenvolvimento Territorial facilitou melhorias urbanas na região de Campos Elíseos com 405 protocolos abertos de manutenção e limpeza junto ao poder público e privado resultando em **42% de resolubilidade**. No total, o Instituto impactou cerca de 25 mil pessoas, contribuindo para um impacto social ainda mais justo e positivo.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Ambiental, social e governança (ASG) nos negócios

Em 2025, consolidamos nossa estrutura de governança de sustentabilidade, com foco na gestão e monitoramento dos indicadores corporativos. Passamos a divulgar nossas metas públicas diretamente no Relatório de Sustentabilidade e integramos o desempenho de negócios sustentáveis aos nossos releases para investidores. Além disso, mantivemos a estruturação para a melhoria contínua nos índices ISE e CDP.

Valorização do Capital Humano e Impacto Social

Consolidamos o Programa Juntos como o motor da nossa estratégia de Diversidade, Equidade e Inclusão (DE&I), estabelecendo metas públicas para 2030, como atingir 50% de mulheres e 30% de pessoas negras em cargos de liderança.

No final de 2025, as mulheres representam 57% do quadro total e 44% da liderança, enquanto as pessoas negras ocupam 25% dos cargos de gestão. Em 2025, o destaque foi o lançamento do "Em Foco", programa de prontidão para liderança que acelerou o desenvolvimento de profissionais mulheres e negros para posições estratégicas. Em menos de 6 meses, 14% dos participantes foram promovidos.

Estratégia Climática e Circularidade

Nossa estratégia climática de mitigação avançou com a aplicação da metodologia PCAF para o cálculo das emissões seguradas, na qual fomos a primeira seguradora brasileira a utilizar a metodologia para calcular as emissões. Esse trabalho foi apresentado na COP30, em Belém, onde participamos como uma das empresas empoderadoras da Casa do Seguro.

No âmbito operacional, iniciamos a substituição dos combustíveis da frota própria (impactando nas nossas emissões diretas do Escopo 1).

Produtos e Soluções Sustentáveis

Integramos a inclusão securitária ao nosso pilar de produtos e soluções sustentáveis, estruturando e conceituando o tema dentro da companhia, habilitando essa frente estratégica para avançar ainda mais nos próximos anos.

Em outubro, a Porto Asset lançou o Fundo Pitangueira, fundo que integra questões ESG na avaliação de Risco de Crédito.

Engajamento da Cadeia de Valor

Em Maio de 2025, demos um passo importante na gestão de parcerias com o início do Programa de Responsabilidade da Cadeia de Valor. Por meio dessa iniciativa, buscamos engajar fornecedores e parceiros de negócio para garantir que nossa responsabilidade socioambiental seja compartilhada com todos os elos que compõem a operação da Porto.

Projetos & Investimento Sociais

O Instituto Porto tem como direcionamento estratégico propiciar o desenvolvimento sustentável, gerando impacto social em comunidades ao redor da Porto em todo Brasil, apoiando organizações sociais que atuam com projetos voltados para educação, preparação para o mundo do trabalho, inclusão produtiva, saúde e bem estar. Nosso objetivo é potencializar o desenvolvimento social, investindo e potencializando organizações sociais locais, e por meio do desenvolvimento de programas e projetos próprios com foco em educação e geração de renda na região de Campos

Elíseos, centro de São Paulo, onde está instalada a Matriz da Cia, bem como realizar ações de mobilização e parceria por meio do voluntariado, captação de recursos materiais e financeiros e investimentos via leis de incentivos fiscais e inclusão produtiva de pessoas.

Dentre os programas realizados em 2025 o Programa de Aprendizagem, segue em expansão e com autossustentabilidade financeira. Com o objetivo de fortalecer o desenvolvimento e inclusão de jovens no ecossistema da Porto e na sociedade, o programa propicia a inclusão produtiva e o preparo para o primeiro emprego, além de cumprir e atender a legislação vigente da lei de aprendizagem.

A Pré-formação, curso preparatório que antecede a aprendizagem, aborda temas relacionados ao ambiente profissional, com o objetivo fortalecer o desenvolvimento e inclusão de pessoas no ecossistema Porto e na sociedade. Em 2025, o curso ofereceu conteúdos técnicos e socioemocionais com foco em geração de trabalho e renda para 367 alunos e ao longo do ano somou mais de 1476 horas de treinamento neste eixo. Dos 367 alunos formados, 116 foram inseridos no Programa de Aprendizagem, um índice de 43% de empregabilidade.

Ainda nessa temática, foram realizados os Cursos Profissionalizantes para a área de funilaria e seguros, com temas tanto relacionados aos negócios da Porto, quanto às necessidades apontadas pela comunidade, com o objetivo de potencializar o desenvolvimento de jovens e adultos de baixa renda e apoiá-los na busca de melhores condições socioeconômicas por meio do acesso ao trabalho formal ou a geração de renda. Ao longo do ano, foram formadas: 2 turmas, uma turma de funilaria com carga horária de 225 horas e 14 formados e uma turma de seguros com carga horária de 68 horas e 22 alunos formados. Ao todo, 36 alunos foram formados, propiciando até dezembro a inclusão produtiva de 12 alunos no mercado de trabalho. Vale ressaltar que os demais alunos estão em nosso banco de talentos e recebem indicações periódicas de vagas de emprego para candidatura. Quando falamos em capacitação profissional e geração de renda, para grande parte do público que atendemos é a primeira oportunidade de emprego formal. O programa de aprendizagem é uma ação estratégica, pois ao mesmo tempo que atende a legislação também atua no enfrentamento as desigualdades sociais, não apenas por gerar renda para os jovens, mas por trabalhar diferentes dimensões que condicionam, de forma estrutural, o potencial de desenvolvimento das suas capacidades, transformando suas realidades. Em 2025, a Porto efetivou 84 jovens durante o período de aprendizagem, o que significa 36% de efetivação.

Outra frente que se destacou foi o Programa Ação Educa, o programa atendeu 186 crianças e adolescentes, de 6 a 17 anos, no contraturno escolar, através de atividades socioeducativas. Nos baseamos através das competências socioemocionais da UNESCO, com o objetivo de ampliar repertórios de arte e cultura, promovendo acesso a educação de qualidade e a cidadania, inspirando-os na busca da autonomia para construção de seus projetos de vida, ampliando o acesso a oportunidades de trabalho.

Buscando ampliar o aprendizado e a experiência dos alunos, em 2025 ofertamos oficinas extras de coral, inglês, robótica e atividades culturais externas, oferecemos 1036 atendimentos psicológicos, 707 atendimentos psicopedagógicos e tivemos a entrega de um consultório de saúde no Instituto, o que propiciou mais de 600 consultas gratuitas em pediatria, otorrino, e outras especialidades. Além disso, foram realizados mutirões de saúde dental e oftalmológico. Neste período entregamos vales-alimentação mensalmente para todas as famílias atendidas no programa.

Para financiar todas essas ações contamos com a área de Captação de Recursos, que tem por objetivo engajar todo o ecossistema da Porto para uma cultura de doação e captar recursos para

investir em iniciativas de educação do Instituto Porto e Organizações Sociais parceiras. No total, foram arrecadados pouco mais de R\$ 1 milhão reais ao longo do ano de 2025, por meio de doações recorrentes e pontuais de colaboradores, investimento via lei de incentivo fiscal de empresas parceiras, programa de doação de pontos do Porto Bank (porto plus), Programa Nota Fiscal Paulista e recursos oriundos do estacionamento Porto, ao lado do Teatro Porto.

No último ano tivemos 1.840 investidores sociais na pessoa física, 1.224 doadores de nota fiscal paulista e duas empresas apoiando via lei de incentivo fiscal. Do total captados, foram investidos R\$ 600 mil reais no projeto Ação Educa.

No Programa Porto Voluntário, contemplamos matriz e sucursais, com 133 ações diferentes, alcançando 1.011 voluntários em todo Brasil. Tivemos ações recorrentes e pontuais, com cerca de 3.500 mil horas de atuação voluntária em 55 instituições sociais.

Além disso, foi realizada uma grande vivência social para 900 colaboradores da vertical Porto Saúde, com o objetivo de promover a cultura de voluntariado. A ação impactou seis organizações sociais e cerca de 3000 mil pessoas atendidas por essas OSCs.

Quando se trata de investimentos via lei de incentivo fiscal, o Instituto Porto divulga anualmente editais sociais para destinação dos recursos oriundos dessa fonte para projetos aprovados nas seguintes leis de incentivo: Lei da Criança e Adolescente (FUMCAD e CONDECA), Lei do Idoso (FEI e FMI), Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS). Em 2025 foram destinados por meio das leis de incentivo um total de R\$ 16.709.572,90 aportados em 24 projetos sociais que serão desenvolvidos nos próximos 12 meses e irá impactar cerca de 25 mil pessoas.

Em linhas gerais, o Instituto engajou cerca de 5 mil pessoas, por meio de doações financeiras e voluntariado, em 55 instituições sociais e mais de 26.520 mil atendimentos gerados, amplificando os programas e projetos desenvolvidos, impactando diretamente mais de 4000 mil pessoas em situação de vulnerabilidade social, além de mais de 25 mil pessoas impactadas por meio dos projetos apoiados via leis de incentivo fiscal.

A Associação Campos Elíseos +Gentil mudou o nome em 2025 e passou a se chamar Desenvolvimento Territorial, que tem por objetivo a facilitação de diálogos da comunidade com órgãos públicos nas frentes de conservação, manutenção, limpeza e intervenções educativas no território. Em 2025, foram abertos 405 protocolos com 45% de resolubilidade.

A Porto segue apoiando iniciativas como a Associação Crescer Sempre e o Instituto Ação Pela Paz. A Associação Crescer Sempre, entidade sem fins lucrativos, atua na comunidade de Paraisópolis com foco em educação formal de qualidade e no último ano apresentou como resultado 724 alunos formados por meio de seus diversos programas, como na escola regular de Educação Infantil, escola integral de Ensino Médio; escola regular de Ensino Fundamental Anos Finais; Cursos Profissionalizantes presenciais e mais de 12.100 mil empréstimos de livros da Biblioteca aberta à comunidade.

O Instituto Ação Pela Paz tem a missão de auxiliar o Poder Público e a sociedade civil em iniciativas que contribuam para a redução da reincidência criminal. Em 2025, foi realizado um grande evento

para celebrar os 10 anos da Instituição, que ao longo dessa década já apoiou *971 projetos e atendeu mais de 58 mil pessoas em 12 estados*.

AMBIENTE ECONÔMICO

A economia global apresentou desempenho positivo no quarto trimestre de 2025, superando os desafios impostos pela majoração das tarifas de importação norte-americanas e o ambiente geopolítico desafiador.

Nos EUA, a atividade econômica manteve-se resiliente, com dados correntes indicando crescimento anualizado de 2,7% ("Atlanta FED GDPNow"), concomitante a um gradual arrefecimento do mercado de trabalho.

Ainda que a inflação permaneça acima da meta em diversas métricas subjacentes, o risco de enfraquecimento adicional do mercado de trabalho foi argumento suficiente para levar o "FED" (Federal Reserve) a reduzir os juros em 75 pontos base desde setembro de 2025. A perspectiva de continuidade do crescimento norte-americano baseia-se em condições financeiras mais expansivas, estímulos fiscais e na redução da incerteza comercial. Além disso, a postura do "FED" (Federal Reserve) e dos candidatos para sucessão de Jerome Powell sugere maior tolerância inflacionária. Somado à percepção de maior ingerência do governo sobre a economia e o Banco Central, isto contribuiu para manutenção da tendência de depreciação do dólar global.

No Brasil, observa-se a continuidade da desaceleração da atividade econômica, reflexo da política monetária restritiva, embora partindo de patamares elevados. O mercado de trabalho segue resiliente, impulsionando o crescimento real da massa de renda.

Para o início de 2026, projetamos sustentação do consumo, favorecida pelo aumento da renda disponível decorrente da reforma do Imposto de Renda e do reajuste real do salário mínimo. A estimativa de crescimento do PIB para o ano de 2026 é de 1,5%. A desinflação de 2025 foi ancorada no recuo dos preços de alimentos e na forte apreciação cambial (~12%). A inflação de serviços, mais sensível ao ciclo econômico, segue elevada e sustenta nossa projeção de IPCA para 3,8% em 2026.

A dinâmica fiscal permanece como o principal fator de risco à estabilidade macroeconômica doméstica. Apesar do crescimento da arrecadação, o déficit primário persiste e pressiona a dívida bruta. Somado às incertezas do ciclo eleitoral de 2026, as expectativas de inflação seguem desancoradas da meta de 3%.

Consequentemente, o espaço para flexibilização monetária é limitado: esperamos o início do ciclo de cortes da Selic apenas em março, encerrando o ano em 12%. Os principais riscos monitorados à frente são: (i) aceleração da inflação norte-americana impulsionada pela atividade aquecida; (ii) escalada de conflitos geopolíticos com impacto relevante sobre crescimento econômico global; (iii) Deterioração adicional da dinâmica e expectativa fiscal brasileira.

COMPLIANCE

Declaração da diretoria

Os Diretores responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as disposições do artigo 27, §1º, incisos V e VI e do artigo 31, §1º, inciso II da Resolução CVM n.º 80/2022, declaram que:

- a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e
- b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Resolução CVM nº 80/22, Anexo C, Item 9

No exercício de janeiro a dezembro de 2025, não foram prestados pelos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa.

AGRADECIMENTOS

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026.

À Administração.

CONSELHO DA ADMINISTRAÇÃO

Bruno Campos Garfinkel	Presidente do Conselho de Administração
Paula Magalhães Cardoso Neves	Conselheira
André Luís Teixeira Rodrigues	Vice-Presidente do Conselho de Administração
Roberto de Souza Santos	Conselheiro
Lie Uema do Carmo	Conselheira Independente
Patrícia Maria Muratori Calfat	Conselheira Independente
Célia Kochen Parnes	Conselheira Independente

DIRETORIA

Paulo Sérgio Kakinoff	Diretor Presidente
Celso Damadi	Diretor Vice-Presidente – Financeiro, Controladoria e Investimentos
Patricia Chacon Jimenez	Diretora Vice-Presidente – Seguros
Lene Araújo de Lima	Diretor Vice-Presidente – Serviços
Luiz Augusto de Medeiros Arruda	Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing
Marcos Roberto Loução	Diretor Vice-Presidente – Negócios Financeiros
Sami Foguel	Diretor Vice-Presidente – Saúde
Domingos de Toledo Piza Falavina	Diretor de Relações com Investidores

Daniele Gomes Yoshida
Contadora - CRC 1SP 255783/O-1



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Shape the future
with confidence

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

À Diretoria e Conselho de Administração da
Porto Seguro S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Porto Seguro S.A.** (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (consolidado) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias das demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Estimativa dos contratos de seguros mensurados sob o *Premium Allocation Approach* (PAA), *Building Block Approach* (BBA) e *Variable Fee Approach* (VFA)

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.1 e 22, em 31 de dezembro de 2025 a Companhia, por meio de suas controladas, registrou ativo de contratos de seguros referente a PAA no montante de R\$ 99.394 mil e passivos de contratos de seguros no montante de R\$ 11.007.115 mil em seu balanço consolidado, dos quais respectivamente, R\$ 4.868.850 mil referem-se ao valor do PAA, R\$ 1.242.616 mil do BBA e R\$ 4.895.649 mil do VFA. Adicionalmente, o montante total do PAA já inclui R\$ (868.546) mil em ativos relacionados a fluxos de caixa de aquisição de seguros, conforme demonstrado na nota explicativa nº 22 (a). Conforme descrito nas referidas notas explicativas, esses montantes incluem tanto o passivo de cobertura remanescente (LRC - *Liability for Remaining Coverage*) quanto o passivo por sinistros incorridos (LIC - *Liability for Incurred Claims*) e ativos de fluxos de caixa de aquisição de seguros. Esses passivos são avaliados sob métodos PAA, BBA e VFA e refletem estimativas atuais de fluxos de caixa futuros, taxas de desconto e estimativas de ajuste de risco para risco não financeiro. Para o passivo de cobertura remanescente, avaliado sob métodos BBA e VFA, as estimativas contemplam ainda a margem de serviço desses contratos de seguros.

No montante de passivo por sinistros incorridos (LIC) está contida a estimativa de IBNR (sinistros ocorridos e não avisados), um processo complexo, o qual aplica métodos atuariais e estatísticos sobre dados históricos e padrões que exigem o uso de estimativas e julgamentos por parte da diretoria. Da mesma forma, essas técnicas também são aplicadas na estimativa dos fluxos de caixa relacionados ao passivo de cobertura remanescente (LRC) avaliados sob métodos BBA e VFA. Isso requer o uso de fórmulas complexas e ferramentas computacionais. Este é especificamente o caso para linhas de negócios que são consideradas de longo prazo, como determinados tipos de seguros de vida e previdência e outras linhas especializadas onde certas suposições de longo prazo são necessárias como parte das técnicas de projeção. Essas técnicas de projeção também consideram riscos emergentes, que podem ter um impacto significativo na determinação dos custos finais de liquidação, mas onde a experiência disponível é limitada, incluindo incertezas em torno de litígios de sinistros, pontualidade na comunicação de sinistros e inflação. Assim, identificamos os passivos por sinistros incorridos (LIC), os passivos por cobertura remanescente (LRC) avaliados pelos métodos de BBA e VFA e ativos de fluxos de caixa de aquisição de seguros, em conjunto, como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração dos passivos dos contratos de seguros e resseguros, firmados pela Companhia; (iv) a



**Shape the future
with confidence**

avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos dos passivos dos contratos de seguros e resseguros; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vii) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar quanto da sua existência, contribuições, resgates, portabilidades, concessão e pagamento de benefícios e adequado registro contábil; e (viii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado de nossos procedimentos de auditoria efetuados sobre o saldo dos passivos dos contratos de seguros e resseguros constituídos pelas controladas da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que as metodologias, premissas e respectivos cálculos efetuados para a determinação das respectivas provisões técnicas, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (*impairment*) de empréstimos e recebíveis

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.2.4 e 10.1, a Companhia, por meio de suas controladas, possui operações de empréstimos e recebíveis registrados ao custo amortizado, no montante de R\$ 2.774.731 mil, revisadas pela diretoria periodicamente no que tange a estimativa de perdas esperadas associadas ao risco de crédito (*impairment*). Consideramos a provisão para perdas de créditos esperadas como um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que as políticas e metodologias aplicadas determinam, por sua natureza, que sejam utilizadas premissas e julgamentos por parte da diretoria, que incluem, entre outros, os níveis de inadimplência dos tomadores desses empréstimos e recebíveis, incluindo renegociações, avaliações de garantias aceitas nas operações e de risco de contrapartes, bem como o histórico da qualidade desses portfólios. Adicionalmente, destacamos a importância do processo de estimativa pela relevância dos montantes envolvidos, alta pulverização das operações, e dos possíveis impactos dos níveis de inadimplência e renegociações.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, teste de reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica, análise das políticas, procedimentos e manuais internos desenvolvidos para fins da documentação das metodologias estabelecidas, a avaliação, acerca da aplicação das metodologias tanto quantitativa quanto qualitativamente, além da avaliação das premissas e demais informações determinadas pela diretoria para fins de estimativa dos valores de perdas esperadas em operações sujeitas ao risco de crédito e sua aderência às normas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e a avaliação das divulgações nas notas explicativas nº 3.2.4 e 10.1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas associadas à provisão adotadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas nº 3.2.4 e 10.1, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Investimentos – Participações em controladas

Conforme descrito nas notas explicativas nos. 1, 2.4 e 17 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui influência significativa nas controladas descritas nas referidas notas, e registra seu investimento utilizando o método de equivalência patrimonial. Em 31 de dezembro de 2025, o investimento da Companhia nas suas controladas totalizava R\$ 13.447.531 mil, e resultado de equivalência patrimonial de R\$ 3.328.193 mil, no exercício findo nessa data.

Considerando que reconhecimento dos investimentos em controladas é uma área importante e significativa na Companhia, determinamos essa como uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) leitura dos atos societários, contratos e regulamentos das controladas, confirmando a relação societária e influência significativa exercida pela Companhia nessas controladas; (ii) trabalhos de auditoria nas controladas para fins de validação dos investimentos registrados; (iii) revisão dos ajustes contábeis para homogeneização às políticas contábeis adotadas pela Companhia; (iv) testes de exatidão matemática entre os patrimônios das controladas e os registrados na Companhia e (v) avaliação da adequação das informações divulgadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado de nossos procedimentos de auditoria efetuados sobre investimentos, consideramos que o registro, documentações e respectivos cálculos efetuados para a determinação dos respectivos saldos de investimentos, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, conseqüentemente, elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança.

Uma vez que a avaliação da efetividade do ambiente de tecnologia da informação é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, com foco nos processos de



**Shape the future
with confidence**

gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, nossos testes sobre o desenho e operação dos controles gerais de tecnologia da informação considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos de auditoria.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



**Shape the future
with confidence**

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiros individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.



**Shape the future
with confidence**

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'P. di Paula da Silva Paz'.

Patricia di Paula da Silva Paz
Contadora CRC-SP198827/O



Ativo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Circulante		2.057.842	1.206.511	33.320.310	26.288.831
Caixa e equivalentes de caixa	8	117.864	65.836	1.897.923	2.191.494
Aplicações financeiras					
Aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado	9.1.1	1.623.518	981.519	8.783.666	7.414.555
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado	9.2	142.574	—	1.753.073	—
Empréstimos e recebíveis (ao custo amortizado)	10	—	—	16.654.627	13.829.746
Ativos do contrato de resseguro	22	—	—	82.055	98.294
Recebíveis de prestação de serviços		—	—	718.273	598.621
Impostos e contribuições a recuperar	11.1	95.052	46.157	959.312	295.594
Bens à venda	12	—	—	140.310	190.043
Custos de aquisição diferidos	13	—	—	931.143	508.959
Instrumentos financeiros derivativos	14	—	—	104.120	160.192
Outros ativos	15	78.834	112.999	1.295.808	1.001.333
Não circulante		14.818.838	13.809.013	22.544.683	21.624.905
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras					
Aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado	9.1.1	—	—	2.920	2.608
Aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	9.1.2	—	—	1.966.712	2.024.620
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado	9.2	1.056.375	1.106.332	9.197.955	8.986.434
Empréstimos e recebíveis (ao custo amortizado)	10	—	—	1.052.109	1.026.884
Ativos do contrato de resseguro	22	—	—	17.339	2.667
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.3.1	—	—	1.378.268	1.553.404
Impostos e contribuições a recuperar	11.1	—	—	—	1.472
Custos de aquisição diferidos	13	—	—	1.875.872	1.033.428
Depósitos judiciais	16	88	296	1.511.271	1.519.542
Outros ativos	15	34	6.409	79.647	105.046
Investimentos					
Participações em controladas	17.1	13.447.531	12.340.228	—	—
Participações em coligadas e entidades controladas em conjunto	17.2	—	—	251.139	226.851
Outros investimentos		40.536	32.784	40.536	32.784
Propriedades para investimentos	18	273.700	322.390	241.962	273.535
Imobilizado	19	574	574	936.335	930.500
Intangível	20	—	—	3.911.751	3.817.933
Ativo de direito de uso	21	—	—	80.867	87.197
Total do Ativo		16.876.680	15.015.524	55.864.993	47.913.736

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Passivo e Patrimônio líquido	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Circulante		907.098	704.888	26.585.494	22.875.026
Passivos do contrato de seguro	22	—	—	6.112.517	5.806.877
Passivos financeiros	23	—	—	15.630.658	13.664.214
Impostos e contribuições a recolher	11.2	56.566	36.760	654.365	545.337
Dividendos e JCP a pagar	27	731.346	603.824	731.346	606.734
Instrumentos financeiros derivativos	14	—	—	—	718
Passivo de arrendamento	25	—	—	20.060	20.197
Outros passivos	26	119.186	64.304	3.436.548	2.230.949
Não circulante		228.359	259.842	13.408.276	10.893.312
Passivos do contrato de seguro	22	—	—	4.894.598	4.621.884
Passivos financeiros	23	—	—	5.600.535	3.559.964
Impostos de renda e contribuição social diferidos	11.3.3	8.540	8.354	692.329	534.419
Provisões judiciais	24	—	—	1.420.790	1.431.451
Instrumentos financeiros derivativos	14	—	—	10.629	11.284
Passivo de arrendamento	25	—	—	110.542	114.317
Outros passivos	26	219.819	251.488	678.853	619.993
Patrimônio líquido		15.741.223	14.050.794	15.871.223	14.145.398
Capital social	27 (a)	8.500.000	8.500.000	8.500.000	8.500.000
Reservas de lucros:		5.647.126	4.241.500	5.647.126	4.241.500
(-) Ações em tesouraria	27 (b)	(328.652)	(155.607)	(328.652)	(155.607)
Reservas de lucros - demais		5.975.778	4.397.107	5.975.778	4.397.107
Reservas de capital		769.960	808.332	769.960	808.332
Dividendos adicionais propostos		885.826	559.335	885.826	559.335
Outros resultados abrangentes		(61.689)	(58.373)	(61.689)	(58.373)
Lucros acumulados		—	—	—	—
Participação dos acionistas não controladores		—	—	130.000	94.604
Total do Passivo e Patrimônio líquido		16.876.680	15.015.524	55.864.993	47.913.736

(Em milhares de reais, exceto para informações sobre resultado por ação)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	Dezembro de	Dezembro de	Dezembro de	Dezembro de
	Explicativa	2025	2024	2025	2024
Receitas					
Receita de contrato de seguro	28	—	—	32.641.790	28.363.063
Receita de operações de crédito	29	—	—	4.702.054	3.701.018
Receita de prestação de serviços	30	—	—	3.424.238	3.084.116
Receita com títulos de capitalização		—	—	115.059	95.269
Outras receitas operacionais	31	6.252	13.518	356.042	281.730
Equivalência patrimonial	17.1	3.328.193	2.607.022	65.759	33.277
Total das receitas		3.334.445	2.620.540	41.304.942	35.558.473
Despesas					
Despesa de contrato de seguro	28	—	—	(25.361.238)	(21.614.392)
Despesa líquida com contratos de resseguros/retrocessões	28	—	—	(73.125)	(56.044)
Custos de aquisição - outros		—	—	(750.392)	(773.606)
Despesa administrativa	32	(98.468)	(71.211)	(6.029.217)	(5.322.697)
Despesa com tributos	33	(91.675)	(48.169)	(1.223.559)	(1.068.913)
Custo dos serviços prestados		—	—	(352.795)	(241.062)
Outras despesas operacionais	34	(4.442)	—	(4.440.972)	(3.382.273)
Total das despesas		(194.585)	(119.380)	(38.231.298)	(32.458.987)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		3.139.860	2.501.160	3.073.644	3.099.486
Receita financeira	35	268.229	171.230	2.022.857	1.433.505
Despesa financeira	36	(28.761)	(27.545)	(456.986)	(588.425)
Lucro operacional		3.379.328	2.644.845	4.639.515	3.944.566
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.379.328	2.644.845	4.639.515	3.944.566
Imposto de renda e contribuição social	11.4	1.556	—	(1.215.437)	(1.253.784)
Corrente		—	—	(911.996)	(1.332.386)
Diferido		1.556	—	(303.441)	78.602
Resultado líquido do exercício		3.380.884	2.644.845	3.424.078	2.690.782
Atribuível a:					
- Acionistas da Companhia		3.380.884	2.644.845	3.380.884	2.644.845
- Acionistas não controladores em controladas		—	—	43.194	45.937
Resultado por ação:					
- Básico e diluído	39	5,2118	4,0780	5,2118	4,0780

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Resultado líquido do exercício	3.380.884	2.644.845	3.424.078	2.690.782
Outros resultados abrangentes	(3.316)	43.703	(3.316)	43.703
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:				
Ajustes de títulos e valores mobiliários em controladas	121.818	(275.360)	121.818	(275.360)
Efeitos tributários sobre ajustes de títulos e valores mobiliários em controladas	(48.727)	110.144	(48.727)	110.144
Resultado com "hedge" em controladas	(119.123)	212.452	(119.123)	212.452
Efeitos tributários sobre resultado com "hedge" em controladas	47.649	(84.981)	47.649	(84.981)
Ganhos e perdas atuariais	(28.902)	(80)	(28.902)	(80)
Efeitos tributários sobre resultado com ganhos e perdas atuariais	11.561	32	11.561	32
Ajustes acumulados de conversão em controladas	14.457	13.782	14.457	13.782
Resultado financeiro líquido de contratos de seguro e resseguro em controladas	(3.653)	65.979	(3.653)	65.979
Outros ajustes de avaliação patrimonial em controladas	1.604	1.735	1.604	1.735
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	3.377.568	2.688.548	3.420.762	2.734.485
Atribuível a:				
- Acionistas da Companhia	3.377.568	2.688.548	3.377.568	2.688.548
- Acionistas não controladores em controladas	—	—	43.194	45.937

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Reservas de capital	Lucros acumulados	Dividendos adicionais propostos	Outros resultados abrangentes	Total	Acionistas não controladores em controladas	Total do patrimônio líquido
		Ações em tesouraria	Reservas de lucros-demaís							
Saldo em 31 de dezembro de 2023	8.500.000	(123.192)	3.044.045	808.332	—	288.153	(102.076)	12.415.262	82.536	12.497.798
Aprovação dos dividendos adicionais propostos no ano anterior	—	—	—	—	—	(288.153)	—	(288.153)	—	(288.153)
Recompra de ações de própria emissão	—	(200.824)	—	—	—	—	—	(200.824)	—	(200.824)
Reconhecimento pagamento em ações - controladora/controladas	—	—	195.149	—	—	—	—	195.149	—	195.149
Ações alienadas - controladora/controladas	—	168.409	(168.409)	—	—	—	—	—	—	—
Ajustes de títulos e valores mobiliários	—	—	—	—	—	—	(165.216)	(165.216)	—	(165.216)
Resultado com "hedge" em controladas	—	—	—	—	—	—	127.471	127.471	—	127.471
Ajustes acumulados de conversão - controladas	—	—	—	—	—	—	13.782	13.782	—	13.782
Resultado financeiro líquido de contratos de seguro e resseguro - controladas	—	—	—	—	—	—	65.979	65.979	—	65.979
Outros ajustes de avaliação patrimonial - controladas	—	—	—	—	—	—	1.687	1.687	—	1.687
Participações de não controladores em controladas	—	—	—	—	—	—	—	—	(33.869)	(33.869)
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	2.644.845	—	—	2.644.845	45.937	2.690.782
Destinações:										
Reserva legal	—	—	132.242	—	(132.242)	—	—	—	—	—
Reserva estatutária	—	—	1.194.080	—	(1.194.080)	—	—	—	—	—
Distribuição de dividendos/JCP:										
Dividendos mínimos obrigatórios/JCP	—	—	—	—	(759.188)	—	—	(759.188)	—	(759.188)
Dividendos/JCP adicionais propostos	—	—	—	—	(559.335)	559.335	—	—	—	—
Saldo em 31 de dezembro de 2024	8.500.000	(155.607)	4.397.107	808.332	—	559.335	(58.373)	14.050.794	94.604	14.145.398

	Nota explicativa	Reservas de lucros			Reservas de capital	Lucros acumulados	Dividendos adicionais propostos	Outros resultados abrangentes	Total	Acionistas não controladores em controladas	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de lucros-demaís							
Saldo em 31 de dezembro de 2024		8.500.000	(155.607)	4.397.107	808.332	—	559.335	(58.373)	14.050.794	94.604	14.145.398
Aprovação dos dividendos adicionais propostos no ano anterior	24 (e)	—	—	—	—	—	(559.335)	—	(559.335)	—	(559.335)
Recompra de ações de própria emissão		—	(381.331)	—	—	—	—	—	(381.331)	—	(381.331)
Transações de capital		—	—	59	(38.372)	—	—	—	(38.313)	—	(38.313)
Reconhecimento pagamento em ações - controladora/controladas	24 (d)	—	—	243.794	—	—	—	—	243.794	—	243.794
Ações alienadas - controladora/controladas	24 (d)	—	208.286	(208.286)	—	—	—	—	—	—	—
Outros - controladas		—	—	5.541	—	—	—	—	5.541	—	5.541
Ajustes de títulos e valores mobiliários		—	—	—	—	—	—	73.091	73.091	—	73.091
Resultado com "hedge" em controladas		—	—	—	—	—	—	(71.474)	(71.474)	—	(71.474)
Ganhos e perdas atuariais - controladas		—	—	—	—	—	—	(17.341)	(17.341)	—	(17.341)
Ajustes acumulados de conversão - controladas		—	—	—	—	—	—	14.457	14.457	—	14.457
Resultado financeiro líquido de contratos de seguro e resseguro - controladas		—	—	—	—	—	—	(3.653)	(3.653)	—	(3.653)
Outros ajustes de avaliação patrimonial - controladas		—	—	—	—	—	—	1.604	1.604	—	1.604
Participações de não controladores em controladas		—	—	—	—	—	—	—	—	(7.798)	(7.798)
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	3.380.884	—	—	3.380.884	43.194	3.424.078
Destinações:											
Reserva legal		—	—	169.044	—	(169.044)	—	—	—	—	—
Reserva estatutária		—	—	1.368.519	—	(1.368.519)	—	—	—	—	—
Distribuição de dividendos/JCP:											
Dividendos mínimos obrigatórios/JCP		—	—	—	—	(957.495)	—	—	(957.495)	—	(957.495)
Dividendos/JCP adicionais propostos		—	—	—	—	(885.826)	885.826	—	—	—	—
Saldo em 31 de dezembro de 2025		8.500.000	(328.652)	5.975.778	769.960	—	885.826	(61.689)	15.741.223	130.000	15.871.223

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Caixa líquido atividades operacionais	(267.583)	(353.758)	1.368.371	2.415.087
Caixa gerado nas operações	176.468	(40.732)	4.043.298	3.002.137
Resultado líquido do exercício	3.380.884	2.644.845	3.424.078	2.690.782
Depreciações	—	—	101.959	113.642
Amortizações	—	—	320.761	299.423
Equivalência patrimonial	(3.328.193)	(2.607.022)	(65.759)	(33.277)
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	123.777	85.169	230.346	3.314
Provisões judiciais	—	(163.724)	59.876	(62.897)
Resultado na venda de imobilizado	—	—	(27.963)	(8.850)
Variações nos ativos e passivos	(440.753)	(310.544)	(1.122.161)	734.488
Aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado	(641.999)	200.694	(1.369.423)	3.491.236
Aplicações financeiras - demais categorias	(92.617)	(856.519)	(1.906.686)	(3.939.504)
Ativos de contratos de seguros e resseguros	—	—	1.567	14.518
Empréstimos e recebíveis	—	—	(3.064.308)	(1.567.573)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(123.591)	—	352.282	(252.681)
Impostos e contribuições a recuperar	(48.895)	1.908	(662.246)	(75.267)
Bens à venda	—	—	48.812	109.065
Custos de aquisição diferidos	—	—	(1.264.628)	(534.987)
Depósitos judiciais	208	163.659	8.271	103.074
Outros ativos	81.478	77.706	(357.895)	(205.844)
Operações de arrendamentos	—	—	2.418	4.223
Passivo de contratos de seguros e resseguros	—	(85.538)	578.354	(207.400)
Passivos financeiros	—	—	3.896.022	2.009.026
Instrumentos financeiros derivativos	—	231	54.699	(185.527)
Impostos e contribuições a recolher	23.104	(3.651)	1.488.512	1.399.914
Pagamento de provisões judiciais	—	—	(70.537)	(18.806)
Outros passivos	361.559	190.966	1.142.625	591.021
Outros	(3.298)	(2.482)	(1.552.766)	(1.321.538)
Outros resultados abrangentes	—	—	(3.316)	43.703
Participação dos acionistas não controladores	—	—	(7.798)	(33.869)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.298)	(2.482)	(1.379.484)	(1.221.583)
Juros sobre captação de recursos pagos	—	—	(162.168)	(109.789)
Caixa líquido atividades de investimento	1.760.304	1.450.648	(494.410)	232.841
Alienação de imobilizado e intangível	—	—	48.157	619.421
Aquisição de imobilizado	—	—	(137.125)	(103.121)
Dividendos e JCP recebidos	2.138.714	1.901.367	—	—
Aumento/ redução de capital em controladas	(378.410)	(450.719)	—	—
Aquisição de intangível	—	—	(405.442)	(283.459)
Caixa líquido atividades de financiamento	(1.440.693)	(1.039.248)	(1.167.532)	(1.561.837)
Recompras - ações em tesouraria	(250.641)	(200.824)	(250.641)	(200.824)
Captação de recursos	—	—	2.047.523	1.663.944
Pagamento de empréstimos e arrendamentos (exceto juros)	—	—	(1.774.362)	(2.186.533)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(1.190.052)	(838.424)	(1.190.052)	(838.424)
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	52.028	57.642	(293.571)	1.086.091
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	65.836	8.194	2.191.494	1.105.403
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	117.864	65.836	1.897.923	2.191.494

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Receitas	6.690	12.341	41.445.434	35.554.381
Receita de contrato de seguro	—	—	32.641.790	28.377.425
Receita de operações de crédito	—	—	4.701.809	3.701.018
Receita de prestação de serviços	—	—	3.793.061	3.412.207
Outras	6.690	12.341	358.939	219.462
Provisão para perda de crédito	—	—	(50.165)	(155.731)
Receita operacional	6.690	12.341	41.445.434	35.554.381
Despesa de seguros e resseguros	—	—	(25.434.363)	(21.684.798)
Insumos adquiridos de terceiros	(13.168)	(12.757)	(7.265.252)	(5.687.300)
Materiais, energia e outros	(5.737)	(4.845)	(4.596.995)	(3.520.300)
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	—	—	(352.794)	(241.062)
Serviços de terceiros e comissões	(6.992)	(9.089)	(2.347.508)	(2.020.221)
(Perda)/recuperação de valores ativos	(439)	1.177	32.045	94.283
Valor adicionado bruto	(6.478)	(416)	8.745.819	8.182.283
Depreciação e amortização	—	—	(422.720)	(413.065)
Valor adicionado líquido produzido	(6.478)	(416)	8.323.099	7.769.218
Valor adicionado recebido/cedido em transferência	3.581.276	2.758.733	1.669.491	965.552
Resultado financeiro	253.083	151.711	1.627.732	932.275
Equivalência patrimonial	3.328.193	2.607.022	41.759	33.277
Valor adicionado total a distribuir	3.574.798	2.758.317	9.992.590	8.734.770
Distribuição do valor adicionado	3.574.798	2.758.317	9.992.590	8.734.770
Pessoal	83.317	48.736	3.240.456	2.920.312
Remuneração direta	5.045	4.822	1.661.549	1.478.901
Benefícios	78.272	43.914	1.469.121	1.337.861
F.G.T.S	—	—	109.786	103.550
Impostos, taxas e contribuições	104.957	64.736	3.312.795	3.085.900
Federais	104.957	64.736	3.104.994	2.917.730
Estaduais	—	—	4.232	3.810
Municipais	—	—	203.569	164.360
Remuneração de capitais de terceiros	5.640	—	15.261	37.776
Juros	5.640	—	14.919	38.056
Aluguéis	—	—	342	(280)
Remuneração de capitais próprios	3.380.884	2.644.845	3.424.078	2.690.782
Juros sobre capital próprio	1.123.052	801.263	1.123.052	801.263
Dividendos	567.390	218.500	567.390	218.500
Lucros retidos do exercício	1.690.442	1.625.082	1.690.442	1.625.082
Participação dos não controladores nos lucros retidos	—	—	43.194	45.937

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Seguro S.A. ("Controladora" ou "Companhia") é uma sociedade de capital aberto com sede na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740 – Bloco B ("Edifício Rosa Garfinkel") – 11º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, Brasil, com ações negociadas no segmento do Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3. Seu objeto é a participação como acionista ou sócia em outras sociedades empresárias, nacionais ou estrangeiras, denominadas em conjunto com a Porto Seguro S.A., como "Porto Seguro" ou "Grupo Porto", que podem explorar atividades de: (i) seguros em todos os ramos; (ii) instituições financeiras, equiparadas e administração de consórcios; (iii) atividades conexas, correlatas ou complementares às demais descritas anteriormente; e (iv) entre outras.

O Grupo Porto, possui uma arquitetura de negócios que está estruturada em cinco verticais estratégicas: Seguros, Saúde, Bank, Serviços e Outros Negócios.

A Companhia possui as seguintes participações:

			Dezembro de 2025		Dezembro de 2024	
			Participação (%)		Participação (%)	
Classificação	Consolidação		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Vertical Seguros						
Porto Cia	Controlada	Integral	100,0	—	100,0	—
Porto Vida e Previdência	Controlada	Integral	—	100,0	—	100,0
Azul Seguros	Controlada	Integral	—	100,0	—	100,0
Itaú Auto e Residência	Controlada	Integral	—	100,0	—	100,0
Porto Capitalização	Controlada	Integral	—	100,0	—	100,0
Franco	Controlada	Integral	—	100,0	—	100,0
Vertical Saúde						
Porto Saúde Participações	Controlada	Integral	100,0	—	100,0	—
Porto Saúde Operações	Controlada	Integral	—	100,0	—	100,0
Porto Saúde	Controlada	Integral	—	100,0	—	100,0
Portomed	Controlada	Integral	—	100,0	—	100,0
Porto Odonto	Controlada	Integral	—	100,0	—	100,0
Porto Saúde Serviços	Controlada	Integral	—	100,0	—	100,0
Serviços Médicos	Controlada	Integral	—	100,0	—	100,0
Porto Seguro Saúde Ocupacional	Controlada	Integral	—	100,0	—	100,0
Onkos (iv)	Coligada	Equiv. Patrimonial	—	40,0	—	40,0
Vertical Financeira						
Porto Bank	Controlada	Integral	100,0	—	100,0	—
Porto Negócios Financeiros	Controlada	Integral	—	100,0	—	100,0
Portoseg	Controlada	Integral	—	100,0	—	100,0
Porto Consórcio	Controlada	Integral	—	100,0	—	100,0
Portopar	Controlada	Integral	—	100,0	—	100,0
ConectCar	Control. em conjunto	Equiv. Patrimonial	—	50,0	—	50,0
Porto Seguros Financeiros	Controlada	Integral	—	100,0	—	100,0
Porto Serviços Financeiros	Controlada	Integral	—	100,0	—	100,0
Crediporto	Controlada	Integral	—	100,0	—	100,0
Porto Intermediação e Negócio (iii)	Controlada	Integral	—	100,0	—	100,0
Nido	Controlada	Integral	—	100,0	—	100,0

	Classificação	Consolidação	Dezembro de 2025		Dezembro de 2024	
			Participação (%)		Participação (%)	
			Direta	Indireta	Direta	Indireta
Vertical Serviços						
Porto Serviço	Controlada	Integral	87,44	—	99,99	—
Unigás	Controlada	Integral	—	100,00	—	100,00
Porto Assistência Participações (v)	Controlada	Integral	—	81,60	—	81,60
CDF (v)	Controlada	Integral	—	81,60	—	81,60
Outros Negócios						
Porto Uruguay	Controlada	Integral	100,00	—	100,00	—
Porto Asset Management	Controlada	Integral	100,00	—	100,00	—
Porto Gestora	Controlada	Integral	100,00	—	100,00	—
Porto Serviços e Comércio	Controlada	Integral	99,99	—	99,99	—
Proteção e Monitoramento	Controlada	Integral	—	100,00	—	100,00
Renova	Controlada	Integral	—	100,00	—	100,00
Renova Peças Novas	Controlada	Integral	—	100,00	—	100,00
Porto Atendimento	Controlada	Integral	—	100,00	—	100,00
Porto Intermediação e Agenciamento (iii)	Controlada	Integral	—	100,00	—	100,00
Porto Serviços Uruguai	Controlada	Integral	—	100,00	—	100,00
Porto Serviço Negócios (i)	Controlada	Integral	—	100,00	—	100,00
Porto WM Gestora	Controlada	Integral	—	100,0	—	—
Porto WM Holding	Controlada	Integral	100,0	—	—	—
Porto WM Partners	Controlada	Integral	—	100,0	—	—
Petlove	Coligada	Equiv. Patrimonial	—	13,50	—	13,50
Porto Pagamentos	Controlada	Integral	—	100,0	—	100,0

(i) A partir de 2025, a empresa Mobitech passou a adotar a nova razão social Porto Serviço Negócios S.A..

(ii) A partir de 2025, a empresa Porto Conecta passou a adotar a nova razão social Porto Serviço Intermediação e Agenciamento de Negócios S.A..

(iii) A partir de 2025, a empresa Olho Mágico passou a adotar a nova razão social Porto Intermediação e Negócio Ltda..

(iv) A partir de setembro de 2025, a Onkos Oncologia passou a fazer parte da Vertical de Saúde, conforme descrito na nota 1.1.1. Não houve qualquer alteração de participação sob a ótica do Grupo Porto.

(v) Empresas incorporadas na Porto Serviço em outubro de 2025, conforme descrito na nota 1.1.2.

As características das empresas estão demonstradas abaixo:

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais (“Porto Cia”), opera seguros de danos e de pessoas.

Porto Seguro Vida e Previdência S.A. (“Porto Vida e Previdência”), opera seguros de pessoas e planos de previdência complementar nas modalidades de pecúlio e renda.

Azul Companhia de Seguros Gerais (“Azul Seguros”), opera seguros de danos e de pessoas.

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. (“Itaú Auto e Residência”), opera seguros de danos.

Porto Seguro Capitalização S.A. (“Porto Capitalização”), administra e comercializa títulos de capitalização.

Franco Corretagem de Seguros Ltda. (“Franco”), presta serviços técnicos de corretagem de seguros.

Porto Seguro - Seguros del Uruguay S.A. ("Porto Uruguay"), opera seguros de danos e pessoas no Uruguai.

Porto Bank S.A. ("Porto Bank"), "holding" da vertical financeira, de empresas do Grupo Porto, reguladas e não reguladas pelo BACEN.

Porto Negócios Financeiros S.A. ("Porto Negócios Financeiros"), sub-holding da vertical financeira de empresas do Grupo Porto, reguladas pelo BACEN.

Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Portoseg"), concede empréstimos e financiamentos ao consumo e para capital de giro, além de operar cartões de crédito.

Porto Seguro Administradora de Consórcios Ltda. ("Porto Consórcio"), administra grupos de consórcios para aquisição de bens móveis e imóveis.

Portopar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Portopar"), atua na distribuição de cotas de fundos de investimentos.

ConectCar Instituição de Pagamento e Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. ("ConectCar"), opera por meios de pagamento eletrônico que atua na instituição de arranjos de pagamento próprios, prestação de atividades, no âmbito do seu próprio arranjo ou de pagamento ou de terceiros, como instituição de pagamentos, que incluem, mas não se limitam, a prestação de serviços de pagamento, e a prestação de serviços relacionados e auxiliares aos meios de pagamentos em geral.

Porto Seguros Financeiros S.A. ("Porto Seguros Financeiros"), sub-holding da vertical financeira.

Porto Serviços Financeiros S.A. ("Porto Serviços Financeiros"), sub-holding da vertical financeira de empresas do Grupo Porto não reguladas no mercado financeiro.

Crediporto Promotora de Serviços Ltda. ("Crediporto"), presta serviços para obtenção de créditos e financiamento ao consumo.

Porto Intermediação e Negócio Ltda ("Porto Intermediação e Negócio") atua com, (i) intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto os de natureza imobiliária e (ii) participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, simples ou empresárias, na qualidade de sócia ou acionista. Atual nomenclatura da Olho Mágico Soluções Imobiliárias Ltda. ("Olho Mágico").

Nido Tecnologia Ltda ("Nido") atua com, (i) a manutenção, desenvolvimento e licenciamento de programas; (ii) o suporte técnico em software e outros serviços em tecnologia da informação; (iii) a prestação de serviços de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários e (iv) a prestação de serviços de cobranças e informações cadastrais.

Porto Saúde Participações S.A. ("Porto Saúde Participações"), "holding" da vertical saúde, de empresas do Grupo reguladas e não reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Porto Saúde - Operações de Saúde S.A. ("Porto Saúde Operações"), sub-holding da vertical saúde, controladora de empresas do Grupo Porto reguladas pela ANS.

Porto Saúde – Serviços de Saúde S.A. (“Porto Saúde Serviços”), sub-holding da vertical saúde, controladora de empresas do Grupo Porto não reguladas no mercado de saúde.

Porto Seguro - Seguro Saúde S.A. (“Porto Saúde”), opera seguro de saúde.

Portomed - Porto Seguro Serviços de Saúde Ltda. (“Portomed”), opera planos privados de assistência à saúde.

Porto Seguro Serviços Odontológicos Ltda. (“Porto Odonto”), operará planos privados de assistência odontológica.

Porto Seguro Serviços Médicos Ltda. (“Serviços Médicos”), presta serviços de assessoria administrativa para médicos e operadoras de saúde.

Porto Seguro Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho Ltda. (“Porto Seguro Saúde Ocupacional”), presta serviços de consultoria e assessoria em saúde ocupacional, segurança do trabalho, ergonomia e serviços ambulatoriais.

Onkos Oncologia e Participações Ltda. (“Onkos”), realiza a prestação de consultoria em serviços médicos oncológicos ambulatoriais relacionados à oncologia clínica, sendo um dos maiores centros de oncologia, hematologia e radioterapia da América Latina.

Porto Serviço S.A., (“Porto Serviço”) além, de ser a “holding” da vertical serviço, uma das verticais do Grupo Porto, atua no mercado de assistência e serviço.

Unigás Ltda. (“Unigás”), especializada na área de instalação de sistemas de aquecimento, gás natural e gás liquefeito de petróleo, assim como na realização de assistência técnica, manutenções, reparos e individualizações de medição de consumo.

Porto Seguro Serviços e Comércio S.A. (“Porto Serviços e Comércio”), presta serviços relacionados, complementares ou correlatos à atividade de seguros, gestão de negócios e participações societária.

Porto Seguro Proteção e Monitoramento Ltda. (“Proteção e Monitoramento”), presta serviços relacionados à proteção e ao monitoramento eletrônico.

Porto Seguro Renova - Serviços e Comércio Ltda. (“Renova”), comercializa e distribui peças automotivas.

Porto Seguro Renova Serviços e Comércio de Peças Novas Ltda. (“Renova Peças Novas”), comercializa e distribui peças automotivas novas.

Porto Seguro Atendimento Ltda. (“Porto Atendimento”), presta serviços de “telemarketing” e atendimento em geral.

Porto Serviço Intermediação e Agenciamento de Negócio S.A. (“Porto Intermediação e Agenciamento”), presta serviço de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral,

exceto de natureza imobiliária. Atual nomenclatura da Porto Seguro Telecomunicações Ltda. ("Porto Conecta").

Porto Servicios S.A. ("Porto Serviços Uruguai"), presta serviços relacionados, complementares ou correlatos à atividade de seguros no Uruguai.

Porto Serviço Negócios S.A. ("Porto Serviço Negócios"), realiza comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores e intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto os de natureza imobiliária. Atual nomenclatura da Mobitech Locadora de Veículos S.A. ("Mobitech").

PetLove Cayman Ltd. ("Petlove"), opera como uma holding de um ecossistema focado em saúde e bem-estar animal, planos médico-veterinários e e-commerce, com soluções de tecnologia, suporte logístico e assistências personalizadas para pessoas e pets. Além disso, detém participações societárias para expansão de negócios e infraestrutura de serviços no mercado..

Porto Seguros S.A. ("Porto Seguros"), tem por objeto a participação em outras sociedades ou entidades e a compra e venda de participações societárias em sociedades e entidades que desenvolvam atividades no mercado de seguros e/ou atividades relacionadas.

Porto Seguro Investimentos Ltda. ("Porto Asset Management"), administra e faz a gestão de carteiras de títulos e valores mobiliários, fundos de investimento e outros recursos de terceiros.

Porto Seguro Gestora de Recursos Ltda. ("Porto Gestora"), atua com a administração e a gestão de carteiras de valores mobiliários, fundos de investimentos e recursos financeiros.

Porto WM Gestora de Recursos Ltda. ("Porto WM Gestora"), atua com a administração e a gestão de carteiras de valores mobiliários, fundos de investimentos e recursos financeiros.

Porto WM Holding Ltda. ("Porto WM Holding"), tem por objeto a participação em outras sociedades ou entidades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista.

Porto WM Partners Ltda. ("Porto WM Partners"), tem por objeto participação em outras sociedades ou entidades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista; e prestação de serviços de consultoria e outros serviços de apoio.

Porto Seguro Pagamentos Ltda. ("Porto Pagamentos"), tem por objeto a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, simples ou empresárias, na qualidade de sócia ou acionista.

1.1 EVENTOS RELEVANTES DO EXERCÍCIO

1.1.1 CISÃO PARCIAL - PORTO SERVIÇO E COMÉRCIO

Em 30 de setembro de 2025 foi realizada a cisão parcial da Porto Serviços e Comércio, relacionada ao investimento na coligada Onkos Oncologia, com versão de parte do acervo patrimonial cindido para a Porto Saúde Serviços. O grupo Porto, do qual as Sociedades fazem parte, está em processo de reorganização interna, em especial para finalizar a estruturação de suas verticais, de forma a

possibilitar a melhor e mais eficiente alocação interna de suas atividades, ativo e pessoal. A cisão parcial está inserida e faz parte da reorganização societária do grupo Porto.

O acervo cindido implicou em uma redução de capital, mediante cancelamento de ações, de R\$ 44.796 na Porto Serviços e Comércio, e em um aumento de capital no mesmo montante na Porto Saúde Serviços, mediante emissão de ações.

Em decorrência desse movimento a Companhia aportou capital na Porto Saúde Participações, no mesmo montante de R\$ 44.796, para transferência das ações emitidas na Porto Saúde Serviços em sua titularidade.

1.1.2 REORGANIZAÇÕES SOCIETÁRIAS - INCORPORAÇÕES

Em 31 de outubro de 2025, conforme informado nos fatos relevantes de 09 de outubro de 2025 e de 31 de outubro de 2025, a Porto Serviço incorporou suas controladas CDF e Porto Assistência Participações. O objetivo foi simplificar a estrutura e integrar as atividades de assistência. A operação resultou em um aumento de capital de R\$ 46.399 para a Porto Serviço e na emissão de 140.531.050 de novas ações.

As novas ações emitidas na Porto Serviço foram atribuídas aos acionistas da Porto Assistência Participações em substituição às ações da Porto Assistência Participações, que foram extintas em decorrência dessa incorporação, observada a relação de substituição e demais regras previstas no Protocolo e Justificação da Incorporação enviado à CVM em 09 de outubro de 2025. As novas ações emitidas pela Porto Serviço foram integralizadas mediante a versão do patrimônio líquido das sociedades incorporadas.

A Companhia celebrou um acordo de acionistas, incluindo o BTG Pactual Economia Real Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada, em 31 de outubro de 2025, regulando direitos e obrigações na qualidade de acionistas da Porto Serviço. A transação não dependia de aprovação de autoridades.

Para fins consolidados, a transação é neutra, dado que as entidades envolvidas já faziam parte das demonstrações contábeis consolidadas.

Os acervos líquidos contábeis, objetos das incorporações mencionadas, estão demonstradas abaixo:

Porto Assistência Participações

Ativo	Outubro de 2025	Passivo e Patrimônio líquido	Outubro de 2025
Circulante	38.830	Circulante	24.122
Caixa e equivalentes de caixa	465	Obrigações a pagar	14.749
Aplicações financeiras		Impostos e contribuições a recolher	2.851
Aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado	180	Receitas diferidas	4.902
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado	1.026	Outros passivos	1.620
Recebíveis de prestação de serviços	33.791		
Impostos e contribuições a recuperar	3.235	Não circulante	179.665
Outros ativos	133	Passivos financeiros	179.160
		Outros passivos	505
Não circulante	539.295		
Realizável a longo prazo		Patrimônio líquido	374.338
Aplicações financeiras		Capital social	87.430
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado	4.337	Reservas de capital	33.326
Imposto de renda e contribuição social diferidos	888	Reservas de lucros	48.841
Outros ativos	28	Outros resultados abrangentes	(1.998)
Investimentos		Lucros acumulados	206.739
Participações em controladas	534.042		
Total do ativo	578.125	Total do Passivo e Patrimônio líquido	578.125

CDF			
Ativo	Outubro de 2025	Passivo e Patrimônio líquido	Outubro de 2025
Circulante	579.760	Circulante	327.888
Caixa e equivalentes de caixa	13.760	Obrigações a pagar	171.042
Aplicações financeiras		Passivos financeiros	84
Aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado	10.189	Impostos e contribuições a recolher	43.514
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado	57.446	Receitas diferidas	78.627
Recebíveis de prestação de serviços	373.763	Outros passivos	34.621
Impostos e contribuições a recuperar	25.889		
Custos de aquisição diferidos	40.958	Não circulante	46.597
Outros ativos	57.755	Receitas diferidas	8.785
		Provisões judiciais	30.628
Não circulante	328.767	Passivos financeiros	643
Realizável a longo prazo		Outros passivos	6.541
Aplicações financeiras			
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado	242.846	Patrimônio líquido	534.042
Imposto de renda e contribuição social diferidos	30.624	Capital social	338.451
Custos de aquisição diferidos	4.221	Reserva de capital	8.601
Depósitos judiciais	7.858	Reservas de lucros	21.184
Outros ativos	18.836	Outros resultados abrangentes	(133)
Imobilizado	2.212	Lucros acumulados	165.939
Intangível	22.170		
Total do ativo	908.527	Total do Passivo e Patrimônio líquido	908.527

(*) Os saldos relacionados à participações em controladas e patrimônio líquido não foram incorporados em suas respectivas rubricas, uma vez que já estavam registrados pelo método de equivalência patrimonial na Porto Serviço.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As informações individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro: “International Financial Reporting Standards” (IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Essas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 04 de fevereiro de 2025.

2.2 CONTINUIDADE

A Companhia não vislumbra em cenários de médio e longo prazos, riscos à continuidade de seus negócios, uma vez que, entre outros motivos: (i) opera em mercados em expansão no país, principalmente o de seguros, onde há grandes potenciais de aumento de sua participação no PIB brasileiro, quando comparado com padrões estrangeiros; (ii) investe em tecnologias e processos para proporcionar um crescimento sustentável de suas operações; (iii) busca a diversificação de produtos, mercados e regiões, ampliando sua gama de atuação; e (iv) possui resultados econômico-financeiros passados consistentes e uma sólida condição patrimonial.

2.3 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada como parte de suas informações trimestrais individuais (Controladora) e como informação suplementar às informações trimestrais consolidadas, pois não é uma demonstração prevista pela IFRS. A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.4 CONTROLE E CONSOLIDAÇÃO

(a) CONTROLADAS

Considera-se controlada a sociedade na qual a Controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de controle das atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades.

As políticas contábeis das empresas controladas foram harmonizadas, quando necessário, para fins de consolidação, visando eliminar o efeito da adoção de práticas não uniformes entre as empresas e a correção de algumas práticas prescritas pelos órgãos reguladores e consideradas pela Administração em desacordo com as práticas contábeis internacionais.

O processo de consolidação contempla as seguintes eliminações: (i) das participações no patrimônio mantidas entre elas; (ii) dos saldos de contas-correntes e outros ativos e/ou passivos mantidos entre elas; e (iii) dos saldos de receitas e despesas provenientes de operações realizadas entre elas, quando aplicável. Subsequentemente é destacado o valor da participação dos acionistas não controladores destas controladas nas demonstrações financeiras consolidadas.

As controladas são consolidadas a partir da data na qual o controle é transferido e não são mais consolidadas a partir da data em que esse controle deixa de existir.

(b) COLIGADA E CONTROLADA EM CONJUNTO

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como entidades controladas em conjunto ("joint ventures") dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

(c) COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos a valor justo com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o IFRS 9/ CPC 48 - Instrumentos financeiros na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos).

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela desta unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nestas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

2.5 APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

As informações por segmentos operacionais foram agrupadas e são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido à Diretoria Executiva, que é o principal tomador de decisões operacionais, alocação de recursos e responsável pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais e, inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Porto Seguro. O detalhamento e as divulgações de segmentos estão apresentados na nota explicativa nº 7.

2.6 MOEDA FUNCIONAL

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

(a) TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos resultantes da liquidação de tais transações são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de itens de operação caracterizada como investimento no exterior.

O resultado e o balanço patrimonial da Porto Seguro Uruguai e Porto Serviços Uruguai (cujas moeda funcional é o peso uruguaio) são convertidos para a moeda de apresentação da Companhia da seguinte forma: (i) ativos e passivos - pela taxa de câmbio da data de encerramento do balanço ou pela taxa histórica, de acordo com a característica do item; (ii) receitas e despesas - pela taxa de câmbio média do exercício (exceto se a média não corresponder a uma aproximação razoável para este propósito); e (iii) todas as diferenças de conversão são registradas como um componente separado do patrimônio líquido.

2.7 NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES EXISTENTES QUE ESTÃO EM VIGOR E NÃO FORAM ADOTADAS ANTECIPADAMENTE PELA COMPANHIA**2026 - ALTERAÇÕES DA IFRS9/ CPC 48 e IFRS 7/ CPC 40**

As alterações introduzidas tratam dos seguintes temas:

i - data de reconhecimento e baixa dos instrumentos financeiros e características relevantes na avaliação dos fluxos de caixa dos instrumentos financeiros para classificação e mensuração, inclusão de contratos de eletricidade, bem como permitir a utilização desses contratos em estrutura de hedge.

ii - divulgações relativas aos instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros vinculados a eventos contingentes.

Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026, os possíveis impactos estão sendo avaliados, e, se aplicável, serão apresentados na demonstração financeira relativa ao exercício de 2026.

2026 - CBPS nºs 01 e 02/ IFRS S1 e S2

A CVM publicou as Resoluções nºs 217 e 218 em 29 de outubro de 2024 que aprovam os Pronunciamentos Técnicos CBPS nºs 01 e 02 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras relacionadas à Sustentabilidade e Divulgações Relacionadas ao Clima, emitido pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade – CBPS.

Estes pronunciamentos nacionais estabelecem a convergência regulatória do Brasil com os padrões internacionais emitidos pelo International Sustainability Standards Board (ISSB) e as normas IFRS S1 e IFRS S2. A aplicação obrigatória se dará para os exercícios sociais iniciados em 1º de janeiro de 2026. Os possíveis impactos estão sendo avaliados, e, se aplicável, serão apresentados na demonstração financeira relativa ao período de 2026.

2027 - CPC 51 (IFRS 18) – APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO EM DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Substitui a IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 introduz novos subtotais e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações

sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e, se aplicável, serão apresentados na demonstração financeira relativa ao período de 2027.

LEI COMPLEMENTAR Nº 214/2025

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, resultante da conversão do PLP nº 68/2024. Esta lei é parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132, que estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo. Ela institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), marcando um passo importante na Reforma Tributária do consumo.

Para atendimento o Grupo Porto instituiu o Grupo de Trabalho Multidisciplinar, com reporte direto à Diretoria Executiva, para gerir a transição tributária entre 2026 e 2033. O foco central é assegurar a conformidade regulatória e a eficiência fiscal da operação.

A fase inicial de mapeamento de processos em todas as verticais de atuação já foi finalizada.

A definição da estratégia futura depende da clarificação de três pilares:

- Alíquotas: Definição das taxas de referência pelo Senado e entes federativos;
- Regulação Setorial: Instruções específicas do órgão regulador a qual essa entidade se reporta; e
- Operacionalização: Normas da Receita Federal.

A Administração manterá o monitoramento contínuo das publicações do Comitê Gestor do IBS e da Secretaria da Receita Federal para atualizar projeções e ajustar o planejamento estratégico conforme as lacunas regulatórias forem preenchidas.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve alterações relevantes nas políticas contábeis no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

3.1 POLÍTICAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS - IFRS 17

3.1.1 CONTRATOS DE SEGURO E RESSEGURO

(a) CLASSIFICAÇÃO

Os contratos sob os quais a Companhia aceita risco de seguro significativo são classificados como contratos de seguro. Os contratos detidos pela Companhia sob os quais transfere risco de seguro significativo relacionado com os contratos de seguro subjacentes são classificados como contratos de resseguro. Os contratos de seguro e resseguro também expõem a Companhia ao risco financeiro.

Os contratos de seguro podem ser emitidos e os contratos de resseguro podem ser adquiridos pela Companhia, ou podem ser adquiridos em uma combinação de negócios ou em uma transferência de contratos que não formam um negócio. Todas as referências nestas políticas contábeis a contratos

de seguro e resseguro incluem contratos emitidos, iniciados ou adquiridos pelo grupo, salvo indicação em contrário.

Além disso, os contratos podem ser classificados como contratos de participação direta ou contratos sem características de participação direta. Os contratos de participação direta são contratos para os quais os termos contratuais especificam que o titular da apólice participa de uma parte de um item claramente identificado em conjunto de itens subjacentes, desta forma a Companhia espera pagar ao segurado um valor igual a uma parte substancial dos retornos de valor justo dos itens subjacentes, bem como uma proporção substancial de qualquer alteração nos valores a serem pagos ao tomador da apólice, que varie com a mudança no valor justo dos itens subjacentes, segundo a IFRS 9/CPC 48–Instrumentos Financeiros.

Contratos de investimento são aqueles que não transferem risco de seguro significativo. Os títulos de capitalização emitidos pela Companhia são classificados como contratos de investimento e contabilizados como instrumentos financeiros, de acordo com a IFRS 9/CPC 48.

(b) SEPARAÇÃO DOS COMPONENTES DOS CONTRATOS DE SEGURO E RESSEGURO

A Companhia avaliou a separação dos seguintes componentes de um contrato de seguro ou resseguro: derivativos embutidos, componentes de investimentos distintos (nos quais não estão relacionados a prestação dos serviços relacionados ao risco de seguros e que podem ser comercializados separadamente) ou componente de bens ou serviços dentro de um contrato de seguro (definido como qualquer bem ou serviço que seja distinto ou não relacionado a seguro). Atualmente, a Companhia não possui bens, serviços, componentes de investimentos, derivativos embutidos ou combinação de contratos de seguro cuja contabilização de um componente distinto segundo outra norma seja necessária considerando os testes e acessos de separação que levam em conta a utilização de materialidade destes componentes perante a representatividades nos produtos existentes na Companhia.

(c) AGREGAÇÃO E RECONHECIMENTO DE CONTRATO DE SEGURO E RESSEGURO

CONTRATO DE SEGURO

A Companhia agrupa e mensura os contratos de seguro nos quais os grupos são formados por contratos sujeitos a riscos semelhantes e administrados em conjunto e dividindo cada carteira/portfólio em safras anuais (ou seja, por ano de emissão) e cada coorte anual subdividida em três grupos que se separam conforme seu reconhecimento inicial, formando grupos onde há: (i) contratos onerosos no reconhecimento inicial; (ii) contratos que, no reconhecimento inicial, não tenham possibilidade significativa de se tornarem onerosos posteriormente; e (iii) os contratos restantes na coorte anual.

Um contrato de seguro emitido pelo grupo é reconhecido desde o início do seu período de cobertura, quando se vence o primeiro pagamento do tomador do seguro ou, se não houver vencimento contratual na data, quando é recebido do tomador do seguro; e quando fatos e circunstâncias indicarem que o contrato é oneroso.

Destacamos os segmentos de reporte de seguros por empresa onde:

Porto Cia		
PAA	BBA	
Seguro automóveis	Fiança	
Seguro de pessoas		
Demais ramos		
Porto Vida e Previdência		
PAA	BBA	VFA
Vida Individual	Tradicional e Riscos	Previdência - PG/VG
Azul Seguros	Itaú Auto e Residência	
PAA	PAA	
Seguro automóveis	Seguro automóveis	
Demais ramos	Demais ramos	
Porto Saúde	Portomed	
PAA	PAA	
Saúde	Saúde	
Porto Seguro Uruguai		
PAA		
Demais ramos		

CONTRATO DE RESSEGURO

Para os grupos de contratos de resseguros, a Companhia reconhece o grupo/portfólio, onde na cobertura proporcional se os contratos de resseguros mantidos fornecem cobertura proporcional no início do período de cobertura do grupo de contratos de resseguro mantidos ou no reconhecimento inicial de qualquer contrato subjacente, o que ocorrer depois ou na cobertura não proporcional e a partir do início do período de cobertura do grupo de contratos de resseguros mantidos. No entanto, se o grupo de contratos de resseguro reconhecer um grupo oneroso de contratos de seguro subjacentes em uma data anterior e o contrato de resseguro relacionado tiver sido celebrado antes dessa data anterior, o grupo de contratos de resseguro será reconhecido nessa data anterior, sendo aplicável aos contratos de resseguro de excesso de perda e “stop loss”.

Destacamos os segmentos de reporte de resseguros por empresa onde:

Porto Cia	Itaú Auto e Residência	Porto Vida e Previdência
PAA	PAA	PAA
Demais ramos	Seguro automóveis	Previdência - PG/VG

(d) FLUXOS DE CAIXA DE AQUISIÇÃO DE SEGUROS

A Companhia aloca seus fluxos de caixa de aquisição de seguros aos grupos de contratos de seguros, utilizando métodos consistentes.

Se os fluxos de caixa de aquisição de seguros são diretamente atribuíveis a um grupo de contratos (por exemplo, comissões não reembolsáveis pagas na emissão de um contrato), então eles são alocados a esse grupo e aos grupos que incluirão renovações desses contratos. As atribuições das renovações aplicam-se apenas a contratos não vida, determinados contratos de seguro a termo e de seguro saúde que tenham um período de cobertura de um ano. O grupo espera recuperar parte dos fluxos de caixa de aquisição de seguros relacionados por meio de renovações desses contratos. A alocação para renovações é baseada na forma como o grupo espera recuperar esses fluxos de caixa.

A Companhia, apresenta os fluxos de caixa de aquisição de seguros diretamente atribuíveis a uma carteira, mas não a um grupo de contratos, sendo alocados aos grupos da carteira usando um método sistemático e racional. Reconhecendo como ativo quando os fluxos de caixa de aquisição de seguros surgem antes do reconhecimento dos grupos.

A Companhia revisa os valores alocados aos grupos para refletir quaisquer mudanças nas premissas que determinam as entradas para o método de alocação utilizado.

AValiação DE RECUPERABILIDADE

A Companhia avalia a recuperabilidade dos fluxos de caixa de aquisição de um ativo, se houverem fatos e circunstâncias que os indiquem, reconhecendo uma perda por redução ao valor recuperável no lucro ou prejuízo de modo que o valor contábil do ativo não exceda a entrada líquida de caixa esperada para o grupo relacionado. Caso este ativo estiver relacionado a renovações futuras, reconhece uma perda por redução ao valor recuperável no resultado na medida em que espera que esses fluxos de caixa de aquisição de seguros excedam a entrada líquida de caixa para as renovações esperadas. Se este excesso ainda não tenha sido reconhecido como uma perda por redução ao valor recuperável, a Companhia reverte quaisquer perdas por “impairment” no resultado e aumenta a quantia escriturada do ativo na medida em que as condições de “impairment” tenham melhorado.

(e) LIMITES DO CONTRATO DE SEGURO E RESSEGURO

A Companhia avalia o segmento de seguros, no qual os fluxos de caixas estão dentro dos limites do contrato se surgirem de direitos e obrigações substantivos que existam durante o período, no qual a Companhia possa obrigar o segurado a pagar prêmios ou tiver uma obrigação substantiva de fornecer serviços (incluindo cobertura de seguro e quaisquer serviços de investimento), na qual inclui a capacidade prática de reavaliar riscos, preços ou benefícios individuais ou em nível de portfólios que reflitam os riscos assumidos. A reavaliação de riscos considera apenas os riscos transferidos dos segurados para o grupo, que podem incluir tanto riscos de seguros quanto financeiros, mas excluem riscos de lapso e despesas.

Para o segmento de resseguro, a Companhia avalia se os fluxos de caixa estão dentro dos limites do contrato se surgirem de direitos e obrigações substantivos que existam durante o período em que o grupo é obrigado a pagar valores ao ressegurador ou tem um direito substantivo de receber serviços do ressegurador, tendo a capacidade prática de reavaliar os riscos, preços e benefícios, que recebe e possui o direito de rescindir a cobertura. O limite do contrato é reavaliado a cada data de relatório para incluir o efeito de mudanças nas circunstâncias sobre os direitos e obrigações substantivas do grupo e, portanto, pode mudar ao longo do tempo.

(f) MENSURAÇÃO**APRESENTAÇÃO**

As carteiras de contratos de seguro ativos e passivos e as carteiras de contratos de resseguro ativos e passivos são apresentadas separadamente no balanço patrimonial. Quaisquer ativos ou passivos reconhecidos por fluxos de caixa surgidos antes do reconhecimento do grupo de contratos relacionados são incluídos no valor contábil das carteiras de contratos relacionadas. A Companhia desagrega os valores reconhecidos na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes (OCI - Other Comprehensive Income), compreendendo receitas ou despesas financeiras de seguros.

A Companhia apresenta em seus contratos de resseguro as despesas e receitas separadas das receitas e despesas de contratos de seguro. As receitas e despesas de contratos de resseguro, exceto receitas ou despesas financeiras de seguros, são apresentadas pelo valor líquido como despesas líquidas de contratos de resseguro no resultado de serviços de seguros.

MODIFICAÇÕES E BAIXA

A Companhia deverá baixar contratos de seguro quando, os direitos e obrigações relativos ao contrato são extintos (ou seja, dispensados, cancelados ou expirado) ou o contrato é modificado de forma que se resulte em uma mudança no modelo de mensuração ou o padrão aplicável para medir um componente do contrato, alterando substancialmente o limite do contrato ou exige que o contrato modificado seja incluído em um grupo diferente. Nesses casos, a Companhia reconhece o contrato modificado como um novo contrato. Quando uma modificação não é tratada como baixa, a Companhia reconhece os valores pagos ou recebidos pela modificação com o contrato como um ajuste do passivo relevante para “Liability for Remaining Coverage” - LRC.

COMPONENTES DE PERDA – MODELO SIMPLIFICADO

A Companhia assume que nenhum contrato é oneroso no reconhecimento inicial, a menos que fatos e circunstâncias indiquem o contrário. Se a qualquer momento durante o período de cobertura, os fatos e circunstâncias indicarem que um conjunto de contratos de seguro é oneroso, a Companhia estabelece um componente de perda como o excesso de fluxo de caixa de cumprimento relativos ao passivo de cobertura remanescente do grupo. Dessa forma, ao final do período de cobertura do grupo de contratos, o componente de perda será zero.

COMPONENTES DE RECUPERAÇÃO DE PERDAS

A Companhia reconhece uma perda no reconhecimento inicial de um grupo oneroso de contratos de seguro subjacentes ou quando outros contratos de seguro subjacentes onerosos são adicionados a um grupo. A Companhia estabelece um componente de recuperação de perdas do ativo para o passivo de cobertura remanescente de um grupo de contratos de resseguro detidos que retratam a expectativa de recuperação das perdas.

Um componente de recuperação de perdas é subsequentemente reduzido a zero de acordo com as reduções no grupo oneroso de contratos de seguro subjacentes, a fim de refletir que o componente

de recuperação de perdas não deve exceder a parte do valor contábil do componente de perda do grupo oneroso de contratos de seguro subjacentes que a entidade espera recuperar do grupo de contratos de resseguro detidos.

(i) **CONTRATOS DE SEGURO – MODELO GERAL ("BUILDING BLOCK APPROACH" – BBA)**

A Companhia segue as determinações, realizando no reconhecimento inicial dos grupos de contratos de seguros a mensuração dos fluxos de caixa de cumprimento que incluem estimativas de fluxos de caixas futuros, ajustados para refletir o valor no tempo e os riscos financeiros associados e um ajuste de risco para risco não financeiro, que representa a compensação exigida pela incerteza sobre o valor e a tempestividade dos fluxos de caixa decorrentes do risco não financeiro. A margem de serviço contratual (MSC) representa o lucro não realizado que a Companhia reconhecerá à medida que presta serviços sob esses contratos, estabelecido pelo total de: (a) fluxos de caixa de cumprimento; (b) quaisquer fluxos de caixa resultantes naquela data; e (c) valores resultantes da baixa de quaisquer ativos ou passivos anteriormente reconhecidos para fluxos de caixa relacionados ao grupo. Se o contrato não for oneroso, a MSC é mensurada com o valor igual da entrada líquida, o que não resulta em receitas ou despesas decorrentes do reconhecimento inicial. Porém, se o total for uma saída líquida, logo o grupo é oneroso, então a saída líquida é reconhecida como uma perda no resultado. Desse modo, a Companhia estabelece um componente de perda para representar o valor da saída líquida de caixa, que determina os valores apresentados no resultado como reversões de perdas em contratos onerosos e são excluídos da receita de seguros.

CONTRATOS DE SEGURO – MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE – MODELO GERAL (BBA)

A Companhia tem uma quantia estruturada de grupos de contratos de seguros em cada data de reporte, essa quantia é a soma do passivo para cobertura remanescente ("Liability for Remaining Coverage" - LRC) e o passivo por sinistros incorridos ("Liability for Incurred Claims" – LIC). É adicionado ao LRC os fluxos de caixa de cumprimento relacionados aos serviços que serão prestados de acordo com os contratos em períodos futuros e qualquer MSC remanescente naquela data. O Passivo por Sinistro Incorrido inclui os fluxos de caixa de cumprimento de sinistros incorridos e despesas que ainda não foram pagas, incluindo sinistros ocorridos, mas ainda não reportados.

A Companhia segue a norma relacionado a atualização dos fluxos de caixa de cumprimento dos grupos de contratos de seguro, mensurados na data do balanço usando estimativas atuais de fluxos de caixa futuros, taxas de desconto atuais e estimativas atuais de ajuste de risco para risco não financeiro. As mudanças nos fluxos de caixa de cumprimento são reconhecidas como segue:

Alterações relacionadas a serviços futuros	Ajustado contra a MSC (ou reconhecido no serviço de seguro resultando em lucro ou prejuízo se o grupo for oneroso)
Alterações relacionadas a serviços atuais ou passados	Reconhecido no resultado de serviços de seguros resultando em lucro ou prejuízo
Efeitos do valor do dinheiro no tempo, risco financeiro e suas mudanças nos fluxos de caixa estimados	Reconhecido como receitas ou despesas financeira de seguros

RECEITA DE SEGUROS – CONTRATOS NÃO MENSURADOS NO PAA

A Companhia reconhece a receita de seguros à medida que cumpre suas obrigações de desempenho, ou seja, à medida que presta serviços em grupos de contratos de seguro. Para os contratos não mensurados pelo PAA, a receita de seguros relativa aos serviços prestados para cada ano representa o total das variações da responsabilidade por coberturas remanescentes relacionadas aos serviços pelos quais a Companhia espera receber contraprestação e compreende os itens: (i) uma liberação da MSC, medida com base nas unidades de cobertura fornecidas; (ii) alterações no ajuste do risco não financeiro relativo aos serviços correntes; e (iii) sinistros e outras despesas de serviços de seguros incorridas no exercício, geralmente mensuradas pelos montantes previstos no início do ano. Isso inclui valores decorrentes da baixa de quaisquer ativos para fluxos de caixa que não sejam fluxos de caixa de aquisição de seguros na data do reconhecimento inicial de um grupo de contratos que são reconhecidos como receita de seguros e despesas de serviços de seguros nessa data.

MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE DA MARGEM DE SERVIÇO CONTRATUAL – MODELO GERAL (BBA)

A Companhia realiza o ajuste do valor contábil da MSC, em novos contratos que sejam adicionados ao grupo durante o ano, juros acumulados sobre o valor contábil da MSC durante o ano, mensurados pelas taxas de desconto sobre os fluxos de caixa nominais que não variam com base nos retornos de quaisquer itens subjacentes, determinados no reconhecimento inicial. As mudanças nos fluxos de caixa de cumprimento relacionados a serviços futuros, exceto na medida em que ocorram aumentos nos fluxos de caixa de cumprimento excedem o valor contábil da MSC, caso em que o excesso é reconhecido como uma perda no lucro ou prejuízo e cria um componente de perda ou reduções nos fluxos de caixa de cumprimentos são alocadas ao componente de perda, revertendo perdas anteriormente reconhecidas no resultado. O efeito de quaisquer diferenças cambiais na MSC e o valor reconhecido como receita de seguros em razão dos serviços prestados no exercício.

A Companhia considera mudanças nos fluxos de caixa de cumprimento relacionados a serviços futuros.

(ii) CONTRATOS DE SEGURO – ABORDAGEM DE ALOCAÇÃO DE PRÊMIO (PREMIUM ALLOCATION APPROACH - PAA)

A Companhia aplica o modelo PAA para a maior parte de seus contratos de seguro e resseguro, pois se tratam de contratos com período de cobertura de um ano ou menos. Para os contratos com cobertura superior a um ano, a Companhia modelou possíveis cenários futuros e razoavelmente espera que a mensuração do LRC para o grupo que contém esses contratos sob o PAA não difere materialmente da mensuração que seria produzida aplicando o modelo geral BBA.

A Companhia não aplica o modelo PAA se, no início do grupo de contratos, espera variabilidade significativa nos fluxos de caixa de cumprimento que afetariam a mensuração do LRC durante o período anterior à ocorrência de um sinistro, ou se um contrato indicar onerosidade.

Quando os fatos e circunstâncias indicam que os contratos são onerosos no reconhecimento inicial, a Companhia realiza análises adicionais para determinar se uma saída líquida é esperada do contrato. Esses contratos onerosos são agrupados separadamente de outros contratos e a Companhia

reconhece uma perda no resultado pela saída líquida, resultando no valor contábil do passivo do grupo igual aos fluxos de caixa de cumprimento. Um componente de perda é estabelecido pela Companhia para o passivo de LRC para tal grupo oneroso representando as perdas reconhecidas.

MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE – ABORDAGEM DE ALOCAÇÃO DE PRÊMIO (PAA)

A Companhia mensura o valor contábil do LRC periodicamente, considerando as entradas de prêmios recebidos no período, menos os fluxos de caixa de aquisição de seguros; mais quaisquer valores relativos à amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguros reconhecidos como despesa no exercício de relatório para o grupo; mais qualquer ajuste ao componente de financiamento, quando aplicável; menos o valor reconhecido como receita de seguro pelos serviços prestados no exercício; menos qualquer componente de investimento pago ou transferido para a LIC. Adicionalmente, a Companhia estima a LIC como o cumprimento dos fluxos de caixa relacionados aos sinistros ocorridos.

FLUXOS DE CAIXA DE AQUISIÇÃO DE CONTRATOS – ABORDAGEM DE ALOCAÇÃO DE PRÊMIO (PAA)

A Companhia tem seus fluxos de caixa de aquisição de seguros decorrentes dos custos de venda, subscrição e início de um grupo de contratos de seguros (emitidos ou com previsão de emissão) que são diretamente atribuíveis à carteira de contratos de seguros a que o grupo pertence. Com exceção da linha de produtos de seguros patrimoniais, para os quais a Companhia opta por contabilizar os fluxos de caixa de aquisição de seguros à medida que ocorrem, a Companhia utiliza um método sistemático e racional para alocar Fluxos de caixa de aquisição de seguros que são diretamente atribuíveis a um grupo de contratos de seguro a esse grupo; e a grupos que incluam contratos de seguro que se espera que surjam das renovações dos contratos de seguro desse grupo.

A Companhia aplica os fluxos de caixa de aquisição de seguros diretamente atribuíveis a uma carteira de contratos de seguro que não são diretamente atribuíveis a um grupo de contratos. Quando os fluxos de caixa de aquisição de seguros foram pagos ou incorridos antes que o grupo relacionado de contratos de seguro seja reconhecido no balanço patrimonial, um ativo separado para fluxos de caixa de aquisição de seguro é reconhecido para cada grupo relacionado.

RECEITA DE CONTRATOS DE SEGUROS – ABORDAGEM DE ALOCAÇÃO DE PRÊMIOS (PAA)

A Companhia estabelece que a receita de seguro do exercício é o valor dos recebimentos de prêmios esperados (excluindo qualquer componente de investimento) alocado com base na passagem do tempo. Caso o padrão esperado de liberação de risco durante o período de cobertura diferir significativamente da passagem do tempo, então a alocação é feita com base no tempo esperado das despesas de serviço de seguro incorridas.

CONTRATOS DE RESSEGUROS MANTIDOS

Para mensurar um grupo de contratos de resseguro, a Companhia aplica as mesmas políticas contábeis que são aplicadas aos contratos de seguro sem características de participação direta, com as seguintes modificações, considerando como valor contábil de um grupo de contratos de resseguro, a soma do ativo para LRC e do ativo para sinistros incorridos. O ativo para cobertura LRC e

os fluxos de caixa de cumprimento relacionados aos serviços serão recebidos de acordo com os contratos em períodos futuros e qualquer MSC remanescente naquela data.

A Companhia mensura as estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros usando premissas consistentes com aquelas usadas para mensurar as estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros para os contratos de seguro subjacentes, com um ajuste para qualquer risco de não desempenho por parte do ressegurador. O efeito do risco de descumprimento da resseguradora é avaliado em cada data de relato e o efeito das alterações do risco de descumprimento é reconhecido em resultados. O ajuste de risco para risco não financeiro é o valor do risco que está sendo transferido pelo grupo para o ressegurador.

A Companhia, reconhece no momento inicial, a MSC de um grupo de contratos de resseguro como um custo líquido ou ganho líquido na compra de resseguro. Mensurando a MSC, como o valor igual e oposto do total dos fluxos de caixa de cumprimento; qualquer valor decorrente da baixa de quaisquer ativos ou passivos anteriormente reconhecidos para fluxos de caixa relacionados ao grupo; qualquer valor de caixa fluxos que surjam nessa data e qualquer receita reconhecida nos lucros ou prejuízos devido a contratos onerosos subjacentes reconhecidos nessa data.

RESSEGURO DE CONTRATOS DE SEGURO SUBJACENTES ONEROSOS

A Companhia ajusta a MSC do grupo ao qual pertence um contrato de resseguro e como resultado reconhece receita quando reconhece uma perda no reconhecimento inicial de contratos onerosos, se o contrato de resseguro for celebrado antes ou ao mesmo tempo que o contrato subjacente onerosos contratos forem reconhecidos. O ajuste da MSC é determinado pela multiplicação: (i) do montante da perda relativa aos contratos subjacentes; e (ii) pela percentagem de sinistros sobre os contratos subjacentes que o grupo espera recuperar dos contratos de resseguro.

A Companhia trata os contratos de resseguro adquiridos em transferência de contratos ou combinação de negócios envolvendo contratos onerosos subjacentes, a MSC é determinada pela multiplicação do valor do componente de perda relacionado aos contratos subjacentes na data de aquisição e da percentagem de créditos sobre os contratos subjacentes que o grupo espera na data de aquisição para recuperar dos contratos de resseguro.

Se o contrato de resseguro abranger apenas alguns dos contratos de seguro incluídos em um grupo de contratos onerosos, a Companhia utiliza um método sistemático e racional para determinar a parcela das perdas reconhecidas no grupo de contratos onerosos que se refere aos contratos subjacentes cobertos pelo resseguro contrato. Um componente de recuperação de perdas é criado ou ajustado para o grupo de contratos de resseguro para retratar o ajuste da MSC, que determina os valores que são posteriormente apresentados no resultado como reversões de recuperações de perdas dos contratos de resseguro e são excluídos da alocação de prêmios de resseguro pagos.

(iii) CONTRATOS DE SEGURO – COM CARACTERÍSTICA DE PARTICIPAÇÃO DIRETA (VARIABLE FEE APPROACH - VFA)

São considerados contratos de seguro com característica de participação direta aqueles onde são aqueles onde é obrigação da Companhia com os segurados: pagar ao tomador do seguro um montante igual ao valor justo dos ativos subjacentes e uma taxa variável em troca de serviços futuros

prestados pelos contratos, sendo o valor da participação do grupo no valor justo dos itens subjacentes menos os fluxos de caixa de cumprimento que não variam com base nos retornos dos itens subjacentes. É fornecido serviços de investimento sob esses contratos, prometendo um retorno de investimento com base em itens subjacentes, além da cobertura de seguros.

A Companhia ajusta o cumprimento dos fluxos de caixa para a totalidade das mudanças na obrigação de pagar aos segurados um valor igual ao valor justo dos itens subjacentes. Essas alterações não se referem a serviços futuros e são reconhecidas no resultado. A Companhia então ajusta qualquer MSC para mudanças no valor da participação, do grupo de contratos, no valor justo dos itens subjacentes, que se relacionam com serviços futuros.

DESPESAS E RECEITAS DE CONTRATOS DE SEGUROS

A Companhia reconhece o valor da MSC de um grupo de contratos de seguro como receita de seguro, determinando a identificação das unidades de cobertura do grupo, alocando a MSC remanescente no final do ano (antes de qualquer alocação) igualmente a cada unidade de cobertura prestada no exercício e com expectativa de prestação em exercícios futuros e reconhecendo no resultado o valor da MSC alocado às unidades de cobertura prestadas no exercício. As unidades de cobertura são revisadas e atualizadas a cada data de reporte. O período de cobertura esperado reflete as expectativas de cancelamentos de contratos, bem como a probabilidade de ocorrência de eventos segurados na medida em que a cobertura de serviço de seguro futuro for prestada.

DESPESAS DE SERVIÇO DE SEGURO

Nas despesas com serviços de contratos de seguros, a Companhia reconhece no resultado geralmente à medida que são incorridas. Excluem amortizações de componentes de investimento e compreendem os seguintes itens; sinistros incorridos e outras despesas de serviços de seguros, amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros; perdas em contratos onerosos e reversões dessas perdas; os ajustes por Passivo por Sinistro Incorrido que não decorram dos efeitos do valor do dinheiro no tempo, risco financeiro e suas variações e perdas por “impairment” em ativos para fluxos de caixa de aquisição de seguros e reversões de tais perdas por “impairment”.

DESPESAS LÍQUIDAS DE CONTRATOS DE RESSEGUROS

A Companhia reconhece uma alocação de prêmios de resseguro pagos no resultado à medida que recebe serviços sob grupos de contratos de resseguro. Para os contratos não mensurados pelo PAA, a alocação dos prêmios de resseguro pagos relativos aos serviços recebidos em cada período representa o total das variações do ativo para LRC referente aos serviços pelos quais o grupo espera pagar contraprestação. Para os contratos mensurados pelo PAA, a alocação dos prêmios de resseguro pagos em cada exercício é o valor dos pagamentos de prêmios esperados pelos serviços de recebimento no exercício.

RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS DE SEGUROS

A Companhia registra os efeitos do valor do dinheiro no tempo, risco financeiro e suas alterações, no tratamento das receitas e despesas financeiras, a menos que tais alterações para grupos de contratos de participação direta sejam alocadas a uma perda componente e incluído nas despesas de serviços

de seguros. Para contratos de risco de vida e previdência, a Companhia optou por desagregar receitas ou despesas financeiras de seguros entre lucros ou perdas e OCI. O valor incluído no resultado é determinado por uma alocação sistemática das receitas ou despesas financeiras totais de seguros esperadas a duração do grupo de contratos.

Para transferir ou baixar no OCI do resultado financeiro, a Companhia desclassifica um grupo de contratos de seguro, como resultado de uma transferência para um terceiro ou de uma modificação do contrato, já para quaisquer valores remanescentes de OCI acumulados para o contrato são reclassificados para o resultado como um ajuste de reclassificação.

3.1.2 USO DE ESTIMATIVA E JULGAMENTO

CONTRATOS DE SEGUROS E RESSEGUROS

As estimativas associadas aos contratos de seguros e resseguros são: (i) de fluxos de caixa futuros LRC e LIC; (ii) estimativa do prêmio de liquidez embutido nas taxas que são utilizadas para desconto financeiro dos fluxos de caixa relacionados; (iii) estimativa do desconto financeiro para amortização das receitas ou MSC e do componente de ajuste de risco pelo risco não financeiro; e (iv) estimativa do intervalo de confiança do ajuste pelo risco não financeiro.

Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido assim como as expectativas de sinistros a ocorrer.

Para apurar as taxas de desconto, a Companhia adotou a metodologia “bottom-up”, conforme determinado pela norma. Essa metodologia consiste em determinar curvas de juros livres de risco, com um adicional de prêmio de liquidez, tal adicional reflete o custo com possíveis perdas e o custo referente a liquidação dos contratos de forma ágil, visto que as curvas livres de risco possuem alta liquidez, e refletem as características dos fluxos de caixa da Companhia.

A Companhia utilizou as seguintes curvas de rendimento para descontar os fluxos de caixa que não variam com base nos retornos dos itens subjacentes:

Curva	Taxa Anual				
	1 Ano	5 Anos	10 Anos	20 Anos	30 Anos
Prefixada	13,57 %	12,90 %	13,44 %	13,93 %	13,88 %
IGPM	7,41 %	7,92 %	7,36 %	6,92 %	6,77 %
IPCA	6,17 %	4,71 %	4,32 %	4,05 %	3,95 %

O ajuste ao risco não financeiro refere-se ao risco decorrente de contratos de seguros que não sejam riscos financeiros. Deve refletir níveis favoráveis e desfavoráveis de incerteza de perda de acordo com o grau de aversão ao risco da Companhia. Quanto menos se souber sobre a estimativa atual e sua tendência, maior deve ser o ajuste de risco e, na medida em que a experiência emergente reduz

a incerteza, o ajuste de risco diminui e vice-versa. Para o cálculo, por portfólio, foi adotada a abordagem estocástica, estimando a distribuição de probabilidade do valor presente esperado dos fluxos de caixa futuro, sendo o ajuste de risco para risco não financeiro o excesso do valor em risco no 70% percentil (nível de confiança alvo).

FLUXOS DE CAIXA DE CUMPRIMENTO

A Companhia utiliza técnicas de modelagem determinística para estimar o valor presente esperado. A modelagem determinística envolve a projeção de fluxos de caixa futuros com base nos dados históricos da empresa e em previsões econômicas.

ESTIMATIVAS DE FLUXOS DE CAIXA FUTUROS

Ao estimar os fluxos de caixa futuros, a Companhia incorpora de forma imparcial informações que incluem dados históricos sobre sinistros e outras experiências, atualizados para refletir as expectativas atuais de eventos futuros.

Os fluxos de caixa dentro do limite de um contrato estão diretamente relacionados ao cumprimento do contrato. Isso inclui pagamentos para (ou em nome de) segurados, fluxos de caixa de aquisição de seguros e outros custos incorridos no cumprimento de contratos.

A Companhia atribui aos seus fluxos de caixa todos as movimentações que impactam diretamente o cumprimento do contrato, apresentando os prêmios líquidos de comissão incluindo prêmios a receber, restituições, despesas administrativas, impostos, custos de aquisição diferidos, despesas com sinistros ocorridos, pagamentos de sinistros ocorridos, sinistros ocorridos pendentes de pagamento, estimativas de sinistros a ocorrer, dentre outras estimativas de entradas e saídas aos quais a Companhia tem obrigação substantiva, com base na probabilidade de ocorrência a partir do histórico da Companhia. Exclui-se retornos de investimentos (que devem ser reconhecidos, mensurados e apresentados separadamente) e fluxos de caixa (pagamentos ou recebimentos) que ocorrem de acordo com os contratos de resseguro mantidos, bem como fluxos de caixa que podem ser gerados de contratos de seguro futuros, ou seja, fluxos de caixa fora do limite dos contratos existentes, entre outros.

Os fluxos de caixa são atribuídos a atividades de aquisição, outras atividades de cumprimento e outras atividades em nível de entidade local usando técnicas de custeio baseado em atividades. Os fluxos de caixa atribuíveis à aquisição e outras atividades de cumprimento são alocados aos grupos de contratos por meio de métodos sistemáticos e racionais e aplicados de forma consistente a todos os custos que tenham características semelhantes. A Companhia aloca fluxos de caixa de aquisição de seguros para grupos de contratos com base no total de prêmios de cada grupo, custos de tratamento de sinistros com base no número de sinistros de cada grupo e custos de manutenção e administração com base no número de contratos em vigor dentro de cada grupo de riscos similares gerenciados em conjunto. Outros custos são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

3.2 DEMAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.2.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2.2 ATIVOS FINANCEIROS

(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial de acordo com a definição da IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos financeiros que introduziu o conceito de modelo de negócio e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (SPPJ – somente pagamento de principal e juros). O Modelo de Negócio representa a forma de como a Companhia faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, os ativos financeiros. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) INSTRUMENTOS FINANCEIROS MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em “Resultado financeiro” no exercício em que ocorrem.

(ii) INSTRUMENTOS FINANCEIROS MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

São classificados nesta categoria os ativos financeiros que são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros, quanto para a venda. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em “Resultado financeiro”. A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta “Outros resultados abrangentes / Ajustes de avaliação patrimonial”, sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente (“impairment”).

(iii) INSTRUMENTOS FINANCEIROS MENSURADOS A CUSTO AMORTIZADO

Utilizado quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros. Incluem-se nesta categoria os recebíveis (títulos e valores mobiliários, prêmios a receber de segurados, operações de crédito, títulos e créditos a receber e recebíveis de prestação de serviços) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são

contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por “impairment” a cada data de balanço.(vide nota explicativa nº).

(b) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como “Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado” e “Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes” baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de ativos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2025.

3.2.3 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

(a) INSTRUMENTOS DE "HEDGE"

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratadas pelo Grupo Porto, alocados em carteira própria ou em fundos de investimentos fechados, referem-se a: (i) “swaps”, que visam a proteção contra riscos cambiais oriundos dos passivos de captação de recursos ou a proteção contra variações adversas de taxa de juros das aplicações financeiras alocadas em fundos de investimentos; (ii) contratos futuros de juros prefixados, que sintetizam a exposição a juros; (iii) opções de índice futuro de Ibovespa, que sintetizam a exposição ao índice; (iv) contrato futuro de moeda, que sintetiza a exposição ao câmbio das aplicações financeiras em moedas estrangeiras; e (v) “hedge” de fluxo de caixa, cuja a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

Esses instrumentos são mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado financeiro do exercício, simultaneamente à variação do valor justo do item objeto protegido. O valor justo dos derivativos é calculado com base nas informações de cada operação

contratada e nas respectivas informações de valor de câmbio e taxa de juros de mercado, divulgadas pela B3.

No início das operações de “hedge”, a Instituição Companhia documenta a relação entre ele e o item objeto do “hedge” com seus objetivos e estratégias na gestão de riscos, além disso, a Instituição Companhia verifica, ao longo de toda a duração do contrato, sua efetividade. Os valores justos dos derivativos estão demonstrados na nota explicativa nº 14. A apuração ao risco de mercado que a Companhia está exposta está demonstrada na nota explicativa nº e consolida a exposição de ativos, assim como os instrumentos derivativos de “hedge”, sendo demonstrada líquida.

3.2.4 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")

EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

A Administração revisa constantemente o valor recuperável de um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável. Para a análise de “impairment”, a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de “impairment” para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, “ratings” internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

Para os recebíveis de operações de créditos, CDC e cartão de crédito (emitidos pela Portoseg), a Companhia utiliza o conceito de redução ao valor recuperável pela perda esperada do ativo. Neste sentido, o valor de provisionamento para esta carteira é calculado por meio da metodologia que captura, além das perdas incorridas, aquelas esperadas durante o fluxo contratual dos ativos, desta forma, esses ativos financeiros são classificados em três estágios diferentes, de acordo com a qualidade de crédito da contraparte, conforme abaixo:

- Estágio 1: sem deterioração significativa no crédito desde seu reconhecimento inicial ou baixo risco de crédito na data de apuração (12 meses);
- Estágio 2: significativa deterioração na qualidade do crédito desde o reconhecimento inicial, mas nenhuma evidência objetiva de “impairment”;
- Estágio 3: evidência objetiva de “impairment” na data de observação.

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1, a menos que tenha sido originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito. Para cada estágio é calculada uma perda esperada específica, de forma a refletir um menor ou maior risco de cada operação.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados (“write-off”) quando não há mais expectativa para recuperação do ativo.

3.2.5 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados, são revisados para a verificação de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no montante pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do “impairment” os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido “impairment” são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do “impairment”.

3.2.6 BENS À VENDA

A Companhia, através de suas controladas, detém ativos circulantes que são mantidos para a venda, tais como estoques de bens salvados recuperados após indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação, e bens retomados de garantias oferecidas nas operações de crédito que são avaliados ao valor realizável.

3.2.7 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

O diferimento da comissão ocorre para alinhar a despesa de comissão com a receita esperada das cotas de consórcio, utilizando indicadores que calculam a média de sobrevivência das cotas e o fluxo de recebimento das parcelas e deve ser realizado para todas as cotas vendidas. As comissões sobre os títulos de capitalização emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência dos títulos de capitalização.

3.2.8 ATIVO IMOBILIZADO DE USO PRÓPRIO

O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 19.

3.2.9 ATIVOS INTANGÍVEIS

(a) "SOFTWARES"

Os gastos com aquisição e implantação de “softwares” e sistemas são reconhecidos como ativos quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de “softwares” são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

(b) COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS - MENSURAÇÃO DOS ATIVOS

O ágio decorrente de combinações de negócios representa o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo, deduzido de eventuais perdas acumuladas por redução ao valor recuperável ("impairment").

O ágio possui vida útil indefinida e não está sujeito à amortização, sendo testado anualmente para verificação de "impairment", ou com maior frequência se houver indícios de desvalorização. O teste baseia-se em premissas econômicas e operacionais fundamentadas pela Administração para estimar fluxos de caixa futuros descontados.

Os demais ativos intangíveis adquiridos em combinações de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição. Aqueles com vida útil definida são amortizados pelo método linear durante o período estimado de benefício econômico. A vida útil e os métodos de amortização são revisados anualmente e ajustados prospectivamente, se necessário.

3.2.10 ATIVOS DE DIREITO DE USO

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento (vide nota explicativa nº 21), descontado a valor presente. Também são adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos.

3.2.11 PROPRIEDADES IMOBILIÁRIAS DE INVESTIMENTO

Compreendem os imóveis de propriedade da Companhia que estão sendo mantidos para valorização do capital. Esses imóveis são avaliados tempestivamente ao valor justo e as oscilações são registradas imediatamente no resultado do exercício.

Estas propriedades são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na

demonstração do resultado no exercício da baixa. Na determinação do montante oriundo da baixa da propriedade para investimento, a Companhia avalia os efeitos de contraprestações variáveis, a existência de componente financiamento significativo, contraprestações que não envolvam caixa e contraprestações devidas ao comprador (caso haja).

3.2.12 CONTRATOS DE INVESTIMENTO - CLASSIFICAÇÃO

Contratos de investimento são aqueles que não transferem risco de seguro significativo. Os títulos de capitalização emitidos pela Companhia são classificados como contratos de investimento e contabilizados como instrumentos financeiros, de acordo com a IFRS 9/CPC 48.

3.2.13 PASSIVOS FINANCEIROS

(a) DEBÊNTURES, EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os passivos de debêntures, empréstimos e financiamentos, provenientes das operações de captação de recursos, valores a pagar das operações de cartão de crédito, são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido de custos de transações incrementais diretamente atribuíveis à origem do passivo. Esses passivos são avaliados subsequentemente: (i) ao custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros, que leva em consideração os custos de transação, e os juros são apropriados até o vencimento dos contratos; ou (ii) designados ao valor justo por meio do resultado.

Quaisquer opções de resgate antecipado ou regras diferenciadas de liquidação de dívida são avaliadas com a finalidade de identificação de derivativos embutidos em tais contratos. Para empréstimos pós-fixados, a taxa efetiva de juros é reestimada periodicamente, quando o efeito de reavaliação da taxa efetiva de juros dos contratos é significativo.

(b) PASSIVOS DE PLANOS DE CAPITALIZAÇÃO

Os passivos de capitalização são calculados no momento da emissão dos títulos, que são de pagamento único. O valor do depósito destinado aos resgates dos títulos é atualizado monetariamente de acordo com os indexadores e critérios estabelecidos nas suas respectivas condições gerais. Os beneficiários dos títulos podem receber um prêmio através de sorteio e/ou resgatar o valor correspondente à parcela dos depósitos pagos destinada para resgates.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as orientações do CNSP e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em NTAs, descritas resumidamente a seguir:

- (i)** A Provisão Matemática para Resgates (PMR) é calculada para cada título, durante o prazo previsto nas condições gerais do título. Também é calculada para os títulos vencidos e pelos valores dos títulos ainda não vencidos, mas que tiveram solicitação de resgate antecipado pelos clientes.
- (ii)** As Provisões para Sorteios a Realizar e a Pagar são calculadas para fazer face aos prêmios provenientes dos sorteios futuros (a realizar) e também aos prêmios provenientes dos sorteios em que os clientes já foram contemplados (a pagar).

- (iii) A Provisão para Despesas Administrativas (PDA) inclui o diferimento das receitas dos títulos de pagamento único, efetuado “pro rata” entre a data da sua emissão e a de término de vigência do título.

3.2.14 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo, tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale transporte, vale refeição, vale alimentação, auxílio creche e/ou babá, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida em que são incorridos.

Obrigações com aposentadorias: a Companhia patrocina determinadas controladas da Companhia os planos administrados pela entidade PortoPrev – Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões.

Benefícios pós emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços.

O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

3.2.15 PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões referem-se a parcela deduzida da Corporação e destinada a um fundo que visa assegurar o pagamento de eventuais obrigações decorrentes de ações judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista. Os riscos de demandas são avaliados de forma individualizada pelos analistas da Companhia e as provisões são mensuradas por meio de estimativa considerando a análise de comportamento do histórico de demandas anteriores já finalizadas.

A metodologia de contabilização das provisões segue os princípios estabelecidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Todos os valores são atualizados mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal” aplicada a tributos fiscais e previdenciários, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados

monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.2.16 PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

3.2.17 CAPITAL SOCIAL

O capital social é formado por ações ordinárias. Quando a Companhia efetua compra de suas próprias ações (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis, é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas até que as ações sejam canceladas ou revendidas. Quando essas ações são revendidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

3.2.18 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

(a) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A receita de juros sobre os empréstimos e financiamentos concedidos permanece sendo reconhecida mesmo após o contrato entrar em atraso. A partir do momento em que houver uma grande deterioração do ativo (migração para o estágio 3 – vide nota explicativa nº 29) a receita passa a ser reconhecida pelo valor do ativo líquido do provisionamento registrado.

(b) RECEITAS COM TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO

A receita com títulos de capitalização compreende a taxa administrativa cobrada na emissão dos títulos e a taxa sobre resgates antecipados. É reconhecida no resultado “pro rata temporis” de acordo com a vigência dos títulos, por meio da constituição/reversão da PDA.

(c) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COMERCIALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ADMINISTRAÇÃO DE CONSÓRCIOS DE BENS

As receitas de prestação de serviços e de comercialização de equipamentos e de taxas de administração de consórcio de bens compreendem o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços prestados pela Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos cancelamentos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

(d) RECEITA DE JUROS E DIVIDENDOS RECEBIDOS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de juros. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento.

As receitas de dividendos de investimentos em ativos financeiros representados por instrumentos de capital (ações) são reconhecidas no resultado quando o direito a receber o pagamento do dividendo é estabelecido.

3.2.19 PROGRAMAS DE FIDELIDADE

A Companhia emite cartões de crédito que possuem programas de benefícios aos seus clientes. Esses programas incluem bonificação com base em milhagens ou outros parâmetros de fidelidade, nos quais se estima e contabiliza as obrigações relativas ao custo das bonificações futuras com base no valor justo desses benefícios e considera diversas premissas para a valorização desse componente. Essas premissas incluem comportamento de utilização dos benefícios, tipo de benefício e estimativa de expiração dos benefícios pela não utilização por parte do cliente.

3.2.20 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre capital próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício. A taxa utilizada em seu cálculo é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

3.2.21 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 mil por ano. A provisão para contribuição social para as sociedades seguradoras e financeiras é constituída à alíquota de 15%. Para a Controladora e as demais controladas, a alíquota vigente é 9%.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação:

- (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros;
- (ii) das provisões técnicas;
- (iii) perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- (iv) da realização dos tributos diferidos; e
- (v) das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais.

A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

4.1 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E “IMPAIRMENT” DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de “impairment” para os recebíveis, especialmente para as operações de crédito. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para “impairment”, conforme descrito na nota explicativa nº 3.2.4 .

4.2 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.3 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e

fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, há necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, os quais são altamente estratégicos para o Grupo.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, o Grupo Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem do Grupo Porto para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dados os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo Porto possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo revisar e aprovar e monitorar o Apetite ao Risco do Grupo, monitorar o apetite ao risco e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de riscos.

Destaca-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, quando comparado com o exercício anterior 31 de dezembro de 2024, não houve mudanças relevantes nos riscos: (i) de liquidez, uma vez que as durações médias dos principais ativos e passivos da Companhia não sofreram alterações relevantes e; (ii) de seguros, pois as variações observadas decorrem do crescimento normal das operações do Grupo Porto.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias, assim como os detalhes quanto às devidas exposições:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros, empréstimos e financiamentos. Este risco é composto por:

- (a) **Portfólio de Investimentos:** para o gerenciamento deste risco, a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições

não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito.

Em 31 de dezembro de 2025, 77,4% (80,6% em 31 de dezembro de 2024) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AAA" e "AA" de créditos privados. Adicionalmente, do total das aplicações financeiras, 97,8% referem-se a exposições no Brasil e o restante no Uruguai.

A tabela a seguir demonstra a concentração do portfólio de investimentos da Companhia por tipo de contraparte:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Risco soberano - Brasil	86,2 %	82,3 %
Instituições financeiras	3,2 %	7,6 %
Empresas elétricas e de telecomunicações	0,5 %	1,1 %
Outros	10,1 %	9,0 %

Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada "impaired".

(b) Inadimplência nas operações de crédito: é a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados nas operações de crédito, os quais incluem: empréstimos pessoais, como consignado e capital de giro; financiamentos por meio de crédito direto ao consumidor (CDC), para pessoas físicas e jurídicas e cartão de crédito. O gerenciamento deste risco conta com mecanismos e processos de monitoramento contínuo da carteira de crédito. Entre os indicadores de monitoramento destacam-se: inadimplência por dias de atraso por safra de concessão e da carteira ativa; provisão para perda de crédito; índice de recuperação das operações em atraso; concentração das operações e despesa de crédito em relação às receitas.

A tabela a seguir apresenta os ativos classificados por “aging”:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
A vencer		
Até 30 dias	11.745.090	10.271.678
De 31 a 60 dias	44.925	35.717
Mais de 60 dias	52.007	22.431
Vencidas		
De 1 a 30 dias	4.333.999	3.450.419
De 31 a 60 dias	322.496	288.554
De 61 a 90 dias	388.515	467.944
De 91 a 180 dias	1.228.372	835.026
Acima de 180 dias	2.366.063	1.238.041
Provisão para risco de crédito	(2.774.730)	(1.753.180)
	17.706.736	14.856.630

Dada a característica predominantemente de varejo da carteira de operações de créditos da Companhia, não há saldos individualmente significativos classificados como “impaired” (deteriorados).

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção seus níveis de liquidez em patamares adequados.

Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base nas projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/companhia. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresses), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.

Além do monitoramento diário do caixa de cada companhia, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo Porto, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez que a Companhia está exposta (i):

	Dezembro de 2025		Dezembro de 2024	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista / sem vencimento	4.313.846	—	4.104.989	—
Fluxo de 1 a 30 dias	6.049.214	(208.678)	15.540.318	656.080
Fluxo de 2 a 6 meses	11.773.578	(2.424.073)	2.059.028	4.030.511
Fluxo de 7 a 12 meses	7.590.434	(1.951.388)	1.374.371	2.518.494
Fluxo acima de 1 ano	19.620.179	(65.864)	17.727.612	7.769.661
Total	49.347.250	(4.650.003)	40.806.318	14.974.747

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração e estudos de permanência de segurados para os planos de previdência complementar que dispõem de opção de resgate, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos e passivos financeiros pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, os ativos financeiros e os empréstimos e recebíveis (clientes).

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e previdência complementar e os passivos financeiros.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Inflação (IPCA/IGPM)	36,5%	38,5%
Prefixados	43,1%	38,1%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	12,5%	16,1%
Ações	3,0%	2,3%
Outros	4,8%	5,0%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.

Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e “duration”, utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2025:

Fator de Risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
Índices de preços	+ 50 b.p.	(1.151.181)
	+ 25 b.p.	(633.820)
	+ 10 b.p.	(270.046)
	- 10 b.p.	270.046
	- 25 b.p.	633.820
	- 50 b.p.	1.151.181
Juros pré-fixados	+ 50 b.p.	(714.905)
	+ 25 b.p.	(369.269)
	+ 10 b.p.	(150.543)
	- 10 b.p.	150.543
	- 25 b.p.	369.269
	- 50 b.p.	714.905
Ações	± 34%	(230.420)
	± 17%	(115.210)
	± 9%	(57.605)
Juros pós-fixados	+ 50 b.p.	(15.623)
	+ 25 b.p.	(13.130)
	+ 10 b.p.	(10.504)
	- 10 b.p.	10.504
	- 25 b.p.	13.130
	- 50 b.p.	15.623

(i) B.P. = “basis points”. O cenário base utilizado é o cenário possível de “stress” para cada fator de risco, disponibilizado pela B3. (ii) Bruto de efeito tributário.

(ii) Bruto de efeitos tributários.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos conforme demonstrados na nota explicativa nº 11. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia considerando o uso dos instrumentos derivativos utilizados como “hedge” das operações.

5.4 RISCO DE SEGURO/SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

A Companhia emite seguros de automóveis, danos, riscos financeiros, saúde e vida, além de contratos de previdência complementar. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco:

(a) Risco de prêmio: gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, senão as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens de produto.

(b) Risco de provisão: gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP.

(c) Risco de retenção: gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(d) Risco de práticas de sinistros: gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atuarial para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos. incluem:

- Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.
- Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.

- Taxa de juros esperada para os ativos, equivale à taxa SELIC/ CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no período vigente.
- Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

5.5 ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

A análise de sensibilidade considera uma visão dos impactos de como a alteração de premissas poderia afetar o resultado e o patrimônio líquido na data do relatório. Este tipo de análise comumente se dá na condição "ceteris paribus", onde se mede a sensibilidade de um sistema quando se altera uma variável de interesse mantidas inalteradas todas as outras. Os resultados encontrados estão evidenciados no quadro a seguir:

Dezembro de 2025	CSM	Lucros ou Prejuízos	Capital Próprio (OCI)
Despesas (aumento de 5%)	82.957	39.816	(11.909)
Despesas (redução de 5%)	45.034	32.507	(10.543)
Taxa de Lapso (aumento de 5%)	(12.792)	(2.235)	(4.254)
Taxa de Lapso (redução de 5%)	127.497	76.634	(20.122)
Sinistralidade (aumento de 5%)	29.265	3.419	637
Sinistralidade (redução de 5%)	(14.404)	4.481	(314)
Despesa (aumento de 30,0 p.p)	370.493	(8.409)	8.069
Sinistro (aumento de 50%)	225.775	(1.358)	4.917

Dezembro de 2024	CSM	Lucros ou Prejuízos	Capital Próprio (OCI)
Despesas (aumento de 5%)	104.194	27.404	(3.413)
Despesas (redução de 5%)	94.805	29.470	(1.775)
Taxa de Lapso (aumento de 5%)	35.690	1.467	4.847
Taxa de Lapso (redução de 5%)	(59.651)	1.393	(10.678)
Sinistralidade (aumento de 5%)	26.919	3.856	667
Sinistralidade (redução de 5%)	(12.147)	4.917	(301)
Despesa (aumento de 30,0 p.p)	314.217	(7.355)	7.790
Sinistro (aumento de 50%)	202.717	(918)	5.025

5.6 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência

em contratos firmados pela Companhia, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo “Risk and Control Self Assessment” - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os “Key Risk Indicators” - KRI que tratam-se de indicadores chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos por meio dos limites estabelecidos em comum acordo com as áreas de negócios e/ou o Comitê de Risco Integrado.

5.7 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos representam a possibilidade de impactos negativos para o Grupo Porto e seus stakeholders, decorrentes de fatores como violações de direitos e garantias fundamentais, degradação ambiental — incluindo o uso excessivo de recursos naturais — e eventos climáticos severos ou alterações ambientais de longo prazo, associados às mudanças no clima e à transição para uma economia de baixo carbono.

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos pela SUSEP (Circular SUSEP nº 666/2022), pelo BCB nº 139, CMN nº 5.185, CVM nº 218/2024 e CVM nº 217/2024, e em alinhamento aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto a Companhia, adota práticas integradas de gestão de riscos em toda a holding. Por meio de sua governança nas participações, são implementados mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação dos riscos socioambientais e climáticos, de forma conectada à gestão dos demais riscos.

Para lidar com esses riscos, a Companhia implementou uma estratégia corporativa que contempla a identificação, mitigação e adaptação a tais impactos, alinhada ao princípio da dupla materialidade — reconhecendo que esses riscos afetam tanto o desempenho financeiro quanto a sociedade e o meio ambiente. A Porto se compromete a atuar de forma colaborativa com seus stakeholders, visando a proteção do bem-estar humano, do meio ambiente e do interesse público.

A Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) considera a exposição de cada produto ou negócio, com o desenvolvimento de indicadores específicos para o monitoramento contínuo e captura de perdas associadas a esses riscos. Trata-se de um processo evolutivo, conduzido por meio de autoavaliações de risco, planos de ação e acompanhamento de indicadores-chave (KRIs).

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras, demais empresas controladas e de 3 anos para o Conglomerado Prudencial Porto, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do Grupo Porto, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice-Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

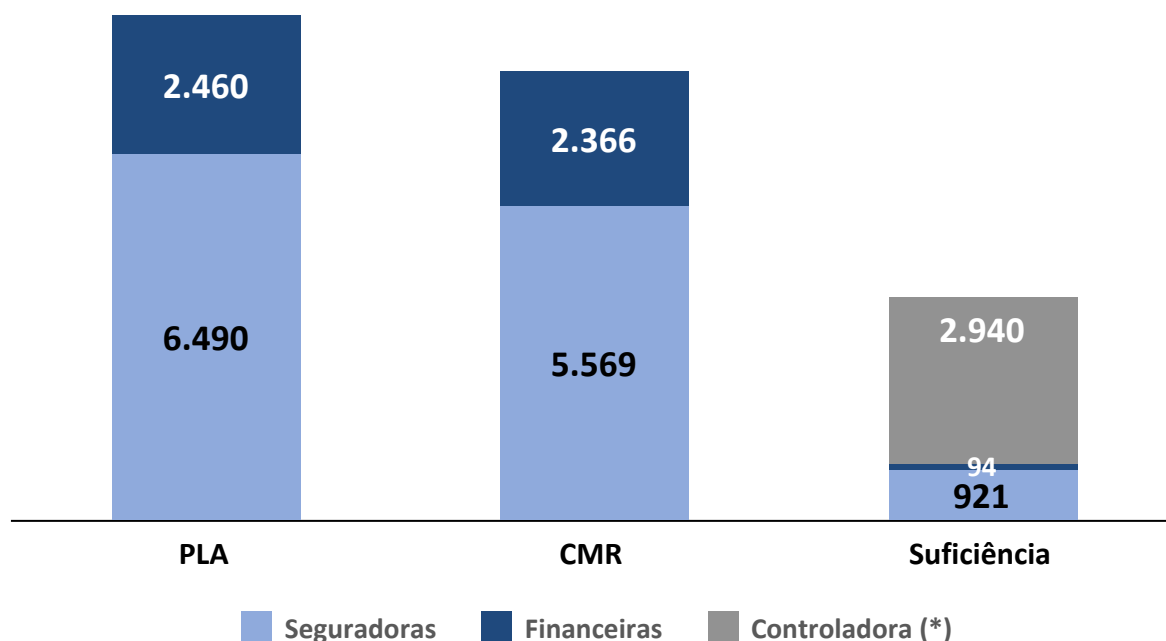
Segue abaixo o detalhamento dos requerimentos das parcelas de capital, conforme os requerimentos regulatórios estabelecidos, por parcela de capital assim como negócio.

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Seguros		
Capital de risco de subscrição	3.875.259	3.764.073
Capital de risco de crédito	185.114	209.998
Capital de risco de mercado	478.618	452.554
Capital de risco operacional	168.948	151.346
Benefício da correlação entre riscos	(336.266)	(351.270)
Capital requerido - seguros (i)	4.371.673	4.226.701
Capital requerido - financeiras (ii)	2.366.470	2.033.257
Capital requerido - outros (iii)	1.197.360	960.040

(i) Os valores apresentados para as seguradoras representam a soma linear de cada parcela de capital de risco das empresas reguladas pela SUSEP, uma vez que não existe na regulamentação brasileira o conceito de necessidades e capital consolidado por grupo econômico.

(ii) Calculado com base no "Conglomerado Prudencial" da PortoSeg, Porto Consórcio e Portopar.

(iii) Representa a necessidade de capital das empresas reguladas pela ANS e da Porto Seguro Uruguai.



(*) A Controladora não possui CMR, desta forma, o valor de suficiência apresentado para ela representa o montante de liquidez disponível. Além dos montantes disponíveis na Controladora, a Administração pode, conforme a estratégia de otimização de capitais, realocar as suficiências de capitais entre as empresas do grupo a fim de manter níveis adequados de capital entre as empresas.

Os níveis de capital estão além do patamar exigido, o que provê conforto para adequação a possíveis alterações regulatórias e exigências de capital.

A tabela a seguir apresenta a análise de sensibilidade do capital regulatório em 31 de dezembro de 2025 das seguradoras e operadoras de saúde face às variações nas premissas de cálculo que são mais relevantes ao grupo, demonstrando os impactos nas parcelas de riscos:

Premissas	Impacto
Risco de subscrição	
Aumento de 2 p.p. na sinistralidade e crescimento de 15% dos prêmios emitidos	13,9%
Aumento nas provisões técnicas de previdência	14,9%
Aumento nas receitas líquidas de capitalização	19,8%
Risco de crédito	
Aumento das exposições ao risco de crédito	5,5%
Risco operacional	
Aumento do prêmio ganho ou provisão técnica	13,4%
Risco de mercado	
Exposição de 100% do capital de risco de mercado	8,3%

Segue abaixo a análise de sensibilidade do capital regulatório da carteira de crédito da Portoseg, em virtude da alta representatividade desta em relação ao total do Conglomerado Prudencial face aos cenários de mudança na inadimplência:

Cenário	Índice de Basileia
Inadimplência Atual	0,11
Incremento de 20% na inadimplência da carteira	0,09
Incremento de 50% na inadimplência da carteira	0,05
Como consequência da inadimplência do sistema financeiro nacional em 17%	0,10

7. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - CONSOLIDADO

O Grupo Porto oferece ampla gama de produtos e serviços para pessoas físicas e jurídicas no Brasil (predominantemente) e também no Uruguai. A Companhia aplicou a IFRS 8/CPC 22 – Informações por segmento que são administrados através de quatro verticais de negócios. Composição dos negócios reportados em cada vertical:

- Vertical Seguro: compreendem os negócios de Automóveis, Patrimonial, Vida e Uruguai.
- Vertical Saúde: compreendem os negócios de Saúde, Odonto e Serviços em Saúde.
- Vertical Bank: compreendem os negócios de Cartão de Crédito, Financiamento, Riscos Financeiros, Capitalização, Previdência e Consórcio.
- Vertical Serviço: compreendem os negócios da Parceria Porto Seguro, Parcerias Estratégicas e B2C.
- Controladora e Demais negócios: compreendem os negócios de Atendimento, Porto Seguro Serviços e Comércio, Renova, Gestão de Recursos, Controladora e Holding.

Levam-se em consideração os relatórios financeiros internos de desempenho de cada segmento e região geográfica em que opera, que são utilizados pela Administração na condução de seus negócios. O “Lucro Líquido/(Prejuízo)” é o principal indicador utilizado pela Administração para o gerenciamento do desempenho dos segmentos.

Do total das receitas em 31 de dezembro de 2025, 98,52% (98,3% em 31 de dezembro de 2024) foram provenientes do Brasil e o restante, do Uruguai. Não há na Porto Seguro concentração de receita por cliente ou grupo econômico.

Desde 1º de janeiro de 2023, os resultados societários da Companhia passaram a ser divulgados de acordo com a norma da IFRS 17 - CPC 50 , em substituição a IFRS 4 - CPC 11. A adoção inicial foi realizada em conformidade com os procedimentos previstos no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Vale observar que a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS ainda não adotaram esta norma, de modo que, para as entidades reguladas por estas autarquias, ainda estão vigentes as disposições do CPC 11. Dessa forma, a Companhia continuará divulgando em seus resultados, de forma complementar, o acompanhamento gerencial, mantendo a comparabilidade com o desempenho reportado nos anos anteriores. Com o objetivo de assegurar a representação fidedigna do saldo total exibido no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Resultado, foi incluída uma linha, a qual detalha o impacto decorrente da norma da IFRS 17. Os números abaixo estão apresentados em milhões.

Demonstração de resultado	Seguro	Saúde	Bank	Serviço	Demais negócios	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Prêmio retido	22.238	8.334	—	—	24	30.596	27.801
Prêmio ganho	21.839	8.178	—	—	28	30.045	27.479
Receitas não seguros	52	154	7.302	2.564	416	10.488	9.141
Sinistros líquidos retidos	(11.300)	(6.099)	—	—	(28)	(17.427)	(15.676)
Perdas de crédito	—	—	(2.280)	—	(24)	(2.304)	(1.817)
Despesa de comercialização	(5.336)	(607)	(732)	(176)	(104)	(6.955)	(6.431)
Despesas com tributos	(572)	(106)	(433)	(121)	(181)	(1.413)	(1.290)
Despesas operacionais	(273)	(206)	(1.354)	(1.585)	(74)	(3.492)	(3.084)
Despesas administrativas	(2.258)	(416)	(983)	(189)	(680)	(4.526)	(4.194)
Resultado operacional	2.152	898	1.521	493	(647)	4.417	4.128
Resultado financeiro e patrimonial	975	214	—	6	236	1.431	918
Amortização do intangível	(13)	—	—	(32)	—	(45)	(45)
Resultado antes dos impostos	3.114	1.112	1.521	467	(411)	5.803	5.001
Imposto de renda e contribuição social	(963)	(353)	(463)	(120)	644	(1.255)	(1.310)
Participação nos resultados	(495)	(179)	(247)	(81)	(128)	(1.130)	(976)
Acionistas não controladores em controladas	—	—	—	(43)	—	(43)	(48)
Resultado investidas e controladas	—	—	—	—	(18)	(18)	(13)
Lucro líquido - dezembro de 2025	1.656	580	811	223	87	3.357	
Lucro líquido - dezembro de 2024	1.643	394	632	205	(220)		2.654
Impactos do CPC 50/IFRS 17						24	(9)
Lucro líquido do exercício						3.381	2.645

Balanço Patrimonial	Seguro	Saúde	Bank	Serviço	Demais negócios	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Ativos financeiros	14.489	2.276	3.440	342	3.160	23.706	20.780
Prêmios a receber (i)	8.868	559	1.459	—	—	10.885	10.069
Custos de aquisição diferidos	2.278	1.075	3.025	—	—	6.378	4.631
Impostos diferidos	357	140	1.441	49	16	2.003	1.685
Imobilizado e intangível	2.103	608	107	622	17	3.458	2.707
Combinação de negócios	958	24	94	16	299	1.390	2.041
Demais ativos (ii)	4.244	669	16.840	682	679	23.117	19.380
	33.297	5.351	26.406	1.711	4.171	70.937	61.293
Provisões técnicas (i)	20.516	2.241	1.659	—	—	24.417	22.581
Passivos financeiros (iii)	190	—	20.846	195	—	21.231	17.224
Provisões judiciais (iv)	1.136	264	77	25	13	1.515	1.431
Demais passivos	4.817	476	1.063	437	1.372	8.165	6.164
	26.659	2.981	23.645	657	1.385	55.328	47.400
					Patrimônio líquido	15.609	13.893
					Impactos do CPC 50/IFRS 17	(14.978)	(13.379)
					Total de passivos e patrimônio líquido	55.959	47.914

(i) Na vertical Bank, considera-se os riscos financeiros.

(ii) Na vertical Bank, refere-se principalmente a Empréstimos e recebíveis.

(iii) Vide nota explicativa nº 23.

(iv) Vide nota explicativa nº 24.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Equivalentes de caixa (*)	117.778	65.760	1.619.673	1.687.601
Depósitos bancários	86	76	278.250	503.893
	117.864	65.836	1.897.923	2.191.494

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia lastreadas, principalmente, em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs), Letras do Tesouro Nacional (LTNs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

9. ATIVOS FINANCEIROS

9.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO VALOR JUSTO:

9.1.1 POR MEIO DO RESULTADO (VJR)

	Controladora							Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Seguros	Previdência	Outras atividades	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Fundos abertos									
Cotas de fundos de investimentos	731.948	608.239	536.393	22.236	1.038.206	1.596.835	1.012.970		
Outras	—	—	2.920	—	—	2.920	2.556		
	731.948	608.239	539.313	22.236	1.038.206	1.599.755	1.015.526		
Fundos exclusivos									
LFTs	43.274	—	311.442	1.849.081	163.385	2.323.908	2.992.164		
Cotas de fundos de investimentos	469.065	234.993	69.706	921.281	542.804	1.533.791	1.235.520		
NTNs - B	—	—	—	634.592	—	634.592	734.400		
Letras financeiras - privadas	435	3.293	778	440.140	639	441.557	458.034		
Debêntures - privadas	847	18.167	1.513	495.619	1.242	498.374	522.850		
LTNs	—	—	840.671	83.941	709	925.321	124.552		
Nota comercial	183.546	20.010	—	27.069	183.546	210.615	30.708		
Ações de companhias abertas	194.403	96.426	10.297	113.176	194.403	317.876	237.186		
CDBs	—	391	—	55.357	—	55.357	66.223		
NTNs - F	—	—	—	—	1.242	1.242	—		
Outros	—	—	—	5.269	—	5.269	—		
	891.570	373.280	1.234.407	4.625.525	1.087.970	6.947.902	6.401.637		
Carteira própria									
Debêntures	—	—	—	—	238.929	238.929	—		
	—	—	—	—	238.929	238.929	—		
Total	1.623.518	981.519	1.773.720	4.647.761	2.365.105	8.786.586	7.417.163		
Circulante	1.623.518	981.519				8.783.666	7.414.555		
Não circulante	—	—				2.920	2.608		

9.1.2 POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES (VJORA) - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2025		Dezembro de 2024	
	Seguros	Previdência	Total	Total
Carteira própria (*)				
NTNs - B	1.245.716	178.254	1.423.970	1.620.596
NTNs - F	356.165	—	356.165	334.792
Debêntures	103.534	—	103.534	—
LTNs	83.043	—	83.043	69.232
	1.788.458	178.254	1.966.712	2.024.620
Não circulante			1.966.712	2.024.620

(*) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em “Carteira própria” em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 2.345.392 (R\$ 2.537.882 em 31 de dezembro de 2024), gerando assim um resultado não realizado registrado no patrimônio líquido de R\$ 121.818 (R\$ (275.360) em 31 de dezembro de 2024)

9.1.3 HIERARQUIA DE VALOR JUSTO – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2025		Dezembro de 2024	
	Nível 1	Nível 2	Total	Total
Fundos exclusivos	5.736.730	1.211.172	6.947.902	6.401.637
Carteira própria	1.745.942	459.699	2.205.641	2.024.620
Fundos abertos	1.599.755	—	1.599.755	1.015.526
	9.082.427	1.670.871	10.753.298	9.441.783
Circulante			8.783.666	7.414.555
Não circulante			1.969.632	2.027.228

9.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO CUSTO AMORTIZADO

	Controladora					Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Seguros	Previdência	Outras atividades	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Fundos exclusivos (*)							
NTNs - B	552.624	699.124	3.570.068	1.289.081	682.497	5.541.646	4.535.598
LTNs	646.309	407.208	3.960.820	—	982.392	4.943.212	3.838.124
NTNs - F	—	—	465.930	—	—	465.930	433.844
Debêntures	16	—	28	—	22	50	—
Outros	—	—	—	—	190	190	192
NTN - C	—	—	—	—	—	—	178.676
Outros investimentos							
Total	1.198.949	1.106.332	7.996.846	1.289.081	1.665.101	10.951.028	8.986.434
Circulante	142.574	—				1.753.073	—
Não circulante	1.056.375	1.106.332				9.197.955	8.986.434

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 10.698.159 (R\$ 8.417.669 em 31 de dezembro de 2024).

9.3 APLICAÇÕES FINANCEIRAS - MOVIMENTAÇÃO – CONSOLIDADO

As movimentações entre os estágios no período estão apresentadas a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	18.428.217	17.979.949
Aplicações	44.035.232	34.838.396
Resgates	(43.277.747)	(35.533.750)
Rendimentos	2.396.806	1.418.982
Ajuste a valor de mercado	121.818	(275.360)
Saldo final	21.704.326	18.428.217
Circulante	10.536.739	7.414.555
Não circulante	11.167.587	11.013.662

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui as aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado, por meio outros resultados abrangentes e as aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado.

9.4 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias anuais contratadas das aplicações financeiras estão apresentadas a seguir (em %):

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Equivalentes de caixa (*)	13,28	12,13	14,80	12,20
Fundos exclusivos				
Letras financeiras %CDI	—	—	109,10	107,86
LTNs	13,42	12,77	13,12	13,13
NTNs - B - IPCA +	2,82	5,76	6,46	5,99
Debêntures (DI+)	1,77	1,92	1,07	1,74
Nota Comercial	0,59	—	0,72	—
LFTs	0,05	—	0,05	0,09
NTNs - C - IGPM +	—	—	—	6,26
NTNs - F - PRÉ	—	—	8,44	7,98
Carteira própria				
NTNs - F - PRÉ	—	—	6,99	6,99
NTNs - B - IPCA +	—	—	4,63	4,13
LTNs	—	—	11,02	11,02
Debêntures	—	—	8,00	—

(*) Vide nota explicativa nº 8.

10. EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2025			Dezembro de 2024		
	Carteira	Provisão para riscos de créditos	Carteira líquida	Carteira	Provisão para riscos de créditos	Carteira líquida
Títulos e créditos a receber (i)	11.842.021	(85.129)	11.756.892	10.329.827	(94.479)	10.235.348
Operações de cartão de crédito (ii)	5.634.632	(2.483.166)	3.151.466	3.716.312	(1.513.732)	2.202.580
Empréstimos	2.004.169	(141.283)	1.862.886	1.277.077	(80.451)	1.196.626
Financiamentos (iii)	1.000.645	(65.153)	935.492	1.286.594	(64.518)	1.222.076
	20.481.467	(2.774.731)	17.706.736	16.609.810	(1.753.180)	14.856.630
Provisão sobre o total da carteira			13,55%			10,56%
Circulante			16.654.627			13.829.746
Não circulante			1.052.109			1.026.884

(i) Referem-se a valores a receber de cartões de crédito a vencer ou não faturados, classificados no ativo circulante. Esses valores estão classificados com características de concessão de crédito e têm como contrapartida contas a pagar a estabelecimentos filiados registrados na rubrica “Operações com cartão de crédito” (vide nota explicativa nº 26).

(ii) Refere-se a valores a receber das operações de cartões de crédito faturados, vencidas ou parceladas.

(iii) Refere-se a financiamentos de veículos na modalidade de Crédito Direto ao Consumidor (CDC).

10.1 MOVIMENTAÇÃO DO “IMPAIRMENT” DE EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS – CONSOLIDADO

As movimentações entre os estágios no período estão apresentadas a seguir:

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	87.930	171.424	1.644.870	1.904.224
Novas entradas	364.049	536.374	1.141.099	2.041.522
Melhora de estágio	19.484	30.989	(50.473)	—
Piora de estágio	(141.268)	(364.263)	505.531	—
Liquidações (total ou parcial)	(226.123)	(171.071)	(1.795.372)	(2.192.566)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	104.072	203.453	1.445.655	1.753.180
Novas entradas	356.986	1.064.422	1.675.302	3.096.710
Melhora de estágio	9.339	37.669	(47.008)	—
Piora de estágio	(149.509)	(722.352)	871.861	—
Liquidações (total ou parcial)	(245.306)	(313.072)	(1.516.781)	(2.075.159)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	75.582	270.120	2.429.029	2.774.731

11. TRIBUTOS

11.1 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
IRPJ	81.958	45.272	539.550	149.616
CSLL	4.079	885	226.208	36.909
PIS e COFINS	—	—	110.955	55.312
Impostos Uruguai	—	—	40.177	29.219
INSS	9.015	—	38.768	23.738
Outros	—	—	3.654	2.272
	95.052	46.157	959.312	297.066
Circulante	95.052	46.157	959.312	295.594
Não circulante	—	—	—	1.472

11.2 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
PIS e COFINS	51.050	14.263	245.709	131.196
IRPJ	—	—	460	70.787
INSS e FGTS	5.405	4.014	141.285	88.801
CSLL	—	—	2.261	59.496
IRRF	105	18.479	128.928	86.373
Uruguai	—	—	63.302	46.552
ISS	—	—	54.104	46.029
Outros	6	4	18.316	16.103
	56.566	36.760	654.365	545.337
Circulante	56.566	36.760	654.365	545.337

11.3 IMPOSTOS DIFERIDOS

11.3.1 ATIVO - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2024	Constituição	Reversão/ Realização	Dezembro de 2025
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa	213.118	1.277.967	(919.244)	571.841
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão para riscos de créditos	752.394	1.225.269	(1.302.862)	674.801
Provisão para obrigações legais	437.837	53.116	(339.140)	151.813
Provisão sobre ajustes em instrumentos financeiros	219.554	50.084	(118.138)	151.500
PIS e COFINS sobre PSL e IBNR	182.313	68.335	(35.279)	215.369
Provisão de participação de lucros	161.134	343.033	(259.998)	244.169
Provisão sobre processos judiciais - cíveis e trabalhistas	58.412	58.507	(49.822)	67.097
IR e CS sobre IFRS 17	18.375	—	—	18.375
Lei do Bem	—	59.313	(59.302)	11
Outras provisões	224.689	365.724	(265.073)	325.340
	2.267.826	3.501.348	(3.348.858)	2.420.316
Compensação de ativo/passivo diferido (i)	(714.422)			(1.042.048)
	1.553.404			1.378.268

(i) O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos estão apresentados no balanço patrimonial compensados por empresa.

11.3.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO - CONSOLIDADO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias (ativo) e prejuízo fiscal e base negativa de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033 em diante	Total
Saldo a ser realizado em	1.074.057	451.701	220.599	149.150	91.077	80.694	88.609	264.429	2.420.316

11.3.3 PASSIVO - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2024	Constituição	Reversão/ Realização	Dezembro de 2025
IR e CS sobre diferido do CPC 47	410.508	1.696.521	(1.343.124)	763.905
IR e CS sobre combinação de negócios	349.986	—	(5.105)	344.881
IR e CS sobre o IFRS 17	149.209	22.254	(10.913)	160.550
Pis e Cofins Diferidos	90.633	130.277	(114.149)	106.761
IR e CS sobre PIS e COFINS diferidos	74.501	26.153	(14.530)	86.124
IR e CS sobre ajustes de instrumentos financeiros	70.186	440.371	(490.785)	19.772
IR e CS sobre reavaliação de imóveis	5.308	—	(838)	4.470
Outros	24.211	45.909	(19.225)	50.895
	1.174.542	2.361.485	(1.998.669)	1.537.358
Compensação de ativo/passivo diferido (i)	(640.123)			(845.029)
	534.419			692.329

(i) O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos estão apresentados no balanço patrimonial compensados por empresa.

11.4 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Controladora	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Resultado antes do IRPJ e da CSLL (A)	3.379.328	2.644.845
Alíquota vigente	34%	34%
IRPJ e CSLL (a taxa nominal) (B)	(1.148.972)	(899.247)
Equivalência patrimonial	1.115.388	878.923
Juros sobre capital próprio	99.565	139.584
Participação nos lucros - administradores	(10.258)	(10.979)
Outros	(54.167)	(108.281)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	1.150.528	899.247
Total de IRPJ e CSLL (D = B + C)	1.556	—
Taxa efetiva (D/-A)	-0,05%	—%

	Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Resultado antes do IRPJ e da CSLL (A)	4.639.515	3.944.566
Alíquota vigente	40 %	40 %
IRPJ e CSLL (a taxa nominal) (B)	(1.855.806)	(1.577.826)
Juros sobre capital próprio	493.420	347.210
Inovação tecnológica	49.102	66.280
Depósitos judiciais	36.965	25.167
Doações/ incentivos	46.923	63.960
Participação nos lucros - administradores	(76.485)	(76.619)
Outros	90.444	(101.956)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	640.369	324.042
Total de IRPJ e CSLL (D = B + C)	(1.215.437)	(1.253.784)
Taxa efetiva (D/-A)	26,2 %	31,8 %

12. BENS À VENDA - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Salvados (i)	177.171	212.193
Veículos recuperados de financiamentos	5.880	5.371
Veículos desativados de locações (ii)	222	23.220
Provisão para redução ao valor recuperável	(42.963)	(50.741)
	140.310	190.043

(i) Decorrente, principalmente, de indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação.

(ii) Referem-se a veículos retornados após o encerramento dos contratos de locação e que atualmente estão disponíveis para venda em suas condições atuais e, sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável, razão pela qual são mantidos no ativo circulante. O saldo de bens a venda diminuiu expressivamente em decorrência do encerramento das operações de locação de veículos.

13. CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO - CONSOLIDADO

O montante de R\$ 2.807.015 refere-se principalmente a:

- (i) R\$2.690.299 da Porto Consórcio, sendo suas receitas de taxa de adesão dos grupos de consórcios e despesas com comissionamento, dos quais são reconhecidas com base na vigência de cada contrato;
- (ii) R\$ 59.300 da Portocap, referente as comissões sobre os títulos de capitalização emitidos;
- (iii) R\$ 47.217 da CDF, sendo principalmente os valores antecipados de comissões a título de obtenção de contrato de exclusividade de vendas de balcão com empresas de varejo para venda de serviços; e
- (iv) R\$ 10.200 da Porto Saúde, referente às comissões de agenciamento, comissão vitalícia e comissões relacionadas às campanhas.

A movimentação está demonstrada abaixo:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	1.542.387	1.007.400
Constituição	1.801.997	1.047.245
Apropriação para despesa	(537.369)	(512.258)
Saldo final	2.807.015	1.542.387
Circulante	931.143	508.959
Não circulante	1.875.872	1.033.428

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - CONSOLIDADO

As controladas que possuem “hedge” de fluxo de caixa oriundos de captação de moeda estrangeira (Lei nº 4.131/62), estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Portoseg		
Parcela efetiva - valor justo		
Contrato de "swap"	(1.576.654)	(2.142.434)
Passivo financeiro (objeto de hedge)	1.620.928	2.302.626
Total (A)	44.274	160.192
Parcela Inefetiva (B)	(354)	(1.212)
Estratégias - Curva		
Contrato de "swap"	(2.173.538)	(2.637.123)
Hedge de captações	2.233.111	2.625.839
Total (C)	59.573	(11.284)
Unigás		
Parcela efetiva - valor justo		
Contrato de "swap"	(10.849)	—
Passivo financeiro (objeto de "hedge")	10.913	—
Total (A)	64	—
Estratégias - Curva		
Contrato de "swap"	(9.999)	(2.637.123)
"Hedge" de captações	10.208	2.625.839
Total (C)	209	(11.284)
Porto Serviço Negócios (i)		
Valor justo		
Contrato de "swap"	—	(255.047)
Passivo financeiro (objeto de "hedge")	—	254.792
Total (A)	—	(255)
Estratégias - Curva		
Contrato de "swap"	—	(254.014)
"Hedge" de captações	—	253.551
Total (C)	—	(463)
Instrumentos financeiros - (ativos - passivos) (A+C)	104.120	148.190
Impacto no Patrimônio líquido (bruto de impostos) (A+B)	43.920	158.725
Impacto no Patrimônio líquido (líquido de impostos)	23.668	95.142

(i) Os passivos financeiros (objeto de hedge) foram liquidados em fevereiro de 2025.

15. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Outros créditos a receber de cartão de crédito	—	—	345.944	247.471
Despesas antecipadas (ii)	393	394	290.603	369.923
Sinistros em processamento	—	—	156.352	87.257
Contas a receber - financeiro	170	11	133.720	34.757
Adiantamentos a funcionários	1.287	—	112.802	64.054
Adiantamentos administrativos	(1)	995	74.827	41.400
Valores a receber - seguro	—	—	51.693	50.401
Cosseguro	—	—	18.053	48.525
Almoxarifado	—	—	17.341	15.153
Comissões em processamento	—	—	12.822	13.280
Bloqueios judiciais	34	34	8.392	7.773
Cheques a depositar	—	—	2.254	10.915
Dividendos a receber (i)	—	109.150	—	—
Contas a receber - Oncoclínicas	—	—	—	34.134
Partes relacionadas (iii)	6.069	2.656	—	—
Outros	70.916	6.168	150.652	81.336
	78.868	119.408	1.375.455	1.106.379
Circulante	78.834	112.999	1.295.808	1.001.333
Não circulante	34	6.409	79.647	105.046

(i) Dividendos recebidos em 27 de fevereiro de 2025.

(ii) Valor refere-se principalmente, aos grupos de manutenção de sistemas, diferimento de comissão de parceiros comerciais e diferimento de despesas com pessoal da Porto Consócio, referente aos salários e benefícios pagos à equipe de vendas de cotas de consócio.

(iii) O aumento refere-se ao repasse do Programa Porto em ação dos funcionários. Vide nota explicativa nº 38.

16. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
PIS e COFINS (i)	—	—	884.851	891.963
Processos judiciais com adesão ao REFIS (i)	—	—	536.751	548.589
Sinistros judiciais	—	—	37.598	37.375
Outros	88	296	52.071	41.615
	88	296	1.511.271	1.519.542

(i) Vide nota explicativa nº 24.1.

17. INVESTIMENTOS

17.1 PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS – CONTROLADORA

	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Equivalência patrimonial	Dividendos	Aumento/ redução de capital	Ajustes instrumento s financeiros	Remuneração em ações	Transações de capital	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Porto Cia	6.983.263	1.825.422	(1.634.181)	—	63.179	6.579	—	2.433	7.246.695
Porto Bank	1.799.613	496.516	(288.083)	251.660	(73.274)	11.332	—	5.261	2.203.025
Porto Saúde Participações (ii)	1.754.697	666.309	(240.922)	161.546	(1.384)	4.462	—	(2.703)	2.342.005
Porto Serviço (i)	1.083.297	220.607	(233.590)	—	(544)	4.264	(169.062)	59	905.031
Porto Serviços e Comércio (ii)	486.843	5.082	(1.207)	(44.796)	(3.546)	6.221	—	255	448.852
Porto Uruguay	214.187	80.791	(45.982)	—	—	—	—	12.601	261.597
Porto Asset Management	1.111	(524)	—	10.000	(177)	195	—	—	10.605
Porto Seguro Gestora de Recursos	17.217	33.990	(21.727)	—	22	219	—	—	29.721
	<u>12.340.228</u>	<u>3.328.193</u>	<u>(2.465.692)</u>	<u>378.410</u>	<u>(15.724)</u>	<u>33.272</u>	<u>(169.062)</u>	<u>17.906</u>	<u>13.447.531</u>

17.1.1 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DE CONTROLADAS

	Dezembro de 2025			
	Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas (i)	Lucro líquido / (prejuízo) do período
Porto Cia (ii)	14.148.777	6.874.997	20.231.934	1.614.161
Porto Saúde	4.435.652	2.218.125	8.497.565	706.532
Porto Consórcio	3.102.346	2.377.387	1.190.175	273.909
Portoseg (ii)	23.189.086	22.096.002	4.763.292	222.084
CDF S.A. (ii) (iii)	—	—	1.734.945	205.939
Azul Seguros (ii)	1.182.534	414.209	2.925.472	139.841
Porto Uruguay	614.063	352.467	817.569	80.791
Porto Serviço (ii) (iii)	1.692.298	657.264	409.475	54.263
Porto Capitalização	2.514.311	2.221.898	340.619	49.409
Porto Vida e Previdência	6.681.544	6.089.246	1.702.057	13.131
Porto Serviços e Comércio (ii)	628.853	180.002	19.097	11.984
Itaú Auto e Residência	207.511	145.336	48.339	8.985
Serviços Médicos (ii)	57.072	10.038	73.394	8.720
Porto Atendimento	88.195	64.516	397.357	1.155
Porto Assistência Participações (ii) (iii)	—	—	144.022	800
Porto Asset Management	59.918	49.313	66.129	(524)
Portopar	32.442	3.160	20.229	(2.251)
Mobitech / Porto Serviço Negócios S.A (iii)	35.356	7.184	14.618	(12.537)
Demais	9.665.865	396.102	669.539	(5.005)
Participação dos acionistas não controladores	—	—	—	(43.194)
	<u>68.335.823</u>	<u>44.157.246</u>	<u>44.065.827</u>	<u>3.328.193</u>

	Dezembro de 2024			
	Total de ativos	Total de passivos	Total de receitas (i)	Lucro líquido / (prejuízo) do exercício
Porto Cia (ii)	12.832.873	5.809.938	16.763.354	1.268.708
Porto Saúde	3.230.163	1.566.004	6.535.634	341.436
Azul Seguros (ii)	2.172.616	1.039.929	5.242.323	264.335
Porto Consórcio	1.663.831	1.141.265	1.127.768	258.695
CDF S.A. (ii) (iii)	909.167	447.125	2.124.946	227.375
Portoseg (ii)	19.277.705	18.174.505	3.752.081	181.288
Porto Serviços e Comércio (ii)	646.655	159.812	21.573	59.763
Porto Uruguay	511.694	297.508	654.958	53.981
Porto Capitalização	2.160.999	1.891.711	265.805	36.565
Porto Assistência Participações (ii) (iii)	556.513	42.363	105.516	22.282
Portopar	39.390	7.989	33.834	13.637
Serviços Médicos (ii)	92.175	7.943	72.466	11.339
Itaú Auto e Residência	230.087	153.601	136.329	10.977
Porto Atendimento	71.037	51.430	347.341	452
Porto Vida e Previdência	6.186.256	5.660.808	(2.822)	(6.226)
Porto Asset Management	38.561	37.450	53.607	(12.018)
Porto Serviço (ii) (iii)	1.086.192	2.893	5.086	(30.650)
Mobitech / Porto Serviço Negócios S.A (iv)	244.296	268.887	98.132	(93.591)
Demais	7.440.147	277.200	328.372	44.611
Participação dos acionistas não controladores	—	—	—	(45.937)
	59.390.357	37.038.361	37.666.303	2.607.022

(i) Considera-se receitas financeiras.

(ii) Desconsidera-se a equivalência patrimonial.

(iii) Para os saldos de 2024, considera-se o resultado da Porto Assistência e da CDF Ltda., que foram incorporadas pela CDF S.A. respectivamente, em fevereiro e agosto de 2024. Para os saldos de 2025, considera-se o resultado da CDF S.A. e Porto Assistência Participações, que foram incorporadas pela Porto Serviço em outubro de 2025.

(iv) A partir de 2025, a empresa anteriormente denominada Mobitech Locadora de Veículos S.A. passou a adotar a nova razão social Porto Serviço Negócios S.A.

17.2 PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS E ENTIDADES CONTROLADAS EM CONJUNTO

	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Resultado equivalência patrimonial	Dividendos	Saldo em 31 de dezembro de 2025
ConectCar (i)	129.188	20.321	—	149.509
Petlove (ii)	58.910	7.389	—	66.299
Onkos Oncologia (ii)	38.753	38.049	(41.471)	35.331
	226.851	65.759	(41.471)	251.139

(i) Controle compartilhado de 50,0% na ConectCar.

(ii) Corresponde as participações minoritárias, de 13,5% na Petlove Cayman Ltd. e 40,0% na Onkos Oncologia.

18. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2025, os montantes de R\$ 273.700 (Controladora) (R\$ 322.390 em 31 de dezembro de 2024) e R\$ 241.962(Consolidado) (R\$ 273.535 em 31 de dezembro de 2024), referem-se principalmente ao valor de venda dos imóveis que estão sob posse do Fundo Imobiliário, conforme detalhado na nota explicativa abaixo.

18.1 FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO

Em 29 de junho de 2022, foi assinado acordo de compra e venda de imóveis entre as controladas Porto Cia, Porto Saúde, Porto Vida e Previdência e Azul Seguros, na qualidade de vendedoras e Jive Properties Multiestratégia Fundo de Investimento Imobiliário ("Fundo") como compradora e a Porto S.A., controladora, como interveniente a operação.

O objeto do acordo foi a venda de 45 imóveis ao Fundo, considerando condições do mercado imobiliário à época, a situação jurídica e estado de manutenção e conservação dos imóveis, bem como a oportunidade de liquidez imediata às controladas, segregada em duas tranches.

O Fundo busca oportunidades de venda dos imóveis em um prazo de 72 meses, da data da assinatura do referido acordo de compra e venda dos imóveis, tendo como premissas: a obtenção de autorização da Porto S.A. e a maximização do valor de venda. Dos imóveis, 23 foram vendidos à terceiros até 31 de dezembro de 2025

Caso haja excedente entre o valor de compra e venda à terceiros, o valor será compartilhado conforme abaixo:

- Se o imóvel for vendido por até 90% do laudo inicial, a Porto S.A. receberá 30%;
- Se o imóvel for vendido entre 90% e 95% do laudo inicial, a Porto S.A. receberá 50%;
- Se o imóvel for vendido acima de 95% do laudo inicial, a Porto S.A. receberá 70%.

Adicionalmente, a Porto S.A. tem o direito de veto na venda dos imóveis e, ao final do prazo contratual, tem a opção de compra dos imóveis remanescentes pelo valor negociado na data da assinatura do referido acordo, corrigido pelo IPCA.

A Porto S.A. também paga ao Fundo uma Indenização por vacância de IPCA + 0,5654% ao mês, aplicados ao preço dos imóveis transferidos e não vendidos, suprimindo as despesas de manutenção dos imóveis, para que estejam vazios e disponíveis à venda.

Observado os aspectos de controle e acordo de recompra estabelecidos pelas normas IFRS, a Porto S.A. mantém o registro dos imóveis em suas informações financeiras individuais e reconheceu um passivo do montante recebido em caixa.

A Porto S.A. está atualizando monetariamente o montante alocado no passivo de transação com fundo de investimento imobiliário, através do índice IPCA, sendo a contrapartida registrada na despesa financeira (nota explicativa nº 36).

19. IMOBILIZADO – CONSOLIDADO

19.1 IMOBILIZADO - COMPOSIÇÃO

	Taxas de depreciação (% a.a.)	Dezembro de 2025			Dezembro de 2024		
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Saldo Líquido
Edificações	2,0	532.826	(53.226)	479.600	518.800	(42.906)	475.894
Terrenos	—	131.679	—	131.679	122.775	—	122.775
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5,0 a 33,3	238.773	(96.665)	142.108	208.537	(80.047)	128.490
Informática	20,0 a 33,3	684.484	(514.354)	170.130	634.962	(471.594)	163.368
Móveis, máquinas e utensílios	10,0 a 50,0	68.261	(60.930)	7.331	68.936	(65.115)	3.821
Rastreadores	100,0	3.642	(2.279)	1.363	3.249	(1.813)	1.436
Equipamentos	10,0 a 14,3	31.984	(30.079)	1.905	35.409	(31.372)	4.037
Veículos	20,0 a 25,0	14.856	(13.405)	1.451	15.298	(12.856)	2.442
Veículos e equipamentos locados a terceiros	3,0 a 29,3	2.263	(1.495)	768	32.154	(3.917)	28.237
		1.708.768	(772.433)	936.335	1.640.120	(709.620)	930.500

19.2 IMOBILIZADO - MOVIMENTAÇÃO

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	Movimentações				Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025
		Aquisições	Baixas/ vendas	Despesas de depreciação	Outros / transferência	
Edificações	475.894	16.309	(2.534)	(10.432)	363	479.600
Terrenos	122.775	9.131	(850)	—	623	131.679
Benfeitorias em imóveis de terceiros	128.490	30.196	—	(16.585)	7	142.108
Informática	163.368	75.939	247	(66.474)	(2.950)	170.130
Móveis, máquinas e utensílios	3.821	1.588	(69)	(2.541)	4.532	7.331
Rastreadores	1.436	3.221	(106)	(3.188)	—	1.363
Equipamentos	4.037	126	(6)	(946)	(1.306)	1.905
Veículos	2.442	575	(62)	(1.262)	(242)	1.451
Veículos e equipamentos locados a terceiros (i)	28.237	40	(45.441)	(531)	18.463	768
	930.500	137.125	(48.821)	(101.959)	19.490	936.335

(i) Refere-se substancialmente às baixas do imobilizado (vendas e perdas) que tem como contrapartida o imobilizado e o resultado na ocasião de redução ao valor recuperável dos veículos, bem como às transferência de veículos no período, cuja contrapartida ocorreu entre as rubricas patrimoniais de imobilizado e bens à venda.

20. INTANGÍVEL - CONSOLIDADO

20.1 INTANGÍVEL - COMPOSIÇÃO

	Taxas de amortização (% a.a.)	Dezembro de 2025			Dezembro de 2024		
		Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido
"Software"	6,67 a 20,0	3.217.178	(1.303.422)	1.913.756	2.815.315	(1.073.329)	1.741.986
Contratos "sign" bônus (*)		129.702	(126.559)	3.143	129.702	(105.739)	23.963
Outros Intangíveis	20,0	75.682	(51.358)	24.324	54.129	(43.590)	10.539
Intangíveis		3.422.562	(1.481.339)	1.941.223	2.999.146	(1.222.658)	1.776.488
Marca	2,2	246.000	—	246.000	246.000	—	246.000
Canal de distribuição		568.000	(203.007)	364.993	568.000	(190.385)	377.615
Ágio na aquisição de investimentos		346.800	—	346.800	346.800	—	346.800
Combinação de negócios - Itaú Auto e Residência		1.160.800	(203.007)	957.793	1.160.800	(190.385)	970.415
Contratos de Parceria - Mais Valia		100.491	(62.243)	38.248	100.491	(34.018)	66.473
"Software"	6,67 a 20,0	7.226	(3.468)	3.758	7.226	(2.023)	5.203
Ágio		538.327	—	538.327	538.327	—	538.327
Combinações de negócios - Porto Assistência Participações		646.044	(65.711)	580.333	646.044	(36.041)	610.003
Marca		78.715	—	78.715	78.715	—	78.715
"Software"	13,3	15.975	(9.585)	6.390	15.975	(7.455)	8.520
Ágio		213.092	—	213.092	237.092	—	237.092
Demais	18,4	8.552	(8.149)	403	8.553	(7.377)	1.176
Combinações de negócios - Petlove		316.334	(17.734)	298.600	340.335	(14.832)	325.503
Marca		34.488	—	34.488	34.488	—	34.488
Parceria		1.900	—	1.900	1.900	—	1.900
Ágio		43.974	—	43.974	43.974	—	43.974
Combinações de negócios - ConectCar		80.362	—	80.362	80.362	—	80.362
Ágio (Unigás)		3.776	—	3.776	3.776	—	3.776
Parceria		15.400	(3.033)	12.367	15.400	(1.633)	13.767
Combinações de negócios - Unigás		19.176	(3.033)	16.143	19.176	(1.633)	17.543
Ágio na aquisição da Porto Seguro Saúde Ocupacional		23.981	—	23.981	23.981	—	23.981
Carteira Cliente Nido		4.494	(1.157)	3.337	4.494	(835)	3.659
Ágio Nido		9.979	—	9.979	9.979	—	9.979
Outras combinações de negócios		38.454	(1.157)	37.297	38.454	(835)	37.619
		5.683.732	(1.771.981)	3.911.751	5.284.317	(1.466.384)	3.817.933

(*) Os valores registrados como "Sign" Bônus referem-se ao pagamentos de bônus à parceiros comerciais, com o objetivo de assegurar o direito de exclusividade e de preferência das vendas dos serviços prestados pela Porto Serviço. O valor do bônus é pago a título de contraprestação destes direitos adquiridos, a ser amortizado conforme prazo médio contratual de exclusividade com os parceiros comerciais (entre 36 e 48 meses).

20.2 INTANGÍVEL - MOVIMENTAÇÃO

	Saldo líquido em em 31 de dezembro de 2024	Movimentações				Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025
		Aquisições	Baixas/ vendas	Despesa de amortização	Outros/ transferências	
"Software"	1.741.986	405.442	(2.632)	(231.979)	939	1.913.756
Contratos "sign" bônus	23.963	—	—	(20.820)	—	3.143
Outros Intangíveis	10.539	—	—	(1.824)	15.609	24.324
	1.776.488	405.442	(2.632)	(254.623)	16.548	1.941.223
Marca	246.000	—	—	—	—	246.000
Canal de distribuição	377.615	—	—	(12.622)	—	364.993
Ágio na aquisição de investimentos	346.800	—	—	—	—	346.800
Combinação de negócios - Itaú Auto e Residência	970.415	—	—	(12.622)	—	957.793
Parceria	66.473	—	—	(28.225)	—	38.248
"Software"	5.203	—	—	(1.445)	—	3.758
Ágio	538.327	—	—	—	—	538.327
Combinações de negócios - CDF	610.003	—	—	(29.670)	—	580.333
Marca	78.715	—	—	—	—	78.715
"Software"	8.520	—	—	(2.130)	—	6.390
Ágio	237.092	—	(24.000)	—	—	213.092
Demais	1.176	—	—	(773)	—	403
Combinações de negócios - Petlove	325.503	—	(24.000)	(2.903)	—	298.600
Marca	34.488	—	—	—	—	34.488
Parceria	1.900	—	—	—	—	1.900
Ágio	43.974	—	—	—	—	43.974
Combinações de negócios - Conectcar	80.362	—	—	—	—	80.362
Ágio na aquisição da Porto Seguro Saúde Ocupacional	23.981	—	—	—	—	23.981
Carteira Cliente Nido	3.659	—	—	(322)	—	3.337
Ágio Nido	9.979	—	—	—	—	9.979
Outras combinações de negócios	37.619	—	—	(322)	—	37.297
Ágio	3.776	—	—	—	—	3.776
Parceria	13.767	—	—	(1.400)	—	12.367
Combinações de negócios - Unigás	17.543	—	—	(1.400)	—	16.143
	3.817.933	405.442	(26.632)	(301.540)	16.548	3.911.751

20.3 COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS - AVALIAÇÃO DO VALOR RECUPERÁVEL

A Administração anualmente realiza o teste de recuperabilidade de ativos “impairment” referente aos saldos relacionados às empresas adquiridas, incluindo marcas e os ativos intangíveis dessas unidades geradoras de caixa.

Os valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa (UGCs) foram avaliados pelo método do valor em uso, que é calculado com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a uma taxa de desconto antes de impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para trazer esses fluxos de caixa ao valor presente líquido. Ao valor presente líquido é aplicada a taxa de perpetuidade utilizada para extrapolar o fluxo de caixa para um período acima de cinco anos.

Os fluxos de caixa derivam de projeções orçamentárias mais recentes aprovados pela Administração e elaborados para um período de cinco anos e dez anos. As projeções consideram as expectativas do mercado para as operações, utilização de julgamentos relacionadas à taxa de crescimento da receita e perpetuidade, estimativas de investimentos futuros (“Capex”) e capital de giro.

A tabela abaixo demonstra as principais premissas utilizadas nos cálculos no teste realizado pela Companhia:

	Dezembro de 2025		Dezembro de 2024	
	Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade	Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade
UGCs				
Itaú Auto e Residência	12,84 %	3,63 %	12,87 %	3,60 %
ConectCar	19,73 %	3,58 %	21,36 %	3,60 %
Petlove	12,33 %	4,41 %	12,42 %	3,60 %
Porto Seguro Saúde Ocupacional	11,72 %	3,50 %	11,75 %	3,50 %
CDF	12,79 %	3,58 %	13,28 %	3,60 %
Nido	15,17 %	3,50 %	13,10 %	3,50 %
Unigás	11,87 %	3,50 %	11,34 %	3,50 %

Com base nas análises efetuadas pela Administração, o valor recuperável é maior que seu valor contábil, portanto, não foi identificado a necessidade de constituição de perdas por redução ao valor recuperável dos saldos desses ativos, exceto na Petlove, gerando uma perda de R\$ 24.000 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

21. ATIVO DE DIREITO DE USO – CONSOLIDADO

21.1 ATIVO DE DIREITO DE USO - COMPOSIÇÃO

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país.

	Taxas anuais amortização (%)	Dezembro de 2025			Dezembro de 2024		
		Custo (i)	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Direito de uso	5,0 a 33,0	181.742	(100.875)	80.867	179.419	(92.222)	87.197

21.2 ATIVO DE DIREITO DE USO - MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2024	Movimentações		Dezembro de 2025
		Constituições/baixas de contratos	Despesas de amortização	
Direito de uso	87.197	12.891	(19.221)	80.867

22. CONTRATOS DE SEGUROS E RESSEGUROS

Os saldos de contratos de seguros e resseguros estão apresentados da seguinte forma por método de mensuração:

	Dezembro de 2025			
	PAA	BBA	VFA	Total
Contratos de seguro e resseguro				
Saldo líquido de contratos de seguro	4.868.850	1.242.616	4.895.649	11.007.115
Passivos de contratos de seguro	4.868.850	1.242.616	4.895.649	11.007.115
Saldo líquido de contratos de resseguro	99.394	—	—	99.394
Ativos do contrato de resseguro	99.394	—	—	99.394

	Dezembro de 2024			
	PAA	BBA	VFA	Total
Contratos de seguro e resseguro				
Saldo líquido de contratos de seguro	4.737.172	1.282.312	4.409.277	10.428.761
Passivos de contratos de seguro	4.737.172	1.282.312	4.409.277	10.428.761
Saldo líquido de contratos de resseguro	100.961	—	—	100.961
Ativos do contrato de resseguro	100.961	—	—	100.961

a) CONTRATOS DE SEGURO - PAA - MOVIMENTAÇÃO

Movimentação dos Contratos de Seguro - PAA	Passivos por Cobertura Remanescente	Passivos por Sinistros Incorridos		Ativos para fluxos de caixa de aquisição de seguros - nota nº 22 (b)	Dezembro de 2025
	Excluindo componente de perda	Estimativa de valor presente de fluxo de caixa futuro	Ajuste de risco para risco não financeiro		Total
Saldo inicial no exercício	1.366.313	3.863.902	88.222	(581.265)	4.737.172
Receita de seguro	(30.233.551)	—	—	—	(30.233.551)
Despesas de serviço de seguro	5.095.219	18.221.900	(3.789)	—	23.313.330
Sinistros incorridos e outras despesas de serviços de seguro	42.814	18.221.900	(452.658)	—	17.812.056
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros	5.052.405	—	—	—	5.052.405
Ajustes de passivos por sinistros incorridos	—	—	448.869	—	448.869
Resultado do serviço de seguro	(25.138.332)	18.221.900	(3.789)	—	(6.920.221)
Resultado financeiro líquido de contratos de seguros	—	(76.522)	13.520	—	(63.002)
Mudanças totais na demonstração de lucros ou perdas e OCI	(25.138.332)	18.145.378	9.731	—	(6.983.223)
Prêmios recebidos	30.098.576	—	—	—	30.098.576
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros pagas, incluindo componentes de investimento	—	(17.570.183)	—	—	(17.570.183)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(4.924.304)	—	—	(489.188)	(5.413.492)
Fluxos de caixa totais	25.174.272	(17.570.183)	—	(489.188)	7.114.901
Transferência para outros itens na demonstração da posição financeira	(201.907)	—	—	201.907	—
Saldo final no exercício	1.200.346	4.439.097	97.953	(868.546)	4.868.850

Movimentação dos Contratos de Seguro - PAA	Passivos por Cobertura Remanescente	Passivos por Sinistros Incorridos		Ativos para fluxos de caixa de aquisição de seguros - nota nº 22 (b)	Dezembro de 2024
	Excluindo componente de perda	Estimativa de valor presente de fluxo de caixa futuro	Ajuste de risco para risco não financeiro		Total
Saldo inicial no exercício	1.889.702	3.471.718	76.983	(402.138)	5.036.265
Receita de seguro	(27.657.852)	—	—	—	(27.657.852)
Despesas de serviço de seguro	4.703.805	16.515.190	2.959	—	21.221.954
Sinistros incorridos e outras despesas de serviços de seguro	(19.578)	16.515.190	(377.603)	—	16.118.009
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros	4.723.383	—	—	—	4.723.383
Ajustes de passivos por sinistros incorridos	—	—	380.562	—	380.562
Resultado do serviço de seguro	(22.954.047)	16.515.190	2.959	—	(6.435.898)
Resultado financeiro líquido de contratos de seguros	—	(32.718)	8.280	—	(24.438)
Mudanças totais na demonstração de lucros ou perdas e OCI	(22.954.047)	16.482.472	11.239	—	(6.460.336)
Prêmios recebidos	27.289.461	—	—	—	27.289.461
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros pagas, incluindo componentes de investimento	(91)	(16.090.288)	—	—	(16.090.379)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(4.587.255)	—	—	(450.584)	(5.037.839)
Fluxos de caixa totais	22.702.115	(16.090.288)	—	(450.584)	6.161.243
Transferência para outros itens na demonstração da posição financeira	(271.457)	—	—	271.457	—
Saldo final no exercício	1.366.313	3.863.902	88.222	(581.265)	4.737.172

b) REALIZAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DE AQUISIÇÃO

Realização do Ativo de Fluxo de Caixa de Aquisição	de 0 até 1 ano	de 1 até 5 anos	Total
Ativo de Fluxo de Caixa de Aquisição - Dezembro de 2025	337.375	531.171	868.546
Ativo de Fluxo de Caixa de Aquisição - Dezembro de 2024	130.681	450.584	581.265

c) CONTRATOS DE SEGURO – BBA - MOVIMENTAÇÃO

Movimentação dos Contratos de Seguro - BBA	Passivos por Cobertura Remanescente		Passivos por Sinistros Incorridos		Dezembro de 2025
	Excluindo component e de perda	Componente de perda	Estimativa de valor presente de fluxo de caixa futuro	Ajuste de risco para risco não financeiro	Total
Saldo inicial no exercício	1.002.775	171.335	106.994	1.208	1.282.312
Receita de seguro	(1.030.592)	—	—	—	(1.030.592)
Contratos sob a abordagem de transição completa - FRA	(843.556)	—	—	—	(843.556)
Contratos sob a abordagem de transição valor justo - FVA	(187.036)	—	—	—	(187.036)
Despesas de serviço de seguro	4.835	—	709.373	59	714.267
Sinistros incorridos e outras despesas de serviços de seguro	(189.343)	—	704.248	223	515.128
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros	172.906	—	—	—	172.906
Ajustes de passivos por sinistros incorridos	21.272	—	5.125	(164)	26.233
Perdas e reversões de perdas em contratos onerosos	—	(36.764)	—	—	(36.764)
Resultado do serviço de seguro	(1.025.757)	(36.764)	709.373	59	(353.089)
Resultado financeiro líquido de contratos de seguros	29.921	12.194	3.313	149	45.577
Mudanças totais na demonstração de lucros ou perdas e OCI	(995.836)	(24.570)	712.686	208	(307.512)
Prêmios recebidos	1.090.926	43.941	—	—	1.134.867
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros pagas, incluindo componentes de investimento	—	—	(694.145)	—	(694.145)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(168.139)	(4.767)	—	—	(172.906)
Fluxos de caixa totais	922.787	39.174	(694.145)	—	267.816
Saldo final no exercício	929.726	185.939	125.535	1.416	1.242.616

	Passivos por Cobertura Remanescente		Passivos por Sinistros Incorridos		Dezembro de 2024
	Excluindo componente de perda	Componente de perda	Estimativa de valor presente de fluxo de caixa futuro	Ajuste de risco para risco não financeiro	Total
Movimentação dos Contratos de Seguro - BBA					
Saldo inicial no exercício	1.141.829	87.821	88.405	1.015	1.319.070
Receita de seguro	(880.325)	—	—	—	(880.325)
Contratos sob a abordagem de transição completa - FRA	(717.858)	—	—	—	(717.858)
Contratos sob a abordagem de transição valor justo - FVA	(162.467)	—	—	—	(162.467)
Despesas de serviço de seguro	(82.472)	—	620.502	77	538.107
Sinistros incorridos e outras despesas de serviços de seguro	(254.274)	—	634.361	—	380.087
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros	151.178	—	—	—	151.178
Ajustes de passivos por sinistros incorridos	20.624	—	(13.859)	77	6.842
Perdas e reversões de perdas em contratos onerosos	—	57.918	—	—	57.918
Resultado do serviço de seguro	(962.797)	57.918	620.502	77	(284.300)
Resultado financeiro líquido de contratos de seguros	7.913	7.912	921	116	16.862
Mudanças totais na demonstração de lucros ou perdas e OCI	(954.884)	65.830	621.423	193	(267.438)
Prêmios recebidos	967.009	20.302	—	—	987.311
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros pagas, incluindo componentes de investimento	—	—	(602.834)	—	(602.834)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(151.179)	(2.618)	—	—	(153.797)
Fluxos de caixa totais	815.830	17.684	(602.834)	—	230.680
Saldo final no exercício	1.002.775	171.335	106.994	1.208	1.282.312

d) CONTRATOS DE SEGURO – VFA - MOVIMENTAÇÃO

	Passivos por Cobertura Remanescente	Passivos por Sinistros Incurridos	Dezembro de 2025	
	Excluindo componente de perda	Estimativa de valor presente de fluxo de caixa futuro	Ajuste de risco para risco não financeiro	Total
Movimentação dos Contratos de Seguro - VFA				
Saldo inicial no exercício	4.405.912	3.362	3	4.409.277
Receita de seguro	(1.377.647)	—	—	(1.377.647)
Contratos sob a abordagem de transição valor justo - FVA	(1.377.647)	—	—	(1.377.647)
Despesas de serviço de seguro	345.792	1.024.616	(3)	1.370.405
Sinistros incorridos e outras despesas de serviços de seguro	332.928	1.024.407	—	1.357.335
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros	13.994	—	—	13.994
Ajustes de passivos por sinistros incorridos	(1.130)	209	(3)	(924)
Resultado do serviço de seguro	(1.031.855)	1.024.616	(3)	(7.242)
Resultado financeiro líquido de contratos de seguros	10.321	77	—	10.398
Mudanças totais na demonstração de lucros ou perdas e OCI	(1.021.534)	1.024.693	(3)	3.156
Prêmios recebidos	1.523.842	—	—	1.523.842
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros pagas, incluindo componentes de investimento	—	(1.026.632)	—	(1.026.632)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(13.994)	—	—	(13.994)
Fluxos de caixa totais	1.509.848	(1.026.632)	—	483.216
Saldo final no exercício	4.894.226	1.423	—	4.895.649

	Passivos por Cobertura Remanescente	Passivos por Sinistros Incorridos		Dezembro de 2024
	Excluindo componente de perda	Estimativa de valor presente de fluxo de caixa futuro	Ajuste de risco para risco não financeiro	Total
Movimentação dos Contratos de Seguro - VFA				
Saldo inicial no exercício	4.277.432	3.390	4	4.280.826
Receita de seguro	175.114	—	—	175.114
Contratos sob a abordagem de transição valor justo - FVA	175.114	—	—	175.114
Despesas de serviço de seguro	(1.199.296)	995.710	(1)	(203.587)
Sinistros incorridos e outras despesas de serviços de seguro	(1.210.432)	991.037	5	(219.390)
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros	12.171	—	—	12.171
Ajustes de passivos por sinistros incorridos	(1.035)	4.673	(6)	3.632
Resultado do serviço de seguro	(1.024.182)	995.710	(1)	(28.473)
Resultado financeiro líquido de contratos de seguros	10.945	181	—	11.126
Mudanças totais na demonstração de lucros ou perdas e OCI	(1.013.237)	995.891	(1)	(17.347)
Prêmios recebidos	1.153.888	—	—	1.153.888
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros pagas, incluindo componentes de investimento	—	(995.919)	—	(995.919)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(12.171)	—	—	(12.171)
Fluxos de caixa totais	1.141.717	(995.919)	—	145.798
Saldo final no exercício	4.405.912	3.362	3	4.409.277

e) MOVIMENTAÇÃO DA MARGEM DE SERVIÇO CONTRATUAL – BBA

	Dezembro de 2025			
	Estimativa de fluxo de caixa a valor presente	Ajuste de risco para risco não financeiro	Margem de Serviço Contratual - nota nº 22g)	Total
Movimentação da Margem de Serviço Contratual - BBA				
Saldo inicial no exercício	973.158	53.542	255.612	1.282.312
Alterações relacionadas aos serviços atuais	(160.219)	(543)	(183.185)	(343.947)
CSM reconhecido pelos serviços prestados	—	—	(183.185)	(183.185)
Mudança no ajuste de risco para risco não financeiro para risco expirado	—	(543)	—	(543)
Ajustes de experiência	(160.219)	—	—	(160.219)
Alterações relacionadas a serviços futuros	(257.660)	16.955	205.330	(35.375)
Contratos inicialmente reconhecidos (nota nº 22h)	(25.323)	1.330	25.382	1.389
Mudanças nas estimativas que ajustam o CSM	(195.718)	15.770	179.948	—
Mudanças nas estimativas que resultam em perdas e reversão de perdas em contratos	(36.619)	(145)	—	(36.764)
Alterações relacionadas a serviços anteriores	44.916	(18.683)	—	26.233
Ajustes de passivos por sinistros incorridos	44.916	(18.683)	—	26.233
Resultado de serviço de seguro	(372.963)	(2.271)	22.145	(353.089)
Resultado Financeiro	9.664	4.468	31.445	45.577
Resultado financeiro líquido de contratos de seguros	9.664	4.468	31.445	45.577
Alterações totais na demonstração do lucro ou perda e OCI	(363.299)	2.197	53.590	(307.512)
Fluxos de caixa	267.816	—	—	267.816
Prêmios recebidos	1.134.867	—	—	1.134.867
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros pagas, incluindo componentes de investimento	(694.145)	—	—	(694.145)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(172.906)	—	—	(172.906)
Saldo final no exercício	877.675	55.739	309.202	1.242.616

	Dezembro de 2024			
Movimentação da Margem de Serviço Contratual - BBA	Estimativa de fluxo de caixa a valor presente	Ajuste de risco para risco não financeiro	Margem de Serviço Contratual - nota nº 22g)	Total
Saldo inicial no exercício	1.202.793	54.839	61.438	1.319.070
Alterações relacionadas aos serviços atuais	(180.278)	211	(169.960)	(350.027)
CSM reconhecido pelos serviços prestados	—	—	(169.960)	(169.960)
Mudança no ajuste de risco para risco não financeiro para risco expirado	—	211	—	211
Ajustes de experiência	(180.278)	—	—	(180.278)
Alterações relacionadas a serviços futuros	(228.877)	13.989	273.773	58.885
Contratos inicialmente reconhecidos (nota nº 22h)	(16.590)	1.427	16.130	967
Contratos reconhecidos referentes à períodos anteriores	—	—	—	—
Mudanças nas estimativas que ajustam o CSM	(268.360)	10.717	257.643	—
Mudanças nas estimativas que resultam em perdas e reversão de perdas em contratos	56.073	1.845	—	57.918
Alterações relacionadas a serviços anteriores	26.471	(19.629)	—	6.842
Ajustes de passivos por sinistros incorridos	26.471	(19.629)	—	6.842
Resultado de serviço de seguro	(382.684)	(5.429)	103.813	(284.300)
Resultado Financeiro	(7.283)	4.132	20.013	16.862
Resultado financeiro líquido de contratos de seguros	(7.283)	4.132	20.013	16.862
Efeito de movimentos nas taxas de câmbio	—	—	—	—
Alterações totais na demonstração do lucro ou perda e OCI	(389.967)	(1.297)	123.826	(267.438)
Fluxos de caixa	230.680	—	—	230.680
Prêmios recebidos	987.311	—	—	987.311
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros pagas, incluindo componentes de investimento	(602.834)	—	—	(602.834)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(153.797)	—	—	(153.797)
Saldo final no exercício	1.043.506	53.542	185.264	1.282.312

f) MOVIMENTAÇÃO DA MARGEM DE SERVIÇO CONTRATUAL – VFA

	Dezembro de 2025			
	Estimativa de fluxo de caixa a valor presente	Ajuste de risco para risco não financeiro	Margem de Serviço Contratual (nota nº 22g)	Total
Movimentação da Margem de Serviço Contratual - VFA				
Saldo inicial no exercício	4.181.107	15.013	213.157	4.409.277
Alterações relacionadas aos serviços atuais	(363.152)	1.290	355.544	(6.318)
CSM reconhecido pelos serviços prestados	—	—	355.544	355.544
Mudança no ajuste de risco para risco não financeiro para risco expirado	—	1.290	—	1.290
Ajustes de experiência	(363.152)	—	—	(363.152)
Alterações relacionadas a serviços futuros	130.220	(2.143)	(128.077)	—
Contratos inicialmente reconhecidos (nota nº 22h)	18.306	90	(18.396)	—
Mudanças nas estimativas que ajustam o CSM	111.914	(2.233)	(109.681)	—
Alterações relacionadas a serviços anteriores	209	(1.133)	—	(924)
Ajustes de passivos por sinistros incorridos	209	(1.133)	—	(924)
Resultado de serviço de seguro	(232.723)	(1.986)	227.467	(7.242)
Resultado Financeiro	217.820	757	(208.179)	10.398
Resultado financeiro líquido de contratos de seguros	217.820	757	(208.179)	10.398
Alterações totais na demonstração do lucro ou perda e OCI	(14.903)	(1.229)	19.288	3.156
Fluxos de caixa	483.216	—	—	483.216
Prêmios recebidos	1.523.842	—	—	1.523.842
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros pagas, incluindo componentes de investimento	(1.026.632)	—	—	(1.026.632)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(13.994)	—	—	(13.994)
Saldo final no exercício	4.649.420	13.784	232.445	4.895.649

	Dezembro de 2024			
	Estimativa de fluxo de caixa a valor presente	Ajuste de risco para risco não financeiro	Margem de Serviço Contratual (nota nº 22g)	Total
Movimentação da Margem de Serviço Contratual - VFA				
Saldo inicial no exercício	3.859.672	20.381	400.773	4.280.826
Alterações relacionadas aos serviços atuais	(70.665)	2.791	35.770	(32.104)
CSM reconhecido pelos serviços prestados	—	—	35.770	35.770
Mudança no ajuste de risco para risco não financeiro para risco expirado	—	2.791	—	2.791
Ajustes de experiência	(70.665)	—	—	(70.665)
Alterações relacionadas a serviços futuros	48.602	(8.401)	(40.202)	(1)
Contratos inicialmente reconhecidos (nota nº 22h)	31.908	115	(32.023)	—
Mudanças nas estimativas que ajustam o CSM	16.694	(8.516)	(8.179)	(1)
Alterações relacionadas a serviços anteriores	4.673	(1.041)	—	3.632
Ajustes de passivos por sinistros incorridos	4.673	(1.041)	—	3.632
Resultado de serviço de seguro	(17.390)	(6.651)	(4.432)	(28.473)
Resultado Financeiro	193.027	1.283	(183.184)	11.126
Resultado financeiro líquido de contratos de seguros	193.027	1.283	(183.184)	11.126
Alterações totais na demonstração do lucro ou perda e OCI	175.637	(5.368)	(187.616)	(17.347)
Fluxos de caixa	145.798	—	—	145.798
Prêmios recebidos	1.153.888	—	—	1.153.888
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros pagas, incluindo componentes de investimento	(995.919)	—	—	(995.919)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(12.171)	—	—	(12.171)
Saldo final no exercício	4.181.107	15.013	213.157	4.409.277

g) REALIZAÇÃO DA MARGEM DE SERVIÇO CONTRATUAL

Realização da Margem de Serviço Contratual	de 0 até 1 ano	de 1 até 5 anos	de 5 até 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Contratos mensurados pelo BBA - Dezembro de 2025	133.836	173.463	701	1.202	309.202
Contratos mensurados pelo VFA - Dezembro de 2025	13.480	47.623	45.329	126.013	232.445
	147.316	221.086	46.030	127.215	541.647
Contratos mensurados pelo BBA - Dezembro de 2024	80.223	103.091	735	1.215	185.264
Contratos mensurados pelo VFA - Dezembro de 2024	25.768	80.143	52.297	54.949	213.157
	105.991	183.234	53.032	56.164	398.421

h) RENTABILIDADE DOS CONTRATOS DE SEGURO – BBA E VFA

Efeito dos contratos inicialmente reconhecidos no exercício	BBA		VFA	Total
	Contratos Rentáveis	Contratos Onerosos	Contratos Rentáveis	
Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa	(26.641)	1.318	18.306	(7.017)
Prêmios emitidos líquidos	(88.380)	534	(55.489)	(143.335)
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros a pagar	46.508	(257)	72.577	118.828
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	15.231	1.041	1.218	17.490
Ajuste de risco para risco não financeiro	1.259	71	90	1.420
CSM	25.382	—	(18.396)	6.986
Onerosidade em 31 de dezembro de 2025	—	1.389	—	1.389

Efeito dos contratos inicialmente reconhecidos no exercício	BBA		VFA	Total
	Contratos Rentáveis	Contratos Onerosos	Contratos Rentáveis	
Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa	(17.553)	963	31.908	15.318
Prêmios emitidos líquidos	(78.349)	(142)	(1.406.790)	(1.485.281)
Sinistros e outras despesas de serviços de seguros a pagar	46.962	1.068	1.409.092	1.457.122
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	13.834	37	29.606	43.477
Ajuste de risco para risco não financeiro	1.423	4	115	1.542
CSM	16.130	—	(32.023)	(15.893)
Onerosidade em 31 de dezembro de 2024	—	967	—	967

i) CONTRATOS DE RESSEGURO – PAA - MOVIMENTAÇÃO

	Ativo para cobertura remanescente	Ativo de sinistros incorridos	Dezembro de 2025	
	Excluindo componente de perda	Estimativa de valor presente de fluxo de caixa futuro	Ajuste de risco para risco não financeiro	Total
Movimentação dos Contratos de Resseguro - PAA				
Saldo inicial no exercício	(29.154)	128.150	1.965	100.961
Alocação de prêmios de resseguros	18.630	—	—	18.630
Valores recuperáveis da resseguradora	(176.525)	85.075	(305)	(91.755)
Recuperações de sinistros incorridos e outras despesas de serviços de seguro	(175.782)	85.075	(5.177)	(95.884)
Ajustes aos ativos para sinistros incorridos	—	—	4.872	4.872
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros	(743)	—	—	(743)
Despesas líquidas de contratos de resseguro	(157.895)	85.075	(305)	(73.125)
Resultado financeiro líquido de contratos de resseguros	—	(308)	246	(62)
Mudanças totais na demonstração de lucros ou perdas e OCI	(157.895)	84.767	(59)	(73.187)
Prêmios pagos	185.100	—	—	185.100
Sinistros recebidos	—	(88.561)	—	(88.561)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(24.919)	—	—	(24.919)
Fluxos de caixa totais	160.181	(88.561)	—	71.620
Saldo final no exercício	(26.868)	124.356	1.906	99.394

	Ativo para cobertura remanescente	Ativo de sinistros incorridos		Dezembro de 2024
	Excluindo componente de perda	Estimativa de valor presente de fluxo de caixa futuro	Ajuste de risco para risco não financeiro	Total
Movimentação dos Contratos de Resseguro - PAA				
Saldo inicial no exercício	(46.794)	159.291	2.982	115.479
Alocação de prêmios de resseguros	29.523	—	—	29.523
Valores recuperáveis da resseguradora	(166.465)	82.164	(1.266)	(85.567)
Recuperações de sinistros incorridos e outras despesas de serviços de seguro	(166.306)	82.164	(7.438)	(91.580)
Ajustes aos ativos para sinistros incorridos	—	—	6.172	6.172
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros	(159)	—	—	(159)
Despesas líquidas de contratos de resseguro	(136.942)	82.164	(1.266)	(56.044)
Resultado financeiro líquido de contratos de resseguros	—	2.420	249	2.669
Mudanças totais na demonstração de lucros ou perdas e OCI	(136.942)	84.584	(1.017)	(53.375)
Prêmios pagos	185.212	—	—	185.212
Sinistros recebidos	—	(115.725)	—	(115.725)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(30.630)	—	—	(30.630)
Fluxos de caixa totais	154.582	(115.725)	—	38.857
Saldo final no exercício	(29.154)	128.150	1.965	100.961

j) COMPORTAMENTO DA PROVISÃO DE SINISTROS

A tabela a seguir apresenta o comportamento posteriores das provisões (brutas de resseguro) para sinistros da Companhia (em anos posteriores aos anos de constituição, em milhões), denominada tábua de desenvolvimento de sinistro e demonstra a consistência da política de provisionamento de sinistros da Companhia:

Dezembro de 2025												
											Total de sinistros avisados	
Montante de sinistros avisados até a data-base	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025		
Até a data-base	7.284	7.226	7.232	8.023	6.920	9.093	12.053	11.987	14.451	18.334	18.334	
Dois anos mais tarde	7.660	7.599	7.593	8.481	7.509	9.894	13.053	13.144	15.904	—	15.904	
Três anos mais tarde	7.717	7.647	7.659	8.547	7.545	9.952	13.122	13.295	—	—	13.295	
Quatro anos mais tarde	7.745	7.677	7.685	8.569	7.582	9.987	13.175	—	—	—	13.175	
Cinco anos mais tarde	7.762	7.675	7.695	8.550	7.597	10.016	—	—	—	—	10.016	
Seis anos mais tarde	7.775	7.681	7.700	8.563	7.608	—	—	—	—	—	7.608	
Sete anos mais tarde	7.782	7.682	7.704	8.573	—	—	—	—	—	—	8.573	
Oito anos mais tarde	7.776	7.686	7.715	—	—	—	—	—	—	—	7.715	
Nove anos mais tarde	7.778	7.680	—	—	—	—	—	—	—	—	7.680	
Dez anos mais tarde	7.775	—	—	—	—	—	—	—	—	—	7.775	
Movimentações	7.775	7.680	7.715	8.573	7.608	10.016	13.175	13.295	15.904	18.334	110.075	
											Total de sinistros pagos	
Montante de sinistros pagos até a data-base	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025		
Até a data-base	6.556	6.425	6.414	7.153	6.059	7.845	10.693	10.298	12.640	14.215	14.215	
Dois anos mais tarde	7.616	7.537	7.558	8.412	7.474	9.835	12.952	13.046	15.647	—	15.647	
Três anos mais tarde	7.671	7.592	7.615	8.470	7.518	9.893	13.062	13.144	—	—	13.144	
Quatro anos mais tarde	7.696	7.620	7.638	8.495	7.543	9.942	13.126	—	—	—	13.126	
Cinco anos mais tarde	7.714	7.637	7.658	8.510	7.571	9.979	—	—	—	—	9.979	
Seis anos mais tarde	7.727	7.645	7.670	8.529	7.583	—	—	—	—	—	7.583	
Sete anos mais tarde	7.737	7.653	7.685	8.546	—	—	—	—	—	—	8.546	
Oito anos mais tarde	7.746	7.665	7.694	—	—	—	—	—	—	—	7.694	
Nove anos mais tarde	7.757	7.671	—	—	—	—	—	—	—	—	7.671	
Dez anos mais tarde	7.762	—	—	—	—	—	—	—	—	—	7.762	
Pagamentos	7.762	7.671	7.694	8.546	7.583	9.979	13.126	13.144	15.647	14.215	105.367	
Passivo em 31 de dezembro de 2025	13	9	21	27	25	37	49	151	257	4.119	4.708	
											PSL anos anteriores	146
											Demais estimativas	(134)
											Efeito do desconto	(293)
											Ajuste ao risco	99
											Passivo Uruguai	139
											Passivo total	4.665

23. PASSIVOS FINANCEIROS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Operações com cartão de crédito (i)	12.193.754	10.684.587
Recursos de aceites e emissão de títulos (ii)	5.322.171	4.002.289
Passivos de capitalização (iii)	2.192.106	1.867.790
Debêntures, empréstimos e nota comercial	588.580	437.026
Captação de recursos - Depósitos (iv)	933.847	227.632
Passivos de arrendamento (v)	735	4.854
	21.231.193	17.224.178
Circulante	15.630.658	13.664.214
Não circulante	5.600.535	3.559.964

(i) Referem-se, principalmente, a valores a pagar a estabelecimentos filiados.

(ii) Captação de recursos da Portoseg, remunerados com base no CDI.

(iii) São compostos por: provisões para resgates dos títulos de capitalização, atualizados monetariamente pela Taxa de Remuneração (TR), acrescida de taxa prefixada de 0,35% ou 0,50% ao ano, e provisões para sorteios.

(iv) Referem-se aos depósitos interfinanceiros, depósitos com garantia especial e depósitos com certificados da Portoseg.

(v) Referem-se a passivos de financiamento de equipamentos de informática que não se enquadram no escopo da IFRS 16/ CPC 06 (R2) - Arrendamentos.

Os passivos financeiros mensurados a valor justo são classificados como “Nível 2” na hierarquia de valor justo.

23.1 DEBÊNTURES

Debêntures	Instituição	Empresa	Valor contratado	Contratação	Vencimento	Encargos	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
2ª emissão	Itaú BBA e Safrá	Mobitech	400.000	maio 2022	maio 2025	DI + 1,31%	—	253.553
							—	253.553

Os saldos foram liquidados em fevereiro de 2025, e a partir de 2025, a empresa anteriormente denominada Mobitech Locadora de Veículos S.A. passou a adotar a nova razão social Porto Serviço Negócios S.A.

23.2 EMPRÉSTIMOS E NOTA COMERCIAL

Empréstimos	Empresa	Vencimento	Encargos	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
CCB - Capital de giro - BRL	Porto Cia	jan e nov 2026 / mai 2027	taxa média de CDI + 2%	189.681	163.473
Nota Comercial	Porto Consórcio	dezembro de 2025	taxa média de 0,593% + 100% CDI	20.012	20.000
Empréstimo	Porto Consórcio	março de 2026	CDI + 0,98% ao ano	184.469	—
Nota Comercial	Porto Serviço	abril de 2027	CDI + 1,053% ao ano	183.567	—
Capital de giro garantido - EUR	Unigás	junho de 2026	CDI + 1,10% ao ano	10.851	—
				588.580	183.473

23.3 PASSIVOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO - MOVIMENTAÇÃO

	Operações com cartão de crédito	Recursos de aceites e emissão de títulos	Captação de recursos - Depósitos	Passivos de capitalização	Passivo de arrendamento	Empréstimos, debêntures e nota comercial	Consolidado
Saldo em em 31 de dezembro de 2023	9.111.200	3.781.124	314.278	1.545.871	14.083	1.080.974	15.847.530
Aquisição/ constituição	49.876.873	1.885.300	2.641.436	1.354.896	2.048	307.000	56.067.553
Atualização monetária/juros	—	—	—	—	1.388	80.154	81.542
Juros	—	450.659	23.202	97.320	—	12.469	583.650
Liquidação/ reversão	(48.303.486)	(2.114.794)	(2.751.284)	(1.130.297)	(12.665)	(1.043.571)	(55.356.097)
Saldo em em 31 de dezembro de 2024	10.684.587	4.002.289	227.632	1.867.790	4.854	437.026	17.224.178
Aquisição/ constituição	43.239.409	1.711.157	7.590.992	1.682.478	—	365.045	54.589.081
Atualização monetária	—	648.226	114.655	35.612	—	810	799.303
Juros	—	—	—	99.312	618	62.238	162.168
Liquidação/ reversão	(41.730.242)	(1.039.501)	(6.999.432)	(1.493.086)	(4.737)	(276.539)	(51.543.537)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	12.193.754	5.322.171	933.847	2.192.106	735	588.580	21.231.193

24. PROVISÕES JUDICIAIS

24.1 PROVÁVEIS - CONSOLIDADO

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Fiscais (a)	1.244.431	1.275.651
Cíveis (b)	122.043	105.179
Trabalhistas (c)	54.316	50.621
	1.420.790	1.431.451
Depósitos judiciais (*)	(1.474.029)	(1.263.490)
Provisão líquida	(53.239)	167.961

(*) Refere-se ao saldo de depósitos judiciais atrelados aos saldos de provisão reconhecidos contabilmente.

(a) FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável.

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
PIS	655.970	610.058
Processos com adesão ao REFIS	242.961	321.636
COFINS	238.952	238.758
Outros	106.548	105.199
	1.244.431	1.275.651
Depósitos judiciais (*)	(1.447.267)	(1.254.234)
Provisão líquida	(202.836)	21.417

(*) Refere-se ao saldo de depósitos judiciais atrelados aos saldos de provisão reconhecidos contabilmente.

(i) PIS E COFINS SOBRE RECEITAS DE JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO - CONTROLADORA

Em março de 2024, houve encerramento da discussão na qual a Controladora discutia a legalidade e a constitucionalidade da incidência do PIS e COFINS sobre valores recebidos à título de juros sobre capital próprio. O Em novembro de 2024, os valores depositados foram convertidos em renda para a União, tendo havido as respectivas baixas contábeis nas contas patrimoniais.

(ii) PIS

As sociedades Porto Cia, Porto Vida e Previdência, Porto Saúde e Azul Seguros possuem ações judiciais relativas à exigibilidade da contribuição ao PIS, com base na Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta. Nestas ações foram apresentadas petição de desistência relativa à parcela de prêmio, tendo em vista a decisão definitiva proferida no julgamento do Recurso Extraordinário 400.479.

(iii) COFINS

Com o advento da Lei nº 9.718/98, as companhias de seguro e de previdência complementar, entre outras, ficaram sujeitas ao recolhimento da COFINS incidentes sobre suas receitas. As sociedades Azul Seguros, Porto Saúde, Itaú Auto e Residência e Portopar possuem ações judiciais sobre o tema. Nestas ações foram apresentadas petição de desistência relativa à parcela de prêmio, tendo em vista a decisão definitiva proferida no julgamento do Recurso Extraordinário 400.479.

(iv) REFIS

A Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal – REFIS nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discute judicialmente e atualmente aguarda a homologação da desistência das ações perante o Poder Judiciário, com o respectivo levantamento de valores residuais.

(v) OUTROS

As controladas possuem ação judicial questionando a exigência de IRPJ e de CSLL sobre as receitas de juros moratórios. Em novembro de 2025, o depósito foi convertido em renda, tendo em vista o trânsito em julgado desfavorável à empresa.

(b) CÍVEIS

As ações de natureza cíveis referem-se a ações judiciais movidas por clientes ou terceiros contra as empresas do Grupo Porto Seguro para discutir questões envolvendo reparação de danos, cumprimento de obrigações, responsabilidade civil, entre outras.

A probabilidade de perda é definida com base no pedido ou tema discutido na ação judicial, e o prazo médio para o desfecho das ações é de 17 meses.

(c) TRABALHISTAS

As ações de natureza trabalhistas referem-se a ações movidas por ex-funcionários ou prestadores vinculados às empresas ou terceirizados. As demandas discutem pedidos como horas extras, verbas rescisórias, equiparação salarial, vínculo empregatício, entre outros.

A probabilidade de perda é definida com base no pedido, e o prazo médio para o desfecho das ações é de 22 meses.

24.1.1 PROVISÕES JUDICIAIS PROVÁVEIS - MOVIMENTAÇÃO

	Consolidado			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.275.651	50.621	105.179	1.431.451
Constituições	2.774	26.025	85.229	114.028
Atualização monetária	69.381	1.200	1.267	71.848
Mudança de Estimativa	—	25.364	21.381	46.745
Pagamentos	—	(27.661)	(42.876)	(70.537)
Êxito/reversões	(103.375)	(21.233)	(48.137)	(172.745)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.244.431	54.316	122.043	1.420.790
(-) Depósitos judiciais (*)	(1.447.267)	(3.707)	(23.055)	(1.474.029)
Provisão líquida em 31 de dezembro de 2025	(202.836)	50.609	98.988	(53.239)
Quantidade de processos	68	690	7.405	8.163

(*) Refere-se ao saldo de depósitos judiciais atrelados aos saldos de provisão reconhecidos contabilmente.

24.2 POSSÍVEIS - CONSOLIDADO

A Companhia é parte em outras ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Fiscais (a)	1.714.844	1.429.824
Cíveis	283.906	296.426
Trabalhistas	21.963	19.593
	2.020.713	1.745.843

(a) PROCESSOS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS

As principais causas são: (i) questionamento da Receita Federal do Brasil quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R\$ 688.408 (R\$ 493.106 de possível impacto no lucro líquido); e (ii) discussão do INSS sobre participação nos lucros e resultados, com risco total estimado em R\$ 499.351 (R\$ 344.145 de possível impacto no lucro líquido).

25. PASSIVO DE ARRENDAMENTO - CONSOLIDADO

	Passivo de arrendamento	Juros a apropriar de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
Saldo em em 31 de dezembro de 2024	170.739	(36.225)	134.514
Constituição de novos contratos, baixas e cancelamentos	12.891	—	12.891
Apropriação dos juros	—	15.341	15.341
Pagamentos	(32.144)	—	(32.144)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	151.486	(20.884)	130.602
Circulante			20.060
Não circulante			110.542

26. OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Fornecedores	33.537	33.785	1.149.945	662.876
Receitas a diferir	—	—	624.005	372.682
Participações nos lucros	85.638	30.519	590.287	471.855
Comissões - Porto Consórcio	—	—	499.505	294.094
Passivo de transação com fundo de investimento imobiliário (i)	219.819	251.488	219.819	251.488
Provisão de férias e encargos	—	—	199.062	188.263
Valores a pagar - cartão de crédito	—	—	183.268	160.106
Benefícios pós emprego	—	—	157.921	128.867
Cheques a depositar	11	—	145.832	25.979
Devolução a consorciados	—	—	8.714	8.111
Outros	—	—	337.043	286.621
	339.005	315.792	4.115.401	2.850.942
Circulante	119.186	64.304	3.436.548	2.230.949
Não circulante	219.819	251.488	678.853	619.993

(i) Vide nota explicativa nº 18.1

27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO – CONTROLADORA

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o capital social, subscrito e integralizado era de R\$ 8.500.000, dividido em 646.586.060 ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal.

A composição do capital social está demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2025		Dezembro de 2024	
	Qtde de ações ordinárias	% participação	Qtde de ações ordinárias	% participação
PSIUPAR	457.883.778	70,8 %	457.883.778	70,8 %
Ações em circulação	182.476.231	28,2 %	182.584.735	28,2 %
Ações em tesouraria	6.226.051	1,0 %	6.117.547	1,0 %
	646.586.060	100,0 %	646.586.060	100,0 %

(b) RESERVAS DE CAPITAL

As reservas de capital representa acréscimos ao patrimônio líquido derivados de transações de capital com os sócios e não de resultados operacionais da Companhia.

É constituída, principalmente, pelo excedente do valor de subscrição de ações em relação ao seu valor nominal (ágio na emissão de ações), pelo valor da alienação de partes beneficiárias e bônus de subscrição, e, quando aplicável, pelo ganho na venda de ações em tesouraria. A reserva de capital somente poderá ser utilizadas para:

- Absorver prejuízos, quando estes ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros;
- Resgatar, reembolsar ou comprar ações da própria companhia;
- Resgatar partes beneficiárias;
- Pagar dividendos cumulativos a ações preferenciais, quando o lucro do exercício for insuficiente;
- Incorporação ao capital social.

Em 31 de dezembro de 2025 seu saldo era de R\$ 769.960 (R\$ 808.332 em 31 de dezembro de 2024).

(c) RESERVAS DE LUCROS

As principais reservas de lucros estão demonstradas a seguir:

(i) RESERVA LEGAL

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2025 seu saldo era de R\$ 592.019 (R\$ 422.975 em 31 de dezembro de 2024).

(ii) RESERVA ESTATUTÁRIA

A reserva para manutenção de participações societárias tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas e coligadas ou futura distribuição aos acionistas.

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, seu saldo era de R\$ 5.275.871 (R\$ 3.900.668 em 31 de dezembro de 2024).

(d) PROGRAMA DE RECOMPRA DE AÇÕES

Em 12 de fevereiro de 2025, o Conselho de Administração aprovou a renovação do programa de recompra de ações da Porto Seguro S.A. com as seguintes condições:

- Objetivo do programa: o programa de recompra de ações, por meio da aquisição de ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria, cancelamento ou alienação, sem redução do capital social, e/ou vinculação ao plano de remuneração em ações da Companhia, tem por objetivo, havendo condições propícias, criar alternativa adicional para geração de valor para os acionistas, nos termos e nos limites permitidos pelas normas legais e regulatórias aplicáveis;
- Vigência do programa: início em 21 de fevereiro de 2025 à 20 de fevereiro de 2026;
- Quantidade de ações a serem adquiridas: até o limite de 18.472.080 ações ordinárias;
- Instituição Financeira autorizada: Itaú Corretora de Valores S.A.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor de mercado das ações em tesouraria é de R\$ 301.092 (R\$ 221.394 em 31 de dezembro de 2024).

A movimentação das ações em tesouraria da Porto Seguro S.A. está demonstrada a seguir:

	Ações em tesouraria (R\$ mil)	Quantidade	Valor médio por ação (R\$)	Ganho nas utilizações
Saldo em 31 de dezembro de 2024	155.607	6.118	26,42	605
Alienadas	(208.286)	(5.531)	37,70	—
Recompradas	250.641	5.639	45,60	—
Saldo em 31 de dezembro de 2025	197.962	6.226	31,24	605

Adicionalmente, o saldo apresentado no balanço, no montante de R\$ 250.641, contempla R\$ 130.690 de ações em tesouraria da controlada Porto Assistência Participações (vide nota explicativa 14.1).

(e) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de juros sobre capital próprio - JCP (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 28 de março de 2025 aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos, mínimos obrigatórios e adicionais, aos acionistas, referente ao exercício de 2024, no valor líquido de R\$ 569.020 e R\$ 81.475, respectivamente, pagos em 10 de abril de 2025, e, no valor líquido de R\$ 232.243 e 307.442, respectivamente, que foram pagos em 28 de novembro de 2025.

Em 2025, a Administração da Companhia aprovou, em Assembleias, a distribuição de dividendos e todos os valores foram integralmente pagos na data de suas respectivas aprovações.

No período também foram aprovados e pagos JCP, conforme detalhamento abaixo:

JCP (lucro do exercício 2025)	Valor Bruto	Valor Líquido
25 de março de 2025	277.810	266.724
23 de junho de 2025	311.011	267.210
22 de setembro de 2025	342.850	294.064
19 de dezembro de 2025	344.260	295.105
Total	1.275.931	1.123.103

Os dividendos mínimos e os adicionais propostos foram calculados como segue:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Lucro líquido do exercício - Controladora (A)	3.380.884	2.644.845
(-) Reserva legal -5%	(169.044)	(132.242)
Ajustes de IFRS	6.625	10.779
Lucro básico para determinação do dividendo	3.218.465	2.523.382
Dividendos mínimos obrigatórios -25%	804.616	630.845
Dividendos/ JCP complementares propostos	885.826	559.335
Total de dividendos (B)	1.690.442	1.190.180
Total por ação (R\$)	2,60591	1,83510
Distribuição total (B/A)	50,00 %	45,00 %

(f) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

A Companhia possui um plano de remuneração em ações (“Plano”), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Companhia e/ou de suas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, como parte de sua remuneração.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos beneficiários, dos acionistas, da Companhia e de suas eventuais investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Companhia e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento do Grupo Porto.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referente ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários; (2) Bonificação Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável aos beneficiários de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto; (3) Mega Grant, referente ao pagamento de remuneração variável aos beneficiários, de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto; e (4) Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável aos beneficiários, de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto.

A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Companhia, mantidas em tesouraria. O cálculo do preço das ações deverá considerar a média do preço de cotação de fechamento das ações da Companhia, ponderado pelo volume diário de negociação, nos últimos 30 (trinta) pregões anteriores à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano, conforme atualizações, e de seus programas.

A movimentação do plano de remuneração em ações está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	211.721	184.981
Diferimento do exercício	243.794	195.149
Ações canceladas, alienadas ou perda de direito	(208.286)	(168.409)
Saldo final	247.229	211.721
Valor de mercado médio ponderado (R\$)	38,34	31,95

	Quantidade	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	6.499	6.993
Diferimento do exercício	5.041	5.392
Ações canceladas, alienadas ou perda de direito	(5.531)	(5.886)
Saldo final	6.009	6.499

28. RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS DE CONTRATOS DE SEGUROS E RESSEGUROS

a) RESULTADO DOS CONTRATOS DE SEGURO – PAA

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Resultado dos contratos de seguro - PAA		
Alocação de prêmio	30.233.551	27.657.852
Receita de seguro total	30.233.551	27.657.852
Despesas com seguro	(18.260.925)	(16.498.571)
Sinistros incorridos e outras despesas de serviço de seguro incorridas (-)		
Recuperação de Salvados	(17.812.056)	(16.118.009)
Alterações relacionadas ao serviço passado - ajuste aos sinistros incorridos	(448.869)	(380.562)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(5.052.405)	(4.723.383)
Despesas de aquisição	(5.052.405)	(4.723.383)
Despesas totais de serviço de seguro	(23.313.330)	(21.221.954)
Resultado líquido dos contratos de seguro - PAA	6.920.221	6.435.898

b) RESULTADO DOS CONTRATOS DE SEGUROS – BBA E VFA

	Dezembro de 2025	BBA Dezembro de 2024
Resultado dos contratos de seguro - BBA e VFA		
Valores relativos a mudanças no passivo para cobertura remanescente		
CSM reconhecido pelos serviços prestados	(183.185)	(169.960)
Alteração no ajuste de risco para risco não financeiro por risco expirado	(543)	211
Sinistros incorridos esperados e outras despesas de serviços de seguro	62.014	76.975
Emissão de prêmios e outros recebimentos	1.134.869	984.692
Recuperação de fluxo de caixa de aquisição	17.437	(11.593)
Receita total	1.030.592	880.325
Despesas incorridas	(541.361)	(386.929)
Sinistros incorridos e outras despesas de serviço de seguro incorridas	(515.128)	(380.087)
Alterações relacionadas ao serviço passado - ajuste aos sinistros incorridos	(26.233)	(6.842)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(172.906)	(151.178)
Despesas de aquisição	(172.906)	(151.178)
Perdas e reversões de perdas em contratos onerosos	36.764	(57.918)
Despesas totais de serviço de seguro	(677.503)	(596.025)
Resultado líquido	353.089	284.300

	Dezembro de 2025	VFA Dezembro de 2024
Resultado dos contratos de seguro - BBA e VFA		
Valores relativos a mudanças no passivo para cobertura remanescente		
CSM reconhecido pelos serviços prestados	355.544	35.770
Alteração no ajuste de risco para risco não financeiro por risco expirado	1.290	2.791
Sinistros incorridos esperados e outras despesas de serviços de seguro	(526.977)	(1.388.822)
Emissão de prêmios e outros recebimentos	1.523.842	1.153.888
Recuperação de fluxo de caixa de aquisição	23.948	21.259
Receita total	1.377.647	(175.114)
Despesas incorridas	(1.356.411)	215.758
Sinistros incorridos e outras despesas de serviço de seguro incorridas	(1.357.335)	219.390
Alterações relacionadas ao serviço passado - ajuste aos sinistros incorridos	924	(3.632)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(13.994)	(12.171)
Despesas de aquisição	(13.994)	(12.171)
Despesas totais de serviço de seguro	(1.370.405)	203.587
Resultado líquido	7.242	28.473

28.1 DESPESAS LÍQUIDAS COM CONTRATOS DE RESSEGUROS/RETROCESSÕES

Uma análise da alocação dos prêmios de resseguro pagos e valores recuperados das resseguradoras é apresentada nas tabelas abaixo:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Resultado dos contratos de resseguro - PAA		
Valor esperado recuperável para sinistros e outras despesas de serviços de resseguros incorridas no exercício	(96.627)	(84.301)
Alteração no ajuste de risco para risco não financeiro por risco expirado	4.872	(1.266)
Alocação de prêmio	18.630	29.523
Receita ou despesa líquida de contratos de resseguro mantidos	(73.125)	(56.044)

29. RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Cartão de crédito	2.875.164	2.187.679
"Interchange" (*)	1.019.378	860.733
Financiamentos	456.424	404.178
Empréstimos	304.959	183.711
Outras	46.129	64.717
	4.702.054	3.701.018

(*) Refere-se a remunerações recebidas das bandeiras de cartões de crédito sobre as transações processadas.

30. RECEITAS DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS – CONSOLIDADO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Porto Consórcio (i)	1.161.612	1.118.950
CDF S.A. (ii)	740.426	506.073
Porto Atendimento	392.752	344.850
Crediporto	305.906	54.202
Porto Serviço	191.537	—
Porto Assistência Participações (ii)	141.348	103.646
Portopar e Porto Asset Management	80.151	84.010
Serviços Médicos	72.720	69.907
Porto Seguro Saúde Ocupacional	70.109	64.060
Unigás	63.949	64.154
Porto Serviços e Comércio	10.683	12.118
Proteção e Monitoramento	10.089	11.621
Porto Serviço Negócios S.A (iii)	10.140	88.710
CDF Ltda. (ii)	—	322.258
Porto Assistência (ii)	—	113.213
Outras	172.816	126.344
	3.424.238	3.084.116

(i) Refere-se substancialmente às receitas com taxa de administração dos grupos de consórcio em andamento.

(ii) A CDF Ltda. e a Porto Assistência foram incorporadas pela CDF S.A. durante o exercício de 2024. A partir de outubro de 2025, as empresas Porto Assistência Participações e CDF S.A. foram incorporadas pela empresa Porto Serviço.

(iii) A partir de 2025, a empresa anteriormente denominada Mobitech Locadora de Veículos S.A. passou a adotar a nova razão social Porto Serviços e Negócios S.A.

31. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS - CONSOLIDADO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Outras receitas com cartão de crédito	147.666	68.064
Co-Participação	80.118	63.255
Consórcio	68.306	31.453
Imóveis e Investimentos	17.117	—
Venda de veículos	3.019	4.033
Investimentos - Onkos Oncologia (i)	—	75.000
Outras	39.816	39.925
	356.042	281.730

(i) Recebimento referente ao atingimento de metas em Acordo de Investimento firmado em dezembro de 2022, entre Porto e Oncoclínicas, sobre a venda de 60% da Onkos Oncologia.

32. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Controladora	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Participação nos lucros	(78.272)	(43.914)
Pessoal e benefícios pós-emprego	(7.454)	(13.325)
Serviços de terceiros	(7.004)	(9.126)
Localização e funcionamento	(1.796)	(2.156)
Publicidade	(1.290)	(1.592)
Despesas recuperadas (i)	(15)	—
Outras	(2.637)	(1.098)
	(98.468)	(71.211)

	Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Pessoal e benefícios pós-emprego	(2.828.058)	(2.498.770)
Serviços de terceiros	(1.642.513)	(1.340.439)
Participação nos lucros	(855.766)	(790.594)
Localização e funcionamento	(687.468)	(622.902)
Publicidade	(151.299)	(151.529)
Donativos e contribuições	(67.102)	(62.198)
Despesas recuperadas (i)	371.329	248.703
Outras	(168.340)	(104.968)
	(6.029.217)	(5.322.697)

(i) Referem-se a rateio e repasses de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do Grupo Porto.

33. DESPESAS COM TRIBUTOS

	Controladora	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
COFINS	(74.715)	(38.537)
PIS	(16.221)	(8.367)
Outras	(739)	(1.265)
	(91.675)	(48.169)

	Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
COFINS	(854.194)	(749.359)
PIS	(146.822)	(126.753)
Imposto sobre serviços	(111.290)	(91.215)
Outros Tributos - Uruguay	(79.804)	(66.643)
Outras	(31.449)	(34.943)
	(1.223.559)	(1.068.913)

34. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Provisão para riscos de créditos	(1.628.760)	(1.220.328)
Despesas operacionais - cartão de crédito	(1.470.344)	(1.130.866)
Captação de recursos	(706.753)	(496.983)
Cobranças e adm. de apólices e contratos	(139.885)	(113.180)
Encargos sociais de operações com seguros	(47.285)	(48.599)
Amortização de intangíveis e de combinação de negócios	(62.750)	(40.798)
Serviços de assistência	(28.164)	(36.107)
Outras	(357.031)	(295.412)
	(4.440.972)	(3.382.273)

35. RECEITAS FINANCEIRAS

	Controladora	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Valorização e juros de instrumentos financeiro ao valor justo por meio do resultado	248.760	158.892
Atualização monetária/ juros sobre passivos financeiros	1.241	13.335
Outras (i)	18.228	(997)
	268.229	171.230

	Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Valorização e juros de instrumentos financeiro ao valor justo por meio do resultado	1.545.488	976.654
Juros de instrumentos financeiros - demais categorias	188.772	216.808
Atualização monetária de depósitos judiciais	24.493	15.793
Receitas de contratos de seguros emitidos e de resseguro mantidos	12.947	—
Atualização monetária/ juros sobre passivos financeiros	1.250	13.431
Outras (i)	249.907	210.819
	2.022.857	1.433.505

(i) O saldo de Outras refere-se substancialmente ao ajuste à valor presente do juros sobre capital próprio.

36. DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Desvalorização de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(7.901)	(3.350)
Variação monetária de provisão para tributos a longo prazo	(5.640)	—
Despesas fundo imobiliário	(5.618)	(9.741)
Outras	(9.602)	(14.454)
	(28.761)	(27.545)

	Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Atualização monetária - passivos capitalização	(134.925)	(97.320)
Despesas com empréstimos	(50.079)	(87.614)
Desvalorização de instrumentos financeiros - demais categorias	(43.131)	(9.932)
Desvalorização de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(27.638)	(72.095)
Atualização monetária - demais	(26.490)	(2.407)
Variação monetária de provisão para tributos a longo prazo	(15.817)	(38.056)
Despesas fundo imobiliário	(5.618)	(9.741)
Despesas com contratos de seguros emitidos e de resseguro mantidos	—	(111.172)
Outras	(153.288)	(160.088)
	(456.986)	(588.425)

37. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS – CONSOLIDADO

37.1 PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Determinadas controladas do Grupo Porto patrocinam 2 planos de previdência complementar para seus funcionários, sendo um na modalidade de contribuição variável e outro de contribuição definida. Estes planos seguem os critérios da CPC 33 - Benefícios aos empregados, por meio da PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos.

Em ambos termos do regulamento desses planos, os principais recursos são representados por contribuições de suas patrocinadoras e participantes e pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos.

- Plano PORTOPREV (CV), que foi instituído em 01 de outubro de 1994 e na data de 24 de setembro de 2015, foi aprovada a alteração regulamentar, pela PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, a qual estabeleceu o encerramento das inscrições de novos participantes a este Plano. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 6% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.; e

- PORTOPREV II (CD), que foi instituído em 24 de setembro de 2015 para os funcionários que não se inscreveram ao Plano PORTOPREV antes de 24 de setembro de 2015, ou que foram admitidos a partir desta data. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 8% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.

Em 31 de dezembro de 2025, os planos contavam com cerca de 7.616 participantes. As despesas das controladas da Companhia com contribuições ao plano foram de R\$ 36.400 em 31 de dezembro de 2025.

37.2 BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

A movimentação das obrigações com benefícios pós-emprego é demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	128.867	108.283
Custo de juros	16.922	11.295
Ganho atuarial sobre a obrigação	15.746	(200)
Custo dos benefícios	6.209	6.337
Benefícios pagos	(22.169)	(19.471)
Outros	12.346	22.623
Saldo final do passivo	157.921	128.867

As premissas atuariais utilizadas são revisadas anualmente. As principais premissas usadas, em 31 de dezembro de 2025, foram as seguintes:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Taxa média de desconto das obrigações (a.a.)	7,62 %	7,74 %
Taxa de crescimento salarial (a.a.)	1,00 %	1,00 %
Inflação econômica (a.a.)	4,17 %	4,10 %
Inflação médica (a.a.)	4,00 %	4,00 %
Taxa de variação dos saldos de FGTS (a.a.) - nominal	4,17 %	4,10 %

38. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, quando existentes, vigentes nas respectivas datas.

Além dos montantes de Dividendos e JCP a pagar no montante de R\$ 731.346 que serão pagos aos acionistas da Porto S.A, as principais transações entre partes relacionadas estão apresentadas abaixo:

- (i) Repasse de despesas e serviços compartilhados, conforme grade de rateio e/ou utilização de estrutura física e "headcount" entre elas;
- (ii) Serviços de seguro saúde contratados da Porto Saúde e Portomed;
- (iii) Serviços de apoio a gestão de saúde contratados da ligada Porto Seguro Saúde Ocupacional;
- (iv) Serviços de monitoramento de DAF efetuados pela Proteção e Monitoramento;
- (v) Serviços de administração e gestão de carteiras pela Porto Asset Management e Porto Gestora;
- (vi) Serviços de "call center" contratados da Porto Atendimento;
- (vii) Serviços de subscrição e aquisições de títulos de capitalização pela Porto Capitalização;
- (viii) Serviços de assistência automotiva e residencial pela Porto Assistência Participações e CDF S.A.;
- (ix) Cobrança pela utilização e manutenção de espaço digital compartilhado (site), pela Porto Serviços e Comércio, para divulgação dos produtos da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais;
- (x) Intermediação e agenciamentos de débitos veiculares pela Porto Serviços e Comércio, oferecidos aos clientes do cartão Porto;
- (xi) Reembolso de despesas com manutenção de imóveis e indenização por vacância no contrato de venda de imóveis com a Porto S.A.;
- (xii) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito com a Portoseg;
- (xiii) Seguro Prestamista contratados da Porto Cia;
- (xiv) Serviços de intermediação, administração e gestão de recursos, títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros pela Crediporto;
- (xv) Serviços de locação de veículos aos colaboradores pela Mobitech (operação encerrada no decorrer do 4º trimestre de 2024). Em 2025, houve alteração na razão social e objeto da companhia para Porto Serviços e Negócios S.A., com serviços de gestão e controle de benefícios concedidos previstos em apólices aos segurados;
- (xvi) Resultado financeiro com atualização do contrato mútuo entre as partes relacionadas Porto S.A. e Unigás.

Os valores das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Ativo		Passivo
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2024
Unigás	5.607	—	—
Porto Cia	462	994	13
Porto Vida e Previdência	—	11	—
Porto Serviço	—	198	—
Porto Saúde	—	722	—
Porto Capitalização	—	6	—
Azul Seguros	—	725	—
	6.069	2.656	13

(i) No período findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecido no resultado o montante de R\$ (49.661) (R\$ 20.699 em 31 de dezembro de 2024) e R\$ (29.313.207) no passivo da Portoseg

(R\$1.191.806 em 31 de dezembro de 2024) referentes à captação de recursos com empresas do Grupo Itaú Unibanco que são remunerados em 100% do CDI, mais taxa prefixada.

(ii) Houve emissão de Nota Comercial simples, em Série Única, para Colocação Privada, da Porto Assistência Participações S.A., adquirida pelo Porto Seguro Consolidador FIF Multimercado CP RL, cuja Porto S/A é cotista exclusiva, no valor de R\$165.000 em 14 de abril de 2025, atualizado em 31 de dezembro de 2025 em 183.567, contida em Nota Comercial vide Nota 6.1.1.

(iii) Em Dezembro de 2025 houve cessão de direitos creditórios sem coobrigação, decorrente dos serviços prestados pela Unidade de Oncologia Clínica e Pediátrica, Oncoclínicas Rio de Janeiro, Instituto Oncológico de Ribeirão Preto e Centro Paulista de Oncologia, aos segurados da Porto Saúde, como meio de pagamento para a transação realizada com a Portoseg no valor de R\$ 49.205.

	Receitas		Despesas	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Controladora				
Porto S.A.	34.498	52.730	(3.336)	(4.291)
Controladas diretas e indiretas				
CDF S.A (iii)	1.621.870	569.326	(158.452)	(76.706)
Porto Cia	1.202.685	1.189.664	(2.064.531)	(1.693.415)
Porto Atendimento	434.702	385.476	(130.005)	(120.704)
Porto Saúde	270.445	238.879	(254.595)	(204.278)
Crediporto	333.255	46.728	(47.296)	(9.301)
Portoseg	103.862	70.227	(463.913)	(366.418)
Porto Consórcio	67.633	51.763	(455.073)	(171.754)
Porto Seguro Gestora de Recursos	35.034	12.946	(4.503)	(850)
Porto Seguro Saúde Ocupacional	13.111	5.249	(10.459)	(9.281)
Porto Serviços e Comércio	10.040	5.495	(9.962)	(6.135)
Porto Capitalização	6.816	6.026	(28.899)	(23.958)
Porto Assistência Participações (iii)	976	13.124	(54.621)	(12.119)
Itaú Auto e Residência	1.474	1.189	(9.502)	(44.832)
Proteção e Monitoramento	95	79	(7.428)	(6.981)
Mobitech / Porto Serviço Negócios S.A (i)	972	1.687	(3.139)	(22.148)
Porto Asset Management	—	5.160	(15.652)	(9.675)
Renova	216	649	(6.162)	(5.146)
Renova Peças Novas	—	4	(10)	(552)
Porto Conecta / Porto Serviço Intermediação e Agenciamento de Negócios S.A. (ii)	—	—	(4.319)	(8)
Porto Vida e Previdência	—	—	(35.899)	(27.871)
Azul Seguros	1	—	(527.904)	(820.094)
Porto Saúde Operações	—	—	(2)	(73)
Portomed	8.166	—	(12.209)	(1.362)
Porto Odonto	4	—	(1)	(5)
Serviços Médicos	—	588	(41.362)	(39.102)
Porto Bank	2	—	(6)	(97)
Porto Negócios Financeiros	—	—	(5)	(97)
Portopar	635	636	(12.358)	(6.229)
Porto Serviço (iii)	337.126	—	(56.747)	(2.803)
Unigás	—	—	(3.926)	—
Porto Assistência (iii)	—	261.876	(22)	(9.496)
CDF Ltda (iii)	—	941.858	—	(110.924)
Porto Saúde Participações	105	—	—	(284)
Outras Partes Relacionadas				
Itaú Corretora de Seguros	—	—	(61.425)	(54.370)
	4.483.723	3.861.359	(4.483.723)	(3.861.359)

(i) A partir de 2025, a empresa anteriormente denominada Mobitech Locadora de Veículos S.A. passou a adotar a nova razão social Porto Serviço Negócios S.A.

(ii) A partir de 2025, a empresa anteriormente denominada Porto Conecta passou a adotar a nova razão social Porto Serviço Intermediação e Agenciamento de Negócios S.A..

(iii) A Porto Assistência e a CDF Ltda. foram incorporadas pela CDF S.A. em fevereiro e agosto de 2024 respectivamente. Em outubro de 2025, a CDF S.A. e a Porto Assistência Participações foram incorporadas na Porto Serviço.

38.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da Administração referem-se aos valores reconhecidos no resultado do período a título de participação nos lucros, honorários e encargos ao Conselho de Administração e diretores, além dos honorários e encargos dos membros do Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Participação nos lucros – administradores	(78.272)	(43.914)
Honorários e encargos	(5.376)	(5.601)
	(83.648)	(49.515)
	Consolidado	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Participação nos lucros – administradores	(294.561)	(256.510)
Honorários e encargos	(62.469)	(69.436)
	(357.030)	(325.946)

39. RESULTADO POR AÇÃO – CONTROLADORA

O resultado por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o período.

A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41– Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do período. Dessa forma, o resultado por ação básico que foi apurado para o período é igual ao resultado por ação diluído, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	3.380.884	2.644.845
Média ponderada do número de ações durante o período	648.695	648.563
Resultado por ação básico e diluído	5,2118	4,0780

PORTO SEGURO S.A.

Companhia Aberta | CVM nº 01665-9

CNPJ nº 02.149.205/0001-69 | NIRE 35.3.0015166.6

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

2º Semestre de 2025

1. O COMITÊ DE AUDITORIA DA PORTO SEGURO S.A.: O Comitê de Auditoria ("CoAud" ou "Comitê") é um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração da Porto Seguro S.A. ("Companhia" ou "Porto"), de caráter permanente, com autonomia operacional e dotação orçamentária própria, instituído em 16 de dezembro de 2005. O Comitê atua de forma única, supervisionando a Companhia e todas as suas controladas, incluindo as sociedades supervisionadas pela SUSEP. Sua composição segue os critérios de independência e expertise técnica exigidos pela Resolução CVM nº 23/21 e pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado").

2. COMPOSIÇÃO E MANDATO: para cumprir sua missão, o Comitê é composto por no mínimo 3 e no máximo 5 membros, selecionados sob rigorosos padrões de independência e competência técnica, em conformidade com o Novo Mercado e normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A estrutura exige a presença de ao menos 1 conselheiro independente e 1 especialista em contabilidade e auditoria. O modelo de mandatos anuais permite ao Conselho de Administração avaliar continuamente a performance do grupo, garantindo oxigenação de perspectivas e alinhamento estratégico. Em estrita observância à rotatividade estatutária e legal, encerrou-se o mandato da Sra. Cynthia Nesanovis Catlett em 15 de dezembro de 2025, vacância formalizada pelo Conselho em 19 de dezembro de 2025. Após encerrar o exercício com 2 integrantes, o Comitê teve seu quórum plenamente recomposto para assegurar a continuidade da supervisão. Atualmente, o órgão conta com 3 membros eleitos, com mandatos vigentes até a primeira reunião do Conselho de Administração após a AGO de 2026, a saber: Sra. Lie Uema do Carmo, Coordenadora do Comitê e membro independente do Conselho de Administração da Porto, Sr. Eduardo Rogatto Luque, membro externo especialista em contabilidade e auditoria e o Sr. Lúcio Aparecido Alves Anacleto, que também conta com expertise na área de auditoria e gestão de riscos.

3. ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA: O 2º semestre de 2025 consolidou a atuação do Comitê com a realização de 13 reuniões, que totalizaram 25 encontros ao longo do exercício. Os temas, formalizados em atas que refletem a profundidade dos debates, são reportadas regularmente ao Conselho de Administração

pela Coordenadora, Sra. Lie Uema do Carmo, garantindo agilidade no compartilhamento de fatos relevantes. No período, o colegiado apresentou recomendações voltadas ao aperfeiçoamento contínuo da governança, registrando que todas as proposições prioritárias foram acatadas ou estão em fase de implementação pela Administração. Para elevar o nível das discussões, o Comitê contou ainda com o intercâmbio do Sr. Paulo Sérgio Miron, Diretor Exequutivo do Itaú Unibanco S.A., que participou das reuniões como convidado especializado.

3.1. Gestão de Riscos, Compliance e Controles Internos: O Comitê acompanhou as áreas de Riscos, *Compliance* e Controles Internos, fundamentando sua supervisão no conceito de *Combined Assurance* para integrar os planos de trabalho e garantir conformidade regulatória. No semestre, priorizou-se a resiliência digital com a adoção de análises preditivas para assegurar a disponibilidade dos canais de atendimento e a evolução das matrizes de riscos. O colegiado concluiu que a estrutura de controles é adequada à complexidade dos negócios, orientando a expansão do mapeamento para novas verticais. No âmbito regulatório, monitorou temas como reforma tributária e proteção de dados, além de planos de solvência e diretrizes de crédito. Destaca-se o fortalecimento da governança com a criação da posição de *Chief Risk Officer*, ocupada por Emílio Betancourt, e a transição de Adriana Pereira Carvalho Simões para a Diretoria Jurídica e de Prevenção a Fraudes. O Comitê avalia positivamente os esforços da Porto, reiterando a eficácia dos processos e o rigor na gestão de riscos e segurança institucional.

3.2. Gestão Jurídica e Regulatória – Temas de Interesse: o Comitê de Auditoria também teve acesso a gestão do contencioso e das contingências, observando indicadores de eficiência econômica. A agenda estratégica focou na preparação para a Reforma Tributária, com monitoramento do mapeamento de impactos e adequação sistêmica para garantir segurança jurídica e neutralidade tributária. Adicionalmente, acompanhou-se proativamente o cenário legislativo, com destaque para a Reforma do Código Civil (PL nº 4/2025). O Comitê também validou as estratégias de governança voltadas ao cumprimento de normas setoriais da SUSEP e ANS, incluindo o tratamento de incidentes e o aprimoramento de modelos fiscalizatórios. Essa atuação, conduzida por grupos multidisciplinares, assegura a prontidão do Conglomerado frente às mudanças normativas, reforçando a resiliência institucional e a proteção do patrimônio em um ambiente dinâmico.

3.3. Estratégia de Negócios e Visão das Verticais: o Comitê acompanhou a execução da estratégia de longo prazo das verticais de negócio, equilibrando crescimento acelerado e rentabilidade sob uma governança robusta. A supervisão focou na modernização tecnológica e migração de sistemas, priorizando processos modulares que assegurem a continuidade operacional e a experiência do cliente. Foram monitoradas

parcerias estratégicas e sinergias internas para otimizar recursos e capturar ganhos de escala no ecossistema Porto. No âmbito institucional, o colegiado manteve vigilância sobre mudanças legislativas e riscos de conformidade, garantindo postura proativa perante o setor. Por fim, a evolução da maturidade da governança foi validada pelo acompanhamento de planos de ação e auditorias, consolidando um ambiente de risco seguro para a transformação dos modelos de negócio.

3.4. Tecnologia, Segurança da Informação e Inovação: foi mantido um acompanhamento sobre a arquitetura tecnológica e os protocolos de cibersegurança, supervisionando iniciativas que elevam a maturidade de proteção frente ao cenário global de ameaças. No campo da inovação, focou-se na adoção responsável da Inteligência Artificial ("IA"), com o estabelecimento de barreiras de segurança, diretrizes éticas e frameworks de governança para garantir a auditabilidade das novas tecnologias. A diligência incluiu visitas presenciais dos membros à estrutura de *data center* do Grupo Porto. Essas ações asseguram que a evolução digital do Grupo Porto ocorra com transparência, resiliência e plena confiança para clientes e parceiros.

3.5. Auditoria Independente: a Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. ("EY") é a responsável pela auditora externa das Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, das sociedades que integram o Grupo Porto, sendo responsável pelo planejamento e execução de seus trabalhos, conforme normas da profissão e práticas contábeis. O Comitê realizou reuniões trimestrais com os auditores para discutir o planejamento anual, os riscos identificados e a estratégia de mitigação adotada. Esses encontros permitiram uma análise das informações financeiras e das Notas Explicativas apresentadas ao mercado, assegurando a integridade e a precisão dos relatórios do Grupo Porto. Neste ciclo, o Comitê acompanhou a evolução para uma abordagem de auditoria baseada na confiança no ambiente de controles internos. Ao final do período, o Comitê de Auditoria confirmou que a EY manteve sua independência e objetividade, conduzindo os trabalhos com a diligência esperada.

3.6. Auditoria Interna: foi supervisionado o cumprimento integral do plano de trabalho da Auditoria Interna para 2025, com foco em segurança tecnológica e conformidade financeira. A independência da área foi reforçada pela avaliação formal anual realizada pelo CoAUd, garantindo autonomia e rigor técnico. Pelo terceiro ano consecutivo, a Auditoria foi reconhecida com a premiação "*IIA May*", refletindo o compromisso com o padrão "*Best In Class*" e fóruns globais de melhores práticas. A excelência operacional foi potencializada pela consolidação do sistema *TeamMate* e pelo lançamento do plano estratégico *Visioning 2025-2030*. Essas iniciativas, somadas aos investimentos em capacitação, asseguram que a Auditoria Interna permaneça resiliente, integrada as demais esferas de monitoramento e protagonista na proteção do valor e da governança do Grupo Porto.

3.7. Cumprimento da Legislação, da Regulamentação e das Normas Internas: em suas comunicações ao Comitê, as áreas de Auditoria Interna, Controles Internos e Auditoria Independente não identificaram nenhum descumprimento significativo de legislação, regulamentação ou normas internas.

3.8. Governança e Sustentabilidade: foi intensificada a supervisão da agenda ambiental do Grupo Porto, com a validação de diagnósticos que incluíram visitas técnicas e auditorias documentais. Esse escopo permitiu avaliar a conformidade das estruturas operacionais frente às normas legais vigentes, assegurando que o crescimento operacional das verticais de negócio esteja em harmonia com a preservação e a responsabilidade ambiental. Em linha com as melhores práticas de governança corporativa, o Comitê teve a oportunidade de recomendar a transversalidade das análises de conformidade ambiental entre as diferentes linhas de defesa da organização, abordagem esta que fortalece a dedicação à agenda ESG, unindo a expansão das verticais de negócio ao cumprimento dos requisitos de sustentabilidade, gerando valor de longo prazo para a sociedade.

3.9. Ouvidoria e Canais Éticos: foram avaliadas as atividades da Ouvidoria, focando na integração de todas as verticais de negócio e na eficácia da resolução de conflitos como ferramenta de governança. O monitoramento de indicadores e de plataformas externas confirmou a sólida reputação do Grupo Porto e a alta satisfação em produtos de crédito e serviços digitais. No âmbito da integridade, a governança dos Canais Éticos foi fortalecida com novos protocolos de segurança, mitigando riscos de conduta e protegendo a cultura organizacional. Adicionalmente, acompanhou-se o uso de inovações tecnológicas para segurança operacional e proteção do patrimônio. Essa atuação conjunta assegura que as demandas dos clientes e os reportes éticos sejam transformados em insumos estratégicos para a gestão de riscos e sustentabilidade da marca.

3.10. Demonstrações Financeiras: o Comitê reuniu-se com a Controladoria em 03 de fevereiro de 2026, que apresentou a análise de desempenho e as Demonstrações Financeiras das empresas do Grupo Porto individuais e consolidadas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2025. O Comitê também se reuniu com o Auditor Independente em 04 de fevereiro de 2026 e tomou conhecimento do relatório das respectivas Demonstrações Financeiras das empresas do Grupo Porto no período. Nesse contexto, o Comitê avaliou a qualidade das demonstrações financeiras referentes ao exercício, com foco na aderência às práticas contábeis adotadas no Brasil e ao estrito cumprimento das normas vigentes, especialmente no que diz respeito ao BACEN, CNSP e Susep. O colegiado concluiu que os relatórios refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira, não tendo sido identificadas deficiências de divulgação ou inconsistências na aplicação das diretrizes normativas vigentes. Assim, baseando suas conclusões nas

atividades desenvolvidas no período e ponderando as limitações decorrentes da extensão de sua atuação, o Comitê entende que as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, estão prontas para serem apreciadas pelo Conselho de Administração.

3.11. Outras Atividades: o Comitê manteve uma agenda ativa de diálogos estratégicos em 2025, destacando-se os encontros periódicos com o Diretor Presidente, Sr. Paulo Sérgio Kakinoff, e com o Presidente do Conselho de Administração, Sr. Bruno Campos Garfinkel, da Porto Seguro S.A., além do CEO da Vertical Financeira, Sr. Marcos Roberto Loução. Essas agendas permitiram o alinhamento sobre desafios de negócio e visões setoriais. A diligência incluiu verificações *in loco*, como a visita à Porto Uruguai, com interação com o regulador local e validação da maturidade de controles. Os membros inspecionaram o *Data Center* e as estruturas de Segurança de TI para atestar a robustez do patrimônio tecnológico. Visitas a bases de treinamento e áreas operacionais completaram a agenda, reforçando a conexão entre a supervisão do Comitê e a realidade estratégica do Grupo Porto.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS DO COMITÊ DE AUDITORIA: O Comitê de Auditoria se reuniu trimestralmente com a Controladoria para apreciar as Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, inclusive do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, bem como as análises gerenciais realizadas pela Administração sobre as mesmas. Concomitantemente, recebeu as referidas demonstrações financeiras e as discutiu com os auditores independentes. Ao final do processo, o Comitê de Auditoria tomou conhecimento, debateu o relatório dos auditores independentes, e constatou a inexistência de divergência entre a administração, os auditores independentes e o Comitê em relação às demonstrações financeiras da companhia. Com base nas informações e discussões acima referidas, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das referidas demonstrações financeiras auditadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, inclusive das sociedades supervisionadas pela SUSEP.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026.

LIE UEMA DO CARMO

LÚCIO APARECIDO ALVES

EDUARDO ROGATTO LUQUE

ANACLETO

CONSELHO DA ADMINISTRAÇÃO

Bruno Campos Garfinkel

Paula Magalhães Cardoso Neves

André Luís Teixeira Rodrigues

Roberto de Souza Santos

Lie Uema do Carmo

Patrícia Maria Muratori Calfat

Célia Kochen Parnes

DIRETORIA

Paulo Sérgio Kakinoff

Celso Damadi

Patricia Chacon Jimenez

Lene Araújo de Lima

Luiz Augusto de Medeiros Arruda

Marcos Roberto Loução

Sami Foguel

Domingos de Toledo Piza Falavina

CONTADORA

Daniele Gomes Yoshida
CRC 1SP 255783/O-1